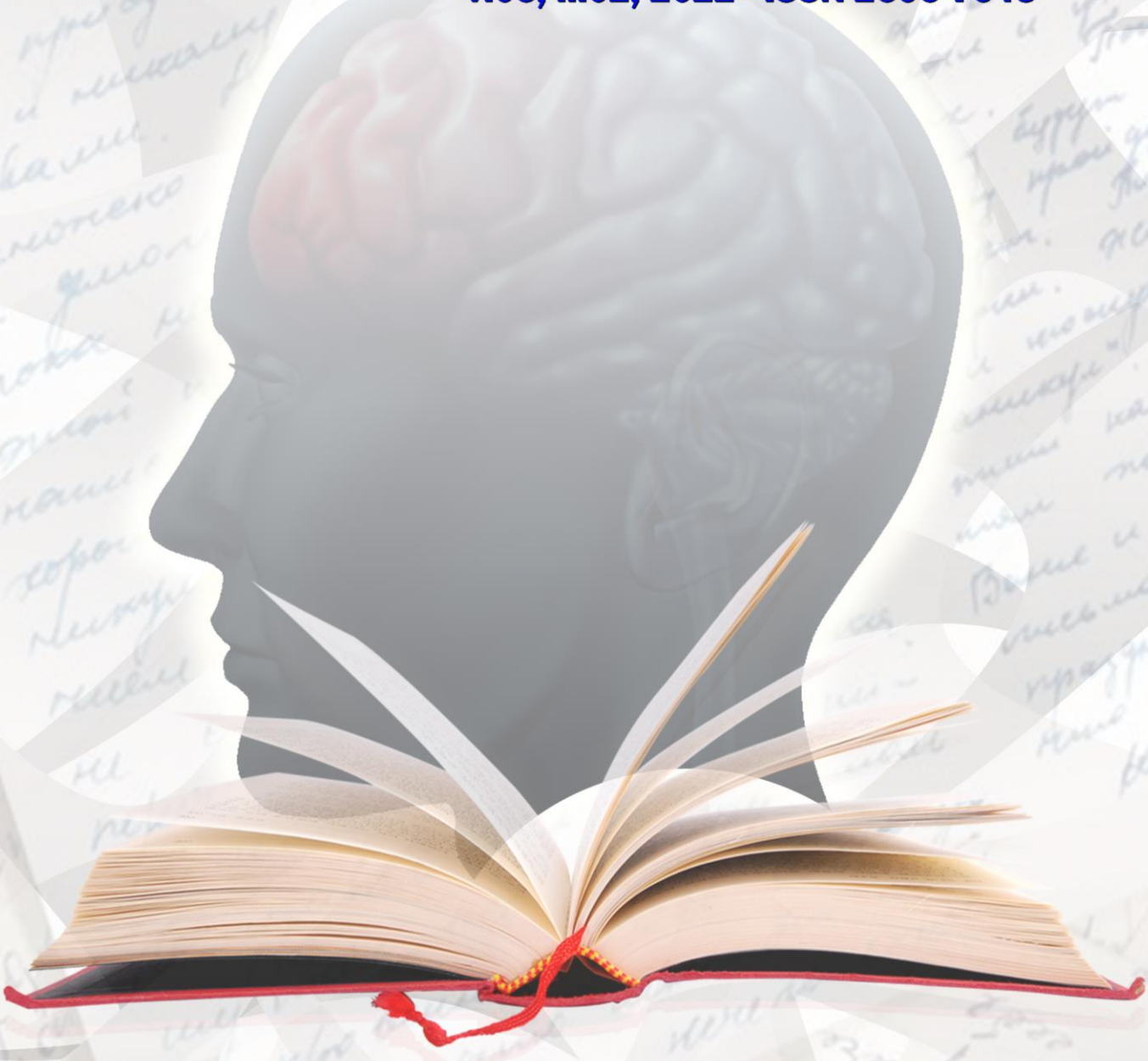
Revista de Ensino e Cultura

v.05, n.02, 2022 - ISSN 2595-7643



UNICEUNA

Centro Universitário Natalense

"Seu conhecimento ultrapassando barreiras"

REVISTA DE ENSINO E CULTURA - REC

A Revista de Ensino e Cultura - REC, é uma publicação com versão online do Centro Universitário Natalense – UNICEUNA. Uma revista com publicação contínua criada com o objetivo de incentivar e instigar nossos alunos a buscarem através da Iniciação Científica a pesquisa empírica e análise de dados, juntamente com seus professores orientadores, para a produção de artigos completos com textos originais e inéditos de interesse em diversas áreas do conhecimento.

CONTATO E ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA:

Av. Prudente de Morais, nº 4890, lagoa Nova, CEP: 59063-200, Natal/RN.
Fones: (84) 3234 3637 / 3234 3551.

REVISTA ONLINE:

EDITORA:
Iara Miller (UNICEUNA/UPV).
Dr. Max Leandro de Araújo Brito (UFRN).

REVISÃO DE TEXTO EM PORTUGUÊS:

Dr.ª Maria das Vitórias dos Santos Medeiros (UNICEUNA).
Dr.ª Maria de Fátima Silva dos Santos Sena (UFRPE).

COMITÊ DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA INSTITUCIONAL:

Mestre Anílton José de Lima (UNICEUNA).
Mestre Antônio Carlos Matos de Oliveira (UNICEUNA).
Doutor Élio Pessoa Cazuza (UNICEUNA).
Mestre Giancarlo Paiva Nicoletti (UNICEUNA).

Mestra Iara Miller (UNICEUNA).
Mestra Renata Poliane Nacer de Carvalho Dantas (UNICEUNA).
Mestre Manoel D'agonia Fernandes Braga (UNICEUNA).
Doutor Rêncio Bento Florêncio (UNICEUNA).
Mestre Tarso Rocha Lula Pereira (UNICEUNA).

CONSELHO EDITORIAL:

Dr.ª Cátia Guaraciara Fernandes Teixeira Rossi (UNICEUNA).
Dr.ª Daliana Caldas Pessoa da Silva (UFRN).
Dr. Élio Pessoa Cazuza (UNICEUNA).
Dr.ª Elizabeth Cristina Gomes dos Santos (UFRN).
Dr. Emmanuel de Sousa Campos (UNIP).
Dr. José Pedro da Silva Júnior (UNICEUNA)
Dr.ª Maria das Vitórias dos Santos Medeiros (UNICEUNA).
Dr.ª Luanda Bárbara Ferreira Canário de Souza (UNICEUNA).
Dr. Rêncio Bento Florêncio (UNICEUNA).
Dr. Paulo Ricardo Cosme Bezerra (UNICEUNA).
Dr. Sérgio Alexandre de Morais Braga Júnior (UNICEUNA).
Dr.ª Vanessa Almeida Otelo (UNICEUNA).
Dr. Max Leandro de Araújo Brito (UFRN).

EQUIPE DE PARECERISTAS *AD HOC*:

Dr.ª Catharinne Angélica Carvalho de Farias (UFRN).
Dr.ª Cátia Guaraciara Fernandes Teixeira Rossi (UNICEUNA).
Dr.ª Daliana Caldas Pessoa da Silva (UFRN).
Dr. Élio Pessoa Cazuza (UNICEUNA).
Dr.ª Elizabeth Cristina Gomes dos Santos (UFRN).
Dr. Emmanuel de Sousa Campos (UNIP).
Dr. Fabrício Germano Alves (UFRN).
Drª Francisca de Souza Miller (UFRN).

Dr. João Felipe Bezerra (UFPB).

Dr. José Pedro da Silva Júnior (UNICEUNA)

Dr.ª Luanda Bárbara Ferreira Canário de Souza (UNICEUNA).

Dr. Luciano do Nascimento Silva (CCJ/UFPB).

Dr.ª Lucien Peroni Gualdi (UFRN)

Dr.ª Maria das Vitórias dos Santos Medeiros (UNICEUNA).

Dr.ª Maria de Fátima Silva dos Santos Sena (UFRPE).

Dr. Max Leandro de Araújo Brito (UFRN).

Dr. Paulo Ricardo Cosme Bezerra (UNICEUNA).

Dr. Rêncio Bento Florêncio (UNICEUNA).

Dr. Sérgio Alexandre de Morais Braga Júnior (UERN).

Dr.ª Vanessa Almeida Otelo (UNICEUNA).

PERIODICIDADE:

Semestral

DESCRIÇÃO:

Periódico (pen drive).

Volume 05, Número 02, Ano 2022 | **ISSN:** 2595-7643.

FONTES DE APOIO:

Centro Universitário Natalense – UNICEUNA.

Art.	__ SUMÁRIO _| |_ SUMMARY _| |_ RESUMEN __	Pág.

	CIÊNCIAS JURÍDICAS	07
01	O DIREITO FUNDAMENTAL DE ACESSO À JUSTIÇA *THE FUNDAMENTAL RIGHT OF ACCESS TO JUSTICE* *EL DERECHO FUNDAMENTAL DE ACCESO A LA JUSTICIA* Autores: Diego Sidrim Gomes de MELO e Thiago Augusto Leão Seabra de MELLO.	08 a 21
02	POLÍCIA FEMININA DO RIO GRANDE DO NORTE: RELAÇÕES DE GÊNERO E CONDIÇÕES DE TRABALHO *FEMALE POLICE OF RIO GRANDE DO NORTE: GENDER RELATIONS AND WORKING CONDITIONS* *MUJERES POLICÍAS DE RIO GRANDE DO NORTE: RELACIONES DE GÉNERO Y CONDICIONES LABORALES* Autores: Rejane Marinho de SOUZA, Hilderline Câmara de OLIVEIRA e Paulo Sérgio Silva de Souza LACERDA	22 a 49
	CIÊNCIAS HUMANAS	50
03	ATIVIDADES DE MUSICALIZAÇÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL INCLUSIVA *MUSICALIZATION ACTIVITIES IN INCLUSIVE CHILDHOOD EDUCATION* *ACTIVIDADES DE MUSICALIZACIÓN EN LA EDUCACIÓN INFANTIL INCLUSIVA* Autores: Isabelle Caroline Barros da ROCHA, Carlos Antônio Freitas da SILVA e Géssica Fabiely FONSECA	51 a 62
04	CARACTERÍSTICAS DO COMPORTAMENTO HUMANO NO AMBIENTE DE TRABALHO *CHARACTERISTICS OF HUMAN BEHAVIOR IN THE WORKPLACE* *CARACTERÍSTICAS DEL COMPORTAMIENTO HUMANO EN EL LUGAR DE TRABAJO* Autores: Aparecido Gomes LEAL, Lucas Serafim PARIZOTTO, Maria das Dores REBONO e Nancy Tereza HORSCHUTZ	63 a 86
05	A IMPORTÂNCIA NA UTILIZAÇÃO DE UM LAYOUT ADEQUADO EM UMA EMPRESA DE CABEAMENTO TELEFÔNICO NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE *THE IMPORTANCE OF USING AN PROPER LAYOUT IN A TELEPHONE CABLE COMPANY IN THE STATE OF RIO GRANDE DO NORTE* *LA IMPORTANCIA DE UTILIZAR UN TRAZADO ADECUADO EN UNA EMPRESA DE CABLE TELEFÓNICO EN EL ESTADO DE RIO GRANDE DO NORTE* Autores: Hilquías Pereira dos SANTOS, Kelly Taniele Gomes da Nóbrega MEDEIROS, Sebastião Clésio de MEDEIROS e Anílton José de LIMA	87 a 101
	CIÊNCIAS DA SAÚDE	102
06	OS FLORAIS DE BACH E SUA TERAPÊUTICA: UM ESTUDO DE REVISÃO *BACH FLOWERS AND THEIR THERAPY: A REVIEW STUDY* *LAS FLORES DE BACH Y SU TERAPIA: UN ESTUDIO DE REVISIÓN* Autores: Annyelly DIAS, Claudia Cecílio DAHER e Maria Menilla Alves de MELO	103 a 116

07	**A AUTOMEDICAÇÃO POR USUÁRIOS DO RIO GRANDE DO NORTE: UM ESTUDO DE CORTE DE UMA FARMÁCIA DE NATAL** *SELF-MEDICATION BY USERS IN RIO GRANDE DO NORTE: A CUTTING STUDY OF A NATAL PHARMACY* *AUTOMEDICACIÓN POR USUARIOS EN RIO GRANDE DO NORTE: UN ESTUDIO DE CORTE DE UNA FARMACIA DE NATAL* **Autores:** Eduardo José Maia de CARVALHO, Francimário Cunha da SILVA e Giancarlo Paiva NICOLETTI	117 a 131
08	**PREVALÊNCIA DAS TOXINAS PRODUZIDAS PELO CLOSTRIDIUM BOTULINUM NO BRASIL, NO PERÍODO DE 2007 A 2021** *PREVALENCE OF THE TOXINS PRODUCED BY CLOSTRIDIUM BOTULINUM IN BRAZIL FROM 2007 TO 2021* *PREVALENCIA DE LAS TOXINAS PRODUCIDAS POR CLOSTRIDIUM BOTULINUM EN BRASIL DE 2007 A 2021* **Autores:** Doriongley Lima da COSTA, Juliana Patrícia da SILVA, Élio Pessoa CAZUZA e Elizabeth Cristina Gomes dos SANTOS	132 a 147
09	**EFEITO DA ESTIMULAÇÃO VIBRATÓRIA EM HEMIPARÉTICOS ESPÁSTICOS PÓS ACIDENTE VASCULAR CEREBRAL – UMA REVISÃO INTEGRATIVA DA LITERATURA** *EFFECT OF VIBRATORY STIMULATION IN HEMIPARESIS SPASTIC POST STROKE – AN INTEGRATING LITERATURE REVIEW* *EFECTO DE LA ESTIMULACIÓN VIBRATORIA EN HEMIPARÉTICAS ESPÁSTICAS DESPUÉS DE ACV – UNA REVISIÓN INTEGRADORA DE LA LITERATURA* **Autores:** Taíse Dionísio da SILVA, Gabriel Martins de ARAÚJO, Rodrigo Augusto Xavier de Sousa BARROS e Rêncio Bento FLORÊNCIO	148 a 159
10	**SATISFAÇÃO E PERCEPÇÃO DA IMAGEM CORPORAL DE PRATICANTES E NÃO PRATICANTES DE GINÁSTICA RÍTMICA** *SATISFACTION AND PERCEPTION OF THE BODY IMAGE OF RHYTHMIC GYMNASTICS PRACTITIONERS AND NON-PRACTICS* *SATISFACCIÓN Y PERCEPCIÓN DE LA IMAGEN CORPORAL DE PRACTICANTES Y NO PRACTICANTES DE GIMNASIA RÍTMICA* **Autores:** Julia Braga dos Santos FIGUEREDO, Kalina Veruska Bezerra da Silva MASSET e Renata Poliane Nacer de Carvalho DANTAS	160 a 174
	SOBRE A REVISTA E NORMAS PARA PUBLICAÇÃO	175

Revista de Ensino e Cultura

Ciências Jurídicas

Volume 5, Número 2, Ano 2022

O DIREITO FUNDAMENTAL DE ACESSO À JUSTIÇA

THE FUNDAMENTAL RIGHT OF ACCESS TO JUSTICE

EL DERECHO FUNDAMENTAL DE ACCESO A LA JUSTICIA

Thiago Augusto Leão Seabra de MELLO[1]

Diego Sidrim Gomes de MELO[2]

RESUMO

O acesso à justiça é um direito básico que deve assistir a todos os cidadãos. No Brasil, tem previsão na própria Constituição Federal de 1988, insculpida no artigo 5º, inciso XXXV. O acesso à justiça não trata apenas da facilitação de se ingressar em juízo, mas também de todo o processo de consecução de um resultado, como custas, emolumentos, sucumbência, honorários de perito, ônus de prova. O primeiro óbice que muitos encontram é justamente no acesso inicial de um processo em razão das regras de competências trazidas por leis infraconstitucionais. O presente estudo visa analisar o acesso à justiça como direito fundamental que ele é. Analisa a ampla aplicação do direito. Busca responder se as regras de competência das leis infraconstitucionais devem ser interpretadas conforme a Constituição e o direito fundamental de acesso à justiça. A metodologia utilizada para o referido trabalho, consiste em pesquisa de natureza aplicada, com abordagem hipotético-dedutiva, qualitativa. Conclui o trabalho informando que o mandamento constitucional deve permear as regras de competência legais, uma vez que não são absolutas.

Palavras-chave: Acesso à Justiça; Direitos fundamentais; Constituição Federal.

ABSTRACT

Access to justice is a basic right that must be enjoyed by all citizens. In Brazil, it's provided for in the Federal Constitution of 1988, inscribed in article 5, XXXV. Access to justice isn't just about facilitating legal proceedings, but also about the entire process of achieving a result, such as costs, fees, loss of suit, expert fees, burden of proof. The first obstacle that many encounters is precisely in the initial access to a process due to

[1] Graduação de Direito – UNICEUNA/2021. (E-mail: thiagoalsmello@gmail.com).

[2] Especialista em Direito Penal e Criminologia - UNP/2007, Graduado em Direito - UNP/2005, Professor Universitário, Orientador/TCC e Coordenador e Supervisor de Estágio do Núcleo de Prática Jurídica do Curso de Direito do Centro Universitário Natalense – UNICEUNA, (E-mail: diego-sidrim@hotmail.com).

the rules of competence brought about by infra-constitutional laws. This study aims to analyze access to justice as a fundamental right that it's. Analyzes the wide application of the law. It seeks to answer whether the jurisdictional rules of infraconstitutional laws should be interpreted in accordance with the Constitution and the fundamental right of access to justice. The methodology used for this work consists of Applied research, with a hypothetical-deductive, qualitative approach. It concludes the work by informing that the constitutional command must permeate the rules of legal competence, since They're not absolute.

Keywords: Access to Justice; Fundamental rights; Federal Constitution.

RESUMEN

El acceso a la justicia es un derecho básico del que deben disfrutar todos los ciudadanos Em Brasil, está previsto em la Constitución Federal de 1988, inscrito em el artículo 5, XXXV. El acceso a la justicia no se trata solo de facilitar los procedimientos legales, sino también de todo el proceso para lograr un resultado, como costos, honorarios, perdida de la demanda, honorarios de peritos, carga de la pureba. El primer obstáculo que muchos encuentran es precisamente em el acceso inicial a un proceso debido a las reglas de competencia que generan las leyes infra constitucionales. Este estudio tiene como objetivo analizar el acceso a la justicia como un derecho fundamental que es. Analiza la amplia aplicación de la ley. Se busca responder si las reglas jurisdiccionales de las leyes infra constitucionales deben ser interpretadas de acuerdo con la Constitución y el derecho fundamental de acceso a la justicia. La metodología utilizada para este trabajo consiste em la investigación aplicada, con un enfoque hipotético-deductivo, cualitativo. Concluye el trabajo informando que el mando constitucional debe permear las reglas de competencia jurídica, ya que no son absolutas.

Palabras-clave: Acceso a la Justicia; Derechos fundamentales; Constitución Federal.

INTRODUÇÃO

O exercício jurisdicional é exercido pelo Poder Judiciário. A Magna Carta brasileira preconiza que a jurisdição é uma, mas é dividida em jurisdição estadual e da União, bem como em comum e especializada. Isso tudo para uma melhor abrangência do exercício jurisdicional pelo país. A jurisdição serve para solucionar conflitos havido entre os membros sociais ou entre estes e o próprio Estado.

Quando alguém sofre lesão a direito seu ou, tem algum direito seu ameaçado de lesão pode buscar o Estado-juiz para vir a buscar sua tutela, o problema reside no fato de que o acesso à justiça encontra óbices, muitas vezes por normas infraconstitucionais, que vão desde limitações ao acesso à Justiça; às custas e emolumentos cobrados pelo Poder Judiciário; os efeitos de eventual sucumbência; produção de provas e seus ônus.

As leis processuais estabelecem as regras de competência dos órgãos do Poder Judiciário, como, por exemplo, o Decreto-Lei nº 5.452/43 (CLT), que estabelece as regras de competência em razão do lugar nos artigos 651 e seus parágrafos 1º, 2º e 3º. Em suma, a regra da CLT é que o empregado (ou ex-empregado) ingresse com a demanda judicial para ser processada e julgada no juízo do foro onde foi contratado ou onde prestou serviços por último. E no caso do ex-empregado que não tendo mais condições de se manter na cidade onde foi contratado e prestou seus serviços decide voltar para sua cidade de origem, seu Estado de origem? Não terá ele condições de contratar advogado no foro competente, nem de comparecer às audiências e acompanhar o processo. Terá ele, então, dificultado ou o que é pior, impossibilitado seu acesso à Justiça? A busca de seus direitos?

O acesso à Justiça, no Brasil, tem status constitucional, estando expresso no inciso XXXV, do artigo 5º da Constituição Federal de 1988. Mais que um texto normativo, ele é um direito fundamental. Para este estudo, o presente artigo foi dividido em 4 capítulos. O capítulo 2 trata do direito fundamental de acesso à justiça, enquanto o capítulo 3 trata deste acesso na Constituição Federal de 1988. O último capítulo é a conclusão do estudo.

Para a realização do presente estudo, a metodologia utilizada consiste em pesquisa de natureza aplicada, com abordagem hipotético-dedutiva e qualitativa, com embasamento em normas e doutrina.

O DIREITO FUNDAMENTAL DE ACESSO À JUSTIÇA

Para que se adentre no mote deste capítulo, é imprescindível entender as origens, o significado, a evolução e as características dos direitos fundamentais. Desta forma, tem-se que parte da doutrina geral indica a Magna Carta de 1215, assinada pelo rei "João sem-terra" da Inglaterra, como marco inicial do estabelecimento dos direitos e garantias sociais através de limitações aos poderes do Estado, porém nas palavras de Vicente Paulo e Marcelo Alexandrino:

> Os direitos ali estabelecidos, entretanto, não visavam a garantir uma esfera irredutível de liberdades aos indivíduos em geral, mas sim, essencialmente, a assegurar poder político aos barões mediante a limitação dos poderes do rei (PAULO, ALEXANDRINO, 2017, p.93).

Mais comumente aceita é a tese de que o surgimento efetivo dos direitos fundamentais proveio dos pensamentos iluministas que influenciaram na elaboração da Declaração de Direitos de Virgínia de 1776 (*Virginia Bill of Rights*) durante a luta pela independência estadunidense e que proclamou em dezesseis artigos os direitos naturais e positivados do ser humano. Tal documento é predecessor da independência dos Estados Unidos da América e influenciou grandemente na Revolução Francesa, cujos ideais de liberdade, igualdade e fraternidade culminaram na Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão de 1789 (*Declaration des Droits de l'Homme et du Citoyen*) que em seus dezessete artigos, consagrou as liberdades e os direitos fundamentais da humanidade. Insta registrar que tais declarações deram importante contribuição ao surgimento das constituições liberais das nações ocidentais e sendo assim, preleciona Alexandre de Moraes:

> Na visão ocidental de democracia, governo pelo povo e limitação de poder estão indissoluvelmente combinados. O povo escolhe seus representantes, que, agindo como mandatários, decidem os destinos da nação. O poder delegado pelo povo a seus representantes, porém, não é absoluto, conhecendo várias limitações, inclusive com a previsão de direitos e garantias individuais e coletivas, do cidadão relativamente aos demais cidadãos e ao próprio Estado (MORAES, 2003, p.46).

Nesta seara, conforme citado por Canotilho *apud Alexandre de Moraes*, os direitos fundamentais têm:

> a função de direitos de defesa dos cidadãos sob uma dupla perspectiva: 1) constituem, num plano jurídico-objetivo, normas de competência negativa para os poderes públicos, proibindo fundamentalmente as ingerências destes na esfera jurídica individual; 2) implicam, num plano jurídico-subjetivo, o poder de exercer positivamente direitos fundamentais (liberdade positiva) e de exigir omissões dos poderes públicos, de forma a evitar agressões lesivas por parte dos mesmos (liberdade negativa) (MORAES, 2003, p.46).

Neste mesmo diapasão, vale citar a teoria dos quatro *status* desenvolvida no final do século XIX pelo filósofo e jurisconsulto, Georg Jellinek. Tal teoria dispõe que todo cidadão está vinculado ao Estado e vice-versa, sendo delineadas quatro situações jurídicas que determinam o posicionamento do indivíduo ante o Estado. Quais sejam: *status* passivo (*status subjections*), *status* ativo, *status* negativo e *status* positivo (*status civitatis*).

Se posicionado em condição de sujeição ao poder do Estado, o indivíduo terá o *status* passivo, ou seja, deverá cumprir com deveres e subordinação ao poder público que poderá obrigá-lo através das leis, portarias, dentre outros conteúdos normativos.

Quando o cidadão exercita o seu direito de voto, diz-se que possui o *status* ativo, pois possui a competência para influenciar na formação da vontade estatal.

Nas situações em que os sujeitos detentores de personalidade, têm o direito da autodeterminação sem que sofram qualquer ingerência do Estado, gozando de certa liberdade de ação tem-se o *status* negativo.

Quanto ao *status* positivo, pode-se afirmar que ocorre quando o indivíduo exerce o direito de cobrar atuação estatal de forma ativa a seu favor. Essa atuação corresponde a obrigação do poder público em prestar serviços ou bens determinados na legislação.

Pelo exposto, resta claro o entendimento de que os direitos fundamentais são garantias dadas aos cidadãos tanto de que o Estado não cometa arbitrariedades quanto de poderem exercer livremente estes direitos em todas as esferas possíveis, inclusive

cobrando atuação positiva do poder público quando pertinente, de acordo com o ordenamento jurídico vigente.

Aprofundando no assunto em comento, faz-se *mister* distinguir direitos humanos e direitos fundamentais, vez que estes termos são muito empregados como se sinônimos fossem. Neste diapasão afirma Ingo Wolfgang Sarlet *apud* Ivan Aparecido Ruiz e Kenza Borges Sengik:

> Em que pese sejam ambos os termos (‘direitos humanos’ e ‘direitos fundamentais’) comumente utilizados como sinônimos, a explicação corriqueira e, diga-se de passagem, procedente para a distinção é de que o termo ‘direitos fundamentais’ se aplica para aqueles direitos do ser humano reconhecidos e positivados na esfera do direito constitucional positivo de determinado Estado, ao passo que a expressão ‘direitos humanos’ guardaria relação com os documentos de direito internacional, por referir-se àquelas posições jurídicas que se reconhecem ao ser humano como tal, independentemente de sua vinculação com determinada ordem constitucional, e que, portanto, aspiram à validade universal, para todos os povos e tempos, de tal sorte que revelam um inequívoco caráter supranacional (internacional) (RUIZ, SENGIK, 2013, p.212).

A doutrina classifica atualmente os direitos fundamentais em dimensões cronologicamente delineadas pelo surgimento e positivação constitucional, sendo assim, tem-se nas declarações de direitos de 1776 e 1789, a materialização dos direitos de primeira, segunda e terceira dimensões. Vale ressaltar que a doutrina moderna tem pautado o reconhecimento da quarta e até da quinta dimensão de direitos fundamentais, todavia inexiste consenso por parte dos catedráticos quanto ao assunto.

Os direitos de primeira dimensão são concernentes ao ideal revolucionário da liberdade e correspondem aos direitos civis e políticos, de modo que o Estado tem o dever de não interferência, classificado como absenteísmo estatal.

A segunda dimensão de direitos fundamentais está fundamentada no ideário da igualdade sendo equivalente aos direitos econômicos, sociais e culturais, de maneira que são materializados através de prestações positivas do poder público que é responsável pela implementação de políticas e serviços públicos visando o bem-estar social.

Quanto aos direitos de terceira dimensão, dizem respeito aos princípios da solidariedade, da fraternidade, do humanismo e da universalidade, cuja titularidade pertence à coletividade, de modo que são considerados direitos difusos ou coletivos. Exemplifica-se os direitos ao meio ambiente, ao desenvolvimento, a paz, dentre outros.

Em relação aos direitos de quarta dimensão, asseveram Vicente Paulo e Marcelo Alexandrino:

> No tocante aos direitos fundamentais de quarta dimensão, por exemplo, o Prof. Paulo Bonavides entende que constituem o direito à democracia, o direito à informação e o direito ao pluralismo jurídico, dos quais depende a concretização da sociedade aberta ao futuro, em sua dimensão da máxima universalidade. Já para o Prof. Norberto Bobbio, a quarta dimensão decorre dos avanços da engenharia genética, que colocam em risco a própria existência humana, pela manipulação do patrimônio genético (PAULO, ALEXANDRINO, 2017, p.217).

Na linha de raciocínio externada por Ingo Wolfgang Sarlet *apud* Pedro Lenza:

> a proposta do Prof. Bonavides, comparada com as posições que arrolam os direitos contra a manipulação genética, mudança de sexo etc., como integrando a quarta geração, oferece nítida vantagem de constituir, de fato, uma nova fase no reconhecimento dos direitos fundamentais, qualitativamente diversa das anteriores, já que não se cuida apenas de vestir com roupagem nova reivindicações deduzidas, em sua maior parte, dos clássicos direitos de liberdade (LENZA, 2016, p.1159).

Embora não haja consenso conforme supracitado, é imperioso relatar os pensamentos externados pelo nobre jurisconsulto Paulo Bonavides que atua pela elevação do direito à paz ao patamar da quinta dimensão de direitos fundamentais, chegando a afirmar que "o direito à paz tem papel central de supremo direito da humanidade" [3].

Para finalizar este introito, é de suma importância assentar sucintamente as características essenciais dos direitos fundamentais, quais sejam:

[3] BONAVIDES, Paulo (2008). **A quinta geração de direitos fundamentais**. Revista Brasileira De Direitos Fundamentais & Justiça, 2(3), p. 82-93, p. 82. Disponível em: <https://doi.org/10.30899/dfj.v2i3.534> Acesso em 23 de outubro de 2021.

a) Universalidade: os direitos fundamentais são direcionados a todos os seres humanos sem distinção, independendo da nacionalidade, raça, sexo, cor, credo, convicção política ou filosófica;
b) Imprescritibilidade: tal característica impõe que os direitos fundamentais não caducam com o decorrer do tempo, ou seja, são perenes;
c) Inviolabilidade: significa que o Estado deve observar e respeitar os direitos fundamentais se abstendo de atos contrários aos mesmos;
d) Efetividade: ratifica o entendimento de que o poder público deve atuar pela efetivação dos direitos fundamentais;
e) Inalienabilidade: clarifica a impossibilidade de transferências dos direitos fundamentais para outrem;
f) Interdependência: esta característica determina que os direitos fundamentais não devem ser tratados de maneira isolada, mas em conjunto afim de alcançar efetividade.
g) Irrenunciabilidade: os direitos fundamentais não podem ser renunciados pelos indivíduos;
h) Complementaridade: esta característica dispõe que não existe hierarquia entre os direitos fundamentais de maneira que devem ser interpretados em conjunto.
i) Concorrência: os direitos fundamentais podem e devem ser exercidos cumulativamente, devendo o poder público atuar para que todos os indivíduos possam fruir desses direitos ao mesmo tempo;
j) Limitabilidade ou relatividade: ressalta que os direitos fundamentais não são absolutos, podendo ser limitados de acordo com o previsto na legislação.
k) Historicidade: afirma que os direitos fundamentais são frutos de uma construção e evolução histórica, através de lutas e revoluções que culminaram na assunção deles ao longo do tempo;

Quanto às características acima mencionadas, resta afirmar que não foram exauridas e que os doutrinadores vêm paulatinamente ampliando-as, inexistindo consenso em relação as nomenclaturas e quantidade.

O ACESSO À JUSTIÇA NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988

Feitos os devidos esclarecimentos quanto as origens, o significado, a evolução e as características dos direitos fundamentais, tem-se que no ordenamento jurídico pátrio, a Carta Magna os positivou em seu Título II, dos direitos e garantias fundamentais, com subdivisões em cinco capítulos, quais sejam: dos direitos e deveres individuais e coletivos; dos direitos sociais; da nacionalidade; dos direitos políticos e dos partidos políticos.

Os direitos e deveres individuais e coletivos estão delineados no artigo 5° da Constituição Cidadã, cujo *caput* dispõe, *in verbis*:

> **Art. 5º** Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes. (BRASIL, 1988).

Os desdobramentos desses mandamentos foram dispostos pelo legislador em setenta e oito incisos, constitucionalizando a primeira e segunda dimensões de direitos fundamentais em território nacional.

O tema deste capítulo repousa na inteligência contida no inciso XXXV do referido artigo 5º da Carta Constitucional de 1988[4], versando que "a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito". Temos que o legislador originário positivou constitucionalmente, o direito fundamental de acesso à justiça, que é doutrinariamente reconhecido por diversas nomenclaturas tais como, o princípio da inafastabilidade da jurisdição, princípio do livre acesso ao judiciário, direito fundamental à tutela jurisdicional, dentre outros.

Através da leitura atenta ao inciso em comento, depreende-se que como direito fundamental, o acesso à justiça está disponível a todos os cidadãos que buscarem a prestação jurisdicional do Estado que tem o dever de prover todos os meios possíveis para sua efetivação, ou seja, o texto constitucional determina que o legislador ordinário

[4] BRASIL. **Constituição** (**1988**). **Constituição** da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado **Federal**: Centro Gráfico, **1988**.

não poderá criar normas que impeçam ou dificultem o livre acesso à tutela pretendida pelos sujeitos de direitos.

Este entendimento representa uma quebra de paradigmas em relação aos modelos de acesso à justiça insculpidos durante os séculos XVIII e XIX que continham visões metodológicas de cunho individualista, divergindo da visão modernamente apregoada cuja meta é o alcance do bem-estar social através da satisfação plena do direito fundamental de acesso à justiça. Corroborando com o que se afirma Mauro Capelletti e Bryant Garth asseveram que o:

> Direito ao acesso à proteção judicial significava essencialmente o direito formal do indivíduo agravado de propor ou contestar uma ação. A teoria era a de que, embora o acesso à justiça pudesse ser um "direito natural", os direitos naturais não necessitavam de uma ação do Estado para sua proteção (1). Esses direitos eram considerados anteriores ao Estado; sua preservação exigia apenas que o Estado não permitisse que eles fossem infringidos por outros. O Estado, portanto, permanecia passivo, com relação a problemas tais como a aptidão de uma pessoa para reconhecer seus direitos e defendê-los adequadamente, na prática. Afastar a "pobreza no sentido legal" – a incapacidade que muitas pessoas têm de utilizar plenamente a justiça e suas instituições – não era preocupação do Estado. A justiça, como outros bens; no sistema do laissez-faire só podia ser obtida por aqueles que pudessem enfrentar seus custos; aqueles que não pudessem fazê-lo eram considerados os únicos responsáveis por sua sorte. O acesso formal, mas não efetivo à justiça, correspondia à igualdade, apenas formal, mas não efetiva (CAPPELLETTI, GARTH, 1998, p.09).

Dada a citação ao sistema *laissez-faire* que vem do idioma francês e significa deixar fazer, é fundamental esclarecer que conforme os pensamentos de Vicente Paulo e Marcelo Alexandrino[5], ele advém do ideário iluminista do século XVIII e primava pelo individualismo que foi fonte diretiva para o liberalismo dos séculos XVIII, XIX e início do século XX. Este conceito estabelecia a mínima intervenção estatal na vida privada, de modo que as Constituições promulgadas com embasamento nestas premissas eram caracterizadas pela definição da organização do Estado, da forma do exercício e passagem do poder e, sobretudo, da limitação da atuação do Estado frente a positivação dos direitos fundamentais do ser humano. Vale o registro de que a Constituição dos Estados Unidos da América/1787 e a Constituição da França/1791 foram baseadas nesse

[5] CAPPELLETTI, Mauro; GARTH, Bryant. **Acesso à justiça**. Tradução de Ellen Gracie Northfleet. Porto Alegre: Fabris, 1998, 168 p., p.02.

sistema que primava pela autonomia de vontade dos indivíduos e pela abstenção do Estado ante a vida econômica e social das pessoas, de maneira que caberia aos governantes somente intervenções na seara política.

O liberalismo trouxe grandes avanços econômicos, tecnológicos e sociais com a garantia dos direitos individuais, todavia essas benesses ficavam restritas a uma pequena parcela da sociedade, a burguesia num primeiro momento e posteriormente, aos grandes industriários. O que se observou após a revolução industrial foi o aumento exponencial das desigualdades socais entre as classes dominantes e os trabalhadores que se amontoavam nas grandes cidades em moradias desprovidas das mínimas condições de salubridade, com jornadas de trabalho extenuantes e salários miseráveis, ou seja, abandonados à própria sorte, visto o caráter não intervencionista do Estado. A partir daí surgem muitas críticas ao ideário liberal que evoluíram para o pensamento atual de que o poder público deve atuar para a diminuição das desigualdades, visando o alcance do bem-estar social. Resta claro que o Estado brasileiro comunga desse objetivo, como depreende-se através do preâmbulo da Magna Carta, *in verbis*:

> Nós, representantes do povo brasileiro, reunidos em Assembleia Nacional Constituinte para instituir um Estado Democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias, promulgamos, sob a proteção de Deus, a seguinte CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL (BRASIL, 1988).

Regressando ao inciso XXXV do artigo 5º do Constituição Cidadã, verifica-se que a determinação expressa de que a lei não excluirá da apreciação dos órgãos jurisdicionais lesão ou ameaça a direito, é bem mais complexa do que parece, conforme preleciona Watanabe *apud* Pedro Lenza:

> a problemática do acesso à Justiça não pode ser estudada nos acanhados limites do acesso aos órgãos judiciais já existentes. Não se trata apenas de possibilitar o acesso à Justiça enquanto instituição estatal, e sim de viabilizar o acesso à ordem jurídica justa (LENZA, 2016, p.1214-1214).

Nesta senda, Pedro Batista Martins *apud* Ivan Aparecido Ruiz e Kenza Borges Sengik, dispõem sobre o dever do Estado em possibilitar a solução dos conflitos para a pacificação social:

> O dever de assegurar o acesso à justiça não se limita a simples possibilidade de distribuição do feito, ou a manutenção de tribunais estatais à disposição da população, mas engloba um complexo sistema de informação legal aos hipossuficientes jurídicos, o patrocínio de defesa dos interesses daqueles econômica e financeiramente desprotegidos que possibilitem a igualdade de todos e, acima de tudo, uma justiça célere em prol do jurisdicionado (RUIZ, SENGIK, 2013, p.217).

Finalmente, dada a profundidade e abrangência do direito fundamental de acesso à justiça, muitos autores o consideram o mais importante dentre todos os direitos fundamentais assentados, uma vez que através dele, todos os demais serão garantidos.

Desta forma, é límpido o entendimento de que os legisladores ordinários e os intérpretes das normas jurídicas devem atuar paulatinamente para prover o acesso equitativo à justiça e contribuindo para a efetiva materialização do Estado Democrático de Direito, tornando a sociedade mais justa e igualitária.

CONCLUSÃO

O ser humano não apenas existe, mas coexiste. Esta realidade social implica em uma convivência caótica, eivada de pretensões por parte de alguns e resistências a essas pretensões por parte de outros, daí, ser impossível não haver os conflitos.

Ocorre que os conflitos sociais devem ser pacificados, solucionados. A forma ideal é que as pessoas conseguissem solucionar seus próprios conflitos elas próprias, porém, nem sempre isso é possível, sendo necessário a intervenção de uma terceira pessoa para auxiliar nesse fim.

Essa terceira pessoa pode ser a figura de um mediador, ou mesmo de um árbitro, podendo mesmo, se até o Estado, pelo seu exercício jurisdicional, que é medida de sua

competência. Ocorre que o acesso à Justiça tem que ser facilitado e amplo, para que alcance todos os jurisdicionados do Estado. Isso nem sempre ocorre.

Mais que um direito insculpido na lei, é o acesso à Justiça um direito fundamental, insculpido na Constituição Federal de 1988. São garantias dadas aos cidadãos para que o Estado não cometa arbitrariedades quanto aos jurisdicionados poderem exercer livremente seus direitos em todas as esferas possíveis. O Estado deve se abster de criar normas ou impor medidas que dificultem ou obstem o acesso à Justiça por parte dos cidadãos. Quando se diz deste dever negativo do Estado, não se está dizendo apenas de dificultar o acesso ao Judiciário, mas de uma vasta gama de situações que dificultem o hipossuficiente de buscar e perseguir seus direitos lesados ou ameaçados de assim o serem pelo Estado ou particulares.

Devem as normas infraconstitucionais serem interpretadas conforme a Constituição Federal, como bem defende a corrente do neoconstitucionalismo, sobretudo, as normas de competência, gratuidade, ônus que devem observar o direito fundamental do acesso à Justiça.

REFERÊNCIAS

BONAVIDES, Paulo (2008). **A quinta geração de direitos fundamentais**. Revista Brasileira De Direitos Fundamentais & Justiça, 2(3), p. 82-93, p. 82. Disponível em: <https://doi.org/10.30899/dfj.v2i3.534> Acesso em 23 de outubro de 2021.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

CAPPELLETTI, Mauro; GARTH, Bryant. **Acesso à justiça**. Tradução de Ellen Gracie Northfleet. Porto Alegre: Fabris, 1998.

LENZA, Pedro. **Direito constitucional esquematizado® / Pedro Lenza**. 20ª ed., São Paulo: Saraiva, 2016.

MORAES, Alexandre de. **Direito Constitucional**. 13ª ed. São Paulo: Atlas, 2003.

PAULO, Vicente; ALEXANDRINO, Marcelo. **Direito Constitucional descomplicado**. 16ª ed., São Paulo: MÉTODO, 2017.

RUIZ, Ivan Aparecido; SENGIK, Kenza Borges. O acesso à justiça como direito e garantia fundamental e sua importância na constituição da república federativa de 1988 para a tutela dos direitos da personalidade. **Revista Jurídica Cesumar** - Mestrado, v. 13, n. 1, p. 209-235, Jan. /jun. 2013 - ISSN 1677-64402, p. 217. Disponível em <https://periodicos.unicesumar.edu.br/index.php/revjuridica/article/view/2887> acesso em 12 de outubro de 2021.

POLÍCIA FEMININA DO RIO GRANDE DO NORTE: RELAÇÕES DE GÊNERO E CONDIÇÕES DE TRABALHO

FEMALE POLICE OF RIO GRANDE DO NORTE: GENDER RELATIONS AND WORKING CONDITIONS

MUJERES POLICÍAS DE RIO GRANDE DO NORTE: RELACIONES DE GÉNERO Y CONDICIONES LABORALES

Rejane Marinho de SOUZA[6]

Hilderline Câmara de OLIVEIRA[7]

Paulo Sérgio Silva de Souza LACERDA[8]

RESUMO

As relações de gênero são construídas historicamente, sendo fundamental compreender seus aspectos socioculturais e normativos. Diante desse cenário, o estudo parte da seguinte indagação: como ocorrem as relações de gênero e as condições de trabalho das policiais femininas da Polícia Militar do estado do Rio Grande do Norte (PMRN)? Sendo assim, delimitamos como escopo geral desta pesquisa identificar como acontecem as relações de gênero e as das policiais femininas da PMRN. Os recursos metodológicos utilizados foram a pesquisa exploratória, com abordagem quantitativa, e o estudo de caso. Também foi usada a técnica de coleta de dados, que ocorreu através da aplicação de um questionário produzido no *Google Forms*, o qual foi distribuído em grupos de *WhatsApp* das policiais. Os resultados indicaram que 35,6% delas têm até 30 anos de idade; que 26,1% estão na faixa dos 31 aos 40 anos e que 23,9% têm entre 41 e 50 anos. Além disso, 83,3% afirmaram que em seus locais de trabalho há instalações de

[6] Graduação em Farmácia - Bioquímico e Analista Clínico – UFRN/2000. Capitã do Quadro de Oficiais de Saúde da Polícia Militar do Rio Grande do Norte. (E-mail: tenrejane@gmail.com). Orcid: https://orcid.org/0000-0002-0186-616X.

[7] Pós-Doutorado em Direitos Humanos, Políticas Públicas e Cidadania – UFPB/2018. Doutorado em Ciências Sociais – UFRN/2010. Mestrado em Serviço Social – UFRN/2004. Especialização em Educação em Saúde – EDUCAMAIS/2021. Especialização em Mediação e Conciliação de Conflitos – ISE/2021. Especialização em Antropologia Cultural – UFRN/2004. Graduação em Sociologia Licenciatura – UNINTER/2021. Graduação em Serviço Social – UFRN/2001. (E-mail: hilderlinec@hotmail.com). Orcid: https://orcid.org/0000-0003-4810-117X

[8] Capitão do Quadro de Oficiais Combatentes da Polícia Militar do Rio Grande do Norte. Professor da graduação do Curso de Direito do Centro Universitário Natalense. Especialista em Direito Processual Civil. Direito e Processo do Trabalho. (E-mail: pauloexjure@gmail.com). Orcid: https://orcid.org/0000-0002-5755-9222.

uso exclusivo para mulheres, o que demonstra um grande avanço na conquista da mulher policial por seu espaço dentro da instituição. Em suma, evidenciamos a necessidade de implementação de políticas públicas e interinstitucionais que promovam de fato a igualdade de gênero, bem como de fomento de novos estudos que promovam a discussão sobre o papel e as mudanças provocadas pela presença feminina em corporações militares.

Palavras-chave: Gênero; Condições de Trabalho; Polícia Militar.

ABSTRACT

Gender relations are historically structured, so is fundamental to understand their socio-cultural and normative aspects. In this scenario, the study starts from the following question: how do gender relations and working conditions of female officers of the Military Police of the State of Rio Grande do Norte occur? Thus, the general scope of this research was to identify how gender relations and working conditions of female police officers of the PMRN occur. The methodological resources used were exploratory research with a quantitative approach and the case study. Using the data collection technique by applying a questionnaire produced in *Google Forms*, distributed in the policewomen's *WhatsApp* groups, the results obtained indicated that 35.6% of them are up to 30 years old; 26.1% are in the range of 31 to 40 years old, and 23.9% are between 41 and 50 years old. In addition, 83.3% stated that there are exclusive facilities for women in their workplaces, which shows an extensive advance in the policewomen achievement for their space in the institution. In summary, we point out the necessity of the implementation of inter-institutional public policies to promote gender equality, as well as the promotion of new studies that blooms discussion about the role and changes caused by the female presence in military corporations.

Keywords: Gender. Working Conditions. Military Police.

RESUMEN

Las relaciones de género se construyen históricamente, y es fundamental comprender sus aspectos socioculturales y normativos. Ante este escenario, el estudio parte de la siguiente pregunta: ¿cómo se dan las relaciones de género y las condiciones de trabajo de las mujeres policías de la Policía Militar del Estado de Rio Grande do Norte (PMRN)? Por lo tanto, definimos como alcance general de esta investigación identificar cómo se dan las relaciones de género y las de las mujeres policías del PMRN. Los recursos metodológicos utilizados fueron la investigación exploratoria, con enfoque cuantitativo, y el estudio de caso. También se utilizó la técnica de recolección de datos, que ocurrió a través de la aplicación de un cuestionario elaborado en Google Forms, que fue distribuido en grupos de WhatsApp de policías. Los resultados indicaron que el 35,6% de ellos tiene hasta 30 años; que el 26,1% tiene entre 31 y 40 años y que el

23,9% tiene entre 41 y 50 años. Además, el 83,3% manifestó que sus lugares de trabajo cuentan con instalaciones para uso exclusivo de mujeres, lo que demuestra un gran avance en la conquista de mujeres policías para su espacio dentro de la institución. En definitiva, destacamos la necesidad de implementar políticas públicas e interinstitucionales que realmente promuevan la igualdad de género, así como impulsar nuevos estudios que promuevan la discusión sobre el rol y los cambios que provoca la presencia femenina en las corporaciones militares.

Palabras llave: Género; Condiciones de trabajo; Policía militar.

INTRODUÇÃO

Lugar de mulher é realmente onde ela quiser? Analisando esta máxima, tão repetida em discussões acerca da luta da equidade de gêneros, em especial da inclusão feminina no mercado de trabalho, busca-se desvendar quão real é esta afirmativa na prática. Estudar as relações de gênero no espaço laboral é importante e necessário, pois pode servir como indicador do avanço feminino na conquista de espaço no mercado de trabalho, bem como pode suscitar questionamentos acerca do que tem sido feito para minimizar as diferenças de gênero na sociedade.

Um dos desafios para o processo de empoderamento feminino é o fato de que, ao longo dos séculos, o poder de decisão pertencia aos homens, tanto na esfera pública quanto no familiar (MARTINS, 2003). A estereotipagem da superioridade masculina diante da fragilidade feminina, por seu engessamento cultural e institucional, faz com que a própria mulher desacredite em seu potencial. Assim, conforme Colcerniani; D'avila Neto e Cavas, (2015), “[...] uma das formas evidentes de expressão do fenômeno da estereotipagem dos gêneros é a divisão sexual do trabalho entendida como forma de organização que separa as atividades laborativas entre masculinas e femininas.”

Na visão de Cazé (2018), a ascensão da mulher às forças policiais é um fenômeno relativamente recente no campo da segurança e tomou um caminho marginal e secundarizado, quando analisado à luz das “vaidades” construídas no cotidiano

policial marcadamente machista, misógino e excludente dos outros gêneros, que não o masculino. Entre os estudos que discutem as relações de gênero no âmbito militar, podemos citar o de Cappelle e Melo (2010), que busca compreender as características da mulher que escolhe ser policial no estado de Minas Gerais, o seu papel no cotidiano na tentativa de melhorar as interações sociais em uma sociedade a partir do combate intenso da criminalidade.

No estado do Rio Grande do Norte, onde a polícia feminina atua há mais de 30 anos, ainda faltam estudos acerca deste tema. Para entender o tratamento da mulher no meio policial militar, relacionando-o a questões de gênero e condições de trabalho, investigaremos o tema mediante a seguinte pergunta de pesquisa: como se dão as relações de gênero e as condições de trabalho das mulheres policiais da Polícia Militar do estado do Rio Grande do Norte? Diante disso, delimitamos como objetivo geral desta pesquisa identificar como ocorrem as relações de gênero e as condições de trabalho destas profissionais e, especificamente, identificar as principais situações de constrangimento, discriminação ou assédio sofridas por elas, assim como o(s) público(s) de onde partem tais situações. Por fim, pretendemos ainda relatar as fragilidades das condições de trabalho vivenciadas e o que elas almejam de melhorias em seu ambiente laboral.

Dito isto, destacamos que este artigo é composto por cinco seções: a primeira é composta pela presente introdução; a segunda traz o referencial teórico, que aborda as categorias de análise deste estudo, como, por exemplo, gênero, além de expor um conjunto de ideias de autores que discutem o tema. A terceira seção é constituída pelos procedimentos metodológicos; já a quarta seção apresenta a análise dos dados, ou seja, o relato dos resultados da pesquisa; finalmente, a quinta seção é destinada à exposição das considerações finais, que não pretendem esgotar o tema, mas sim proporcionar novas reflexões em seu entorno.

REFERENCIAL TEÓRICO

De acordo com Leskinen (2004), a inserção mais intensa da mulher no mercado de trabalho ocorreu durante a I e a II Guerra Mundial (1914 – 1918 e 1939 – 1945), quando os homens iam para as batalhas e as mulheres passavam a assumir os negócios da família e a posição dos homens na rotina de trabalho.

Antes disso, no período da Revolução Industrial, boa parte da mão de obra feminina já havia sido transferida para dentro das fábricas. Nessa época, o trabalho da mulher foi muito utilizado, principalmente na operação das máquinas. O objetivo dos empresários em utilizar a mão de obra feminina era a de baratear os salários. Em razão disso, as mulheres sujeitavam-se a jornadas de trabalho de 14 a 16 horas por dia, salários baixos, em ambientes insalubres e cumprindo obrigações além das que lhes eram possíveis. Além de tudo, a mulher deveria, ainda, cuidar dos afazeres domésticos e dos filhos, não havendo proteção durante os períodos de gestação ou de amamentação (MARTINS, 2008; GARCIA e CONFORTO, 2012).

Do ponto de vista demográfico, dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2019, apontam que:

> [...] o número de mulheres no Brasil é superior ao de homens. A população brasileira é composta por 48,2% de homens e 51,8% de mulheres. Na faixa etária até 24 anos, os homens tiveram estimativa superior à das mulheres. Totalizaram, em 2019, 17,8%, contra 17,2% da população feminina da mesma faixa etária. Por outro lado, a partir dos 25 anos de idade, a proporção de mulheres era maior que a dos homens em todos os grupos de idade.[9]

Para Probst (2013), no cenário atual brasileiro, a história da mulher no mercado de trabalho está sendo escrita com base, fundamentalmente, em dois quesitos: a queda da taxa de fecundidade e o aumento no nível de instrução da população feminina. Estes fatores vêm acompanhando, passo a passo, a crescente inserção da mulher no mercado e a elevação de sua renda.

[9] Disponível em: https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/18320-quantidade-de-homens-e-mulheres.html#:~:text=Na%20faixa%20et%C3%A1ria%20at%C3%A9%2024,todos%20os%20grupos%20de%20idade.

Segundo levantamento de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística/IBGE (2020) a taxa de fecundidade vem caindo progressivamente no Brasil. De modo que:

> [...] as mães brasileiras estão tendo cada vez menos filhos, em média. Nas últimas décadas, o índice já despencou de uma média de 6,16 filhos por mulher, em 1940, para 1,76 filho por mãe do país, no dado mais recente, de 2020. Com menos filhos, as mulheres puderam conciliar melhor o papel de mãe e trabalhadora.[10]

Quanto à educação, em 2019 o IBGE publicou um estudo mostrando uma tendência geral de aumento da escolaridade das mulheres em relação aos homens, com as mulheres atingindo, em média, um nível de instrução superior ao dos homens. Entre os homens com 25 anos ou mais de idade, 15,1% têm ensino superior completo. Já entre as mulheres com 25 anos ou mais de idade no país, 19,4% completaram o ensino superior.

Porém, mesmo ganhando espaço no mercado de trabalho nos últimos anos, as mulheres ainda enfrentam diversos obstáculos no cotidiano trabalhista, entre eles as relações de gênero. A expressão "gênero" começou a ser utilizada para mostrar que as diferenças entre homens e mulheres não são apenas físicas e biológicas. Essa temática está relacionada às desigualdades entre homens e mulheres na sociedade, desigualdades que foram construídas historicamente a partir das diferenças entre os sexos (OLIVEIRA, 2011).

Corroborando Santos (2017, p.15)

> A dimensão societária se agregada à análise criteriosa possibilitaria demonstrar o quanto o preconceito se instituiu nas relações sociais e se reproduz como um instrumento de ação voltado para a dominação e o controle. O preconceito obstaculiza o desenvolvimento da individualidade, ceifa descobertas e encontra modos contínuos de assegurar sua reprodução. Parece ir sempre mais além. Tem força destrutiva que atua no bloqueio da consciência de que o indivíduo é gênero humano.

[10] Disponível em: https://www.cnnbrasil.com.br/business/impacto-economico-do-envelhecimento-da-populacao-pode-ser-adiado-diz-presidente-do-ibge/#:~:text=Ou%20seja%2C%20as%20m%C3%A3es%20brasileiras,filhos%20cada%20vez%20mais%20tarde.

Também é importante destacarmos as palavras de Braga (2019, p.211), quando afirma que "[...] o trabalho precarizado, [as] relações de poder e a divisão sexual do trabalho são as principais dimensões relacionadas com as condições de trabalho das mulheres. As diferenças de gênero permanecem arraigadas no contexto laboral, muitas vezes, tratadas de forma naturalizada."

Ademais, independentemente do tipo de ocupação, é possível identificar relações de poder e desigualdade de gênero estabelecidas nos ambientes laborais, e que essas podem chegar a casos extremos de violência no trabalho. As violências variam desde o assédio moral ao sexual e até mesmo à ação física. (BRAGA, 2019)

Para Silva (2001, p.01) corrobora com as palavras acima ao afirmar: "Dentre as várias profissões ocupadas pela mulher, chama-nos a atenção a de policial feminino, uma vez que tal profissão era exclusividade do sexo masculino. Ainda hoje, há um percentual infinitamente superior de homens integrando o quadro dessa profissão".

Por sua vez, Donadio (2009, p. 82) coloca que "[...] as características próprias do trabalho policial levaram a que a incorporação da mulher se desse numa perspectiva funcional, para desempenhar atividades relacionadas com as problemáticas sociais, de ajuda a outras mulheres, crianças e idosos. Subjacente havia a convicção de que a mulher policial poderia ter uma relação estreita e especial com a comunidade, com um papel pacificador e protetor."

A participação feminina nas instituições policiais brasileiras iniciou em meados do século XX, quando a Polícia Militar de São Paulo admitiu pela primeira vez mulheres em seus quadros. Foi a instituição policial-militar pioneira da inclusão feminina no Brasil (WOLFF, 2009). A atuação de mulheres em missões policiais no Brasil ocorreu especificamente no ano de 1950 e, nessa época, o direcionamento das policiais femininas era para ocorrências ligadas à prostituição e a delinquência juvenil.

A inserção mais intensa de mulheres nas Polícias Militares brasileiras ocorreu ao longo da década de 1980, a partir da limitação de cotas máximas para as candidatas do

sexo feminino, que dificilmente ultrapassavam o patamar de 10% (BRASIL, 2013). Conforme Cappelle (2006, p.30): “A justificativa para esse percentual era a diferença biológica entre homens e mulheres, o que transformaria as atividades desempenhadas pelas policiais femininas em algo de natureza distinta da masculina.”

Dessa forma, as funções a serem exercidas por essas policiais eram as de secretárias, telefonistas, recepcionistas, enfermeiras, datiloscopistas e datilógrafas (MOREIRA, 2011, p. 76). Nesse contexto, Lima (2002) apud Ribeiro (2018) informa que, na década de 1990, as Polícias Militares tinham incorporado o sexo feminino em suas tropas, todavia, essa inclusão restringia as funções das mulheres na corporação a determinadas funções.

Lima (2008), em seu livro intitulado de “Atividade policial e o confronto armado”, afirma que existem vinte e dois critérios necessários para a inserção na Polícia Militar e eles são: autoridade, atenção aos detalhes, controle emocional, resistência, inteligência, adaptabilidade, segurança, assertividade, sociabilidade, tônus vital, ambição, controle de agressividade, iniciativa, integridade, sensibilidade interpessoal, capacidade de observação, capacidade de comunicação oral, impacto pessoal, confrontação com problemas, capacidade de recuperação, tolerância a tensões e vigilância.

Por seu lado, Fisher (2001) diz que entre os talentos naturais das mulheres estão: a apetência pelo trabalho em rede e pela negociação, a sensibilidade emocional e a empatia, a capacidade de conciliar diversas tarefas ou a facilidade de comunicação verbal, estão particularmente adequados à sociedade global do século XXI. Assim, o crescimento e mudanças na sociedade atual, como o aumento de serviços globais e de uma política comunicacional mais forte, conferem mais uma vantagem à mulher de hoje, visto que seus talentos naturais e capacidades são mais requisitados na era em que vivemos.

Na concepção de Braga (2012) a participação das mulheres no trabalho operacional da PM está regida por práticas de determinação, inovação e, sobretudo, por

práticas de natureza práticas efetivas de interações sociais, assim como anuncia e denotam novas práticas de fazer policiamento, onde a “fragilidade” da mulher é substituída por um modelo de uso de atributos femininos, como coragem, flexibilidade e dinamismo.

No Rio Grande do Norte, a história da participação feminina na Polícia Militar começou apenas em 1987, culminando com a criação da Companhia Feminina em 1990. Segundo dados da Pesquisa Perfil das Instituições de Segurança Pública, realizada pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública, o Rio Grande do Norte possuía, em 2017, um total de 122 mulheres na corporação, ou seja, 1,54% do efetivo policial, comparando-se a 7.894 homens. Isso significa dizer que possuía, na época, 64,7 homens para uma mulher. É a pior proporção entre os 25 estados que responderam o estudo. O efetivo feminino também era o menor do Brasil.

Segundo Dias e Rosa:

> Há uma preocupação indisfarçada por parte das instituições policiais, que se manifesta, desde os cursos de formação até a atuação na atividade-fim, no sentido de reiterar que a postura adequada de um bom policial é aquela que está dentro de um tom de valentia, coragem, belicosidade, ou outros predicados capazes estampar a faculdade do uso da força, mesmo que dela não se faça uso ordinário (DIAS; ROSA, 2014, p.164).

Ademais, os referidos autores destacam que:

> [...] a virilidade marca o modo de fazer segurança pública no Brasil e, dentro deste ínterim elementos como a docilidade, a paciência, a meticulosidade, a delicadeza ou qualquer outro traço que corresponda ao que se entende por feminino perde importância, destaque e espaço (DIAS; ROSA, 2014, p.164).

O retrato dessa realidade é a mulher sendo excluída das instituições policiais por ser considerada inapropriada para a função, deixando claro o incômodo causado por sua presença em ambientes predominantemente masculinos.

Em sendo difundido e socialmente aceito o trabalho feminino, vários questionamentos acerca das peculiaridades e dos cenários onde perduram a distinção

entre os segmentos masculino e feminino vêm à tona, levando a reflexões pontuais, importantes e necessárias. Capelle e Mello (2010), bem como Soares e Musumeci (2005) entendem que a mão de obra policial-militar feminina tende a ser empregada sob uma visão protecionista, sendo empregada em atividades diversas da atividade operacional, isto é, fora do combate direto à criminalidade. Trata-se de um papel tanto segregador, que utiliza a mão de obra feminina em atividades popularmente conceituadas como essencialmente femininas, quanto inferiorizador, por subestimar a sua capacidade laboral. Trata-se de uma inconstante e variável luta entre a afirmação e a negação da condição de igual.

O estudo de Cazé (2018), por sua vez, revela que os preconceitos de gênero ainda são fatores preponderantes de uma matriz comportamental marcadamente patriarcal dentro da segurança pública e esse "modo de viver" profissional é vigente no âmbito das instituições policiais, onde as mulheres policiais, na totalidade das instituições pesquisadas, ainda não conseguiram desenvolver um estreitamento das relações de igualdade e, por consequência, ainda lutam por superar as mais distintas formas de misoginia.

PERCURSOS METODOLÓGICOS

Quanto ao objetivo, esta pesquisa é de cunho exploratório, o qual diz respeito à fase a preliminar de uma pesquisa, tem como finalidade proporcionar mais informações sobre o assunto, isto é, facilitar a delimitação do tema da pesquisa; orientar a fixação dos objetivos e a formulação das hipóteses ou descobrir um novo tipo de enfoque para o assunto. (PRODANOV E FREITAS, 2013)

Em relação aos procedimentos, este é um estudo de caso, que, para Yin (2001, p.27), "[...] é a estratégia escolhida ao se examinarem acontecimentos contemporâneos, mas quando não se podem manipular comportamentos relevantes". No tocante a abordagem do problema, é cunho quantitativo, que é caracterizado pelo uso da quantificação, tanto na coleta quanto no tratamento das informações, utilizando-se de

técnicas estatísticas (RICHARDSON, 1999).

Quanto à técnica de coleta de dados, foi utilizado o questionário semiestruturado. Tendo em vista a pandemia da Covid-19, foi necessário elaborar um questionário na plataforma *Google Forms.* Esse questionário contou com 22 questões, sendo 21 objetivas e 1 subjetiva, e foi disponibilizado online com o intuito de ser acessado e respondido em ambiente virtual. O acesso ao formulário foi feito via *WhatsApp*, por onde foram distribuídos links de acesso ao formulário produzido no *Google Forms*, visando com isso maior alcance em poder de resposta e público-alvo.

As participantes da pesquisa foram as policiais militares que fazem parte do quadro de oficiais e praças do Quadro Feminino da PMRN. Em consulta formalizada ao Departamento de Pessoal da PMRN, foi informado que no estado do Rio Grande do Norte existem 411 policiais femininas na ativa, divididas em 372 praças e 39 oficiais, conforme podemos verificar na tabela a seguir:

Tabela 1: Efetivo por Sexo

Ano	Masculino	% M	Feminino	%F
2019[1]	6510	97	178	3
2021[2]	7945	95	411	5

Fonte: 1 Ministério da Justiça e Segurança Pública / Secretaria Nacional de Segurança Pública – Pesquisa Perfil das Instituições de Segurança Pública, Polícias Militares do Brasil, 2019. 2 Diretoria de Pessoal da PMRN.

Destaca-se ainda que o método de estudo aqui empregado é o dialético, o qual parte da premissa de que, na natureza, tudo se relaciona, transforma-se e há sempre uma contradição inerente a cada fenômeno. Nesse tipo de método, "para conhecer determinado fenômeno ou objeto, o pesquisador precisa estudá-lo em todos os seus aspectos, suas relações e conexões, sem tratar o conhecimento como algo rígido, já que tudo no mundo está sempre em constante mudança." (PRODANOV E FREITAS, 2013, p.35)

Em relação às questões éticas, ressaltamos que a pesquisa foi autorizada pelo Comando-Geral da Polícia Militar do Rio Grande do Norte, através de autuação de processo Sistema Eletrônico de Informação (SEI) sob o número

01510170.000045/2022-68. Cabe, portanto, citar a Resolução de nº 510/2016, no *caput* do artigo 3º, que indica os princípios a serem seguidos neste tipo de pesquisa:

> I - reconhecimento da liberdade e autonomia; II - defesa dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo nas relações que envolvem os processos de pesquisa; III - respeito aos valores culturais, sociais, morais e religiosos, bem como aos hábitos e costumes, dos participantes das pesquisas; [..] V - recusa de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de indivíduos e grupos vulneráveis e discriminados e às diferenças dos processos de pesquisa [..]. (BRASIL, 2016, s/n).

Sendo assim, o trabalho respeitou todos os preceitos éticos que envolvem a pesquisa científica.

ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS ACHADOS DA PESQUISA

A seguir, serão apresentados os dados sobre a faixa etária das mulheres policiais militares e aqueles relacionados à profissão: ano de ingresso, motivação para o ingresso, área de atividade e satisfação profissional.

Tabela 2: Idade

	Quantidade	Percentual
20 a 30 anos	64	35,6%
31 a 40 anos	47	26,1%
41 a 50 anos	43	23,9%
51 a 60 anos	26	14,4%
Total	**180**	**100%**

Fonte: Coleta de dados/2022

Os resultados mostram a distribuição das profissionais por faixa etária. A partir das informações da tabela acima, verificamos uma composição jovem entre as respondentes da pesquisa, prevalecendo um percentual de 35,6% com até 30 anos de idade; seguido do percentual de 26,1% na faixa dos 31 aos 40; depois, 23,9% de 41 a 50 anos de idade; por último, temos um percentual de 14,4% na faixa dos 51 aos 60 anos. Essa distribuição está relacionada ao lapso temporal entre os concursos para ingresso na PMRN com vagas disponíveis para mulheres.

Conforme podemos verificar, a maior porcentagem (57,6%) das mulheres policiais que responderam à pesquisa ingressou no período de 2020 a 2021. Trata-se de um grupo recém-ingresso, com pouco mais de 1 ano de trabalho. Em 2021, foi formada a maior turma de policiais femininas, sendo 197 mulheres incluídas nas fileiras da Polícia Militar do Rio Grande do Norte, graças à Lei Complementar Nº 683/2021, de 27 de julho de 2021, que assegura a igualdade de acesso às vagas entre homens e mulheres na PMRN[11]. Essa foi a primeira formação de policiais após a promulgação da referida lei, que desmistificou a existência de cotas máximas para entrada de mulheres. Nos anos anteriores, os concursos obedeciam estritamente a uma legislação que disponibilizava apenas 62 vagas para mulheres, devido ao organograma da PMRN, onde o efetivo feminino não poderia exceder ao de uma companhia, a CPF em (Companhia de Polícia Feminina). (RIO GRANDE DO NORTE, 2021)

Questionadas sobre se o número de policiais femininas é suficiente dentro da corporação, 82,8% das participantes responderam que não; enquanto 17,2% concordaram que 411 mulheres são suficientes. Esse resultado demonstra que existem opiniões opostas quanto à utilidade da mulher dentro da polícia até mesmo pelas próprias policiais.

Em pesquisa realizada pela Secretaria Nacional de Segurança Pública em 2013 (SENASP), intitulada “Mulheres nas instituições de Segurança Pública: Estudo Técnico Nacional”, o assunto de cotas para ingresso de mulheres nas instituições de segurança pública não era consenso entre as pesquisadas. Embora afirmassem que homens e mulheres estivessem aptos à realização das mesmas atividades, as opiniões variavam quando se tratava de emprego de força física, visto que, nesse ponto, as mulheres não se igualam aos homens. Entre as pesquisadas, 56,28% opinaram contrariamente as cotas, considerando que deveriam entrar tantas mulheres quantas fossem aprovadas no concurso. Para 34,8%, no entanto, as cotas são necessárias, porque as mulheres obtêm melhores resultados nas provas e, consequentemente, os efetivos poderiam se tornar cada vez mais ‘femininos’. O problema, segundo algumas opiniões, é que algumas

11 Disponível em: http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/pola-cia-militar-do-rio-grande-do-norte-tem-menor-efetivo-feminino-do-paa-s/470619.

atividades exigem força física, um atributo masculino que as mulheres não conseguem suprir. (BRASIL, 2013)

Tabela 3: Motivação para ingressar na PMRN.

	Quantidade	Percentual
Estabilidade Profissional	127	70,6%
Vocação	52	28,9%
Salário	21	11,7%
Natureza da Atividade (adrenalina)	13	7,2%
Possui pai/mãe ou outro parente militar	34	18,9%
Nobreza da Missão (Servir e Proteger)	51	28,3%
Falta de opção	**2**	**1,1%**

Fonte: Coleta de dados/2022

Os dados evidenciam que os motivos que as levaram a procurar a área da segurança pública como trabalho. Como podemos perceber, uma porção significativa das respostas, 70,6%, concentra-se no aspecto estabilidade profissional. Depois disso encontramos a vocação e a nobreza da missão como maiores motivos para a entrada da PM, 28,9% e 28,3%, respectivamente. Nas demais respostas, temos, do maior ao menor percentual, as seguintes motivações: influência de algum parente militar (18,9%); salário (11,7%), e a adrenalina que a atividade proporciona (7,2%).

A análise dos dados permite concluir que a instituição policial representa uma importante porta de acesso ao mercado de trabalho para os jovens; e corrobora o estudo de Santos (2006) sobre as relações do indivíduo com as organizações, o qual mostra que a opção pela carreira militar vem sendo motivada preponderantemente por aspectos financeiros em detrimento de outros fatores, como a identificação com a atividade policial.

Analisando as demais escolhas, isto é, vocação, nobreza da missão e natureza da atividade, podemos dizer que essas representam a busca pela melhoria das condições de segurança pública, possivelmente promovida através da sua atuação. Além disso, as que foram influenciadas por terceiros (18,9%) é o caso das filhas de policiais ou parentes de militares que enxergaram na Polícia Militar uma possibilidade de emprego. Pode-se dizer que esse público, já em posse de informações e experiências repassadas, teria melhor adaptação à atividade policial.

Tabela 4: Área de atuação.

	Quantidade	Percentual
Policiamento Ostensivo (Rua, Viatura)	118	65,6%
Administrativa (burocrática)	32	17,8%
Saúde	14	7,8%
Ensino (PROERD)	2	1,1%
Outros	14	7,7%
Total	**180**	**100%**

Fonte: Coleta de dados/2022

A questão representada tem por objetivo apresentar o cenário de como são empregadas as policiais femininas dentro da PMRN. Assim, a área de atuação foi dividida em atividade fim (operacional) e atividade meio (administrativa, ensino e outros). Na atividade meio prevalecem as funções burocráticas e de apoio, como saúde, ensino, capelania e outros, sendo esporádicos os empenhos na área operacional. Já, na atividade fim, se enquadram as variações do policiamento ostensivo fardado, isto é, o "serviço de rua".

Os dados evidenciam a prevalência das policiais femininas atuando na atividade fim (65,6%); seguida da atividade meio (34,4%). Aqui, é importante mencionar que das 118 respostas positivas para policiamento ostensivo, 67% são oriundas do concurso mais recente, que foram distribuídas nas diferentes Organizações Policiais Militares (OPM's) da instituição, e elas devem permanecer pelo menos por 1 (um) ano nas unidades designadas.

Percebe-se que a partir dos papéis sociais, características e comportamentos foram determinados e separados entre femininos ou masculinos, e, com isso, a sociedade anseia que cada gênero tenha atitudes de acordo com o que foi preestabelecido, definindo o estereótipo de gênero. (GUIMARÃES, 2018)

Portanto, há duas formas de interpretar esse resultado: a carência de efetivo de policiais masculinos aplicados no policiamento ostensivo obriga os gestores a usarem estas mulheres nesse tipo de atividade tida como masculina; ou há um real avanço no tratamento dispensado à mulher policial no Rio Grande do Norte, dando oportunidade para que esta demonstre sua capacidade operacional, seu perfil de liderança e demais atributos necessários ao policial militar como profissional da segurança pública.

Pode-se dizer que esse resultado vai de encontro com a premissa de que a área de atuação das mulheres dentro da corporação é refém de uma cultura machista, por meio da qual as mulheres são empregadas em atividades descritas como mais adequadas ao perfil feminino, sendo aquelas de natureza burocrática e administrativa, conforme Soares e Musumeci (2005).

Tabela 5: Em relação a sua função na PMRN, você se considera:

	Quantidade	Percentual
Muito insatisfeita	6	3,3%
Insatisfeita	23	12,8%
Satisfeita	133	73,9%
Muito satisfeita	18	10%
Total	**180**	**100%**

Fonte: Coleta de dados/2022

A Tabela 5 representa o grau de satisfação das profissionais, nela, percebemos que 83,9% expressam uma avaliação positiva acerca das escolhas que fizeram, estando satisfeitas (73,9%) e muito satisfeitas (10%) com a função que desempenham dentro da corporação.

Segundo pesquisa de Minayo *et al* (2003), que também encontrou avaliações positivas em seus resultados, a razão para essa avaliação estaria relacionada a uma 'adesão identitária positiva' em relação à atividade profissional. Além disso, a satisfação também pode advir de uma avaliação sobre a capacidade de cada uma em superar os desafios e manter-se resistente a um contexto institucional patriarcal.

Já a insatisfação relatada por 16,1% pode ser explicada pelo estudo de Minayo e Adorno (2013), no qual são relatadas diversas causas para a insatisfação dentro das corporações, tais como: frustração e ressentimento pela falta de reconhecimento dos superiores e da população; queixas sobre salários; condições de trabalho; qualidade de vida; descontentamento com a justiça e o fato de os profissionais se sentirem permanentemente ameaçados.

Tabela 6: Durante o seu exercício profissional, já sofreu algum tipo de constrangimento, discriminação ou assédio

	Quantidade	Percentual
Sim, já fui vítima por homens	69	38,3%
Sim, já fui vítima por mulheres	3	1,7%
Sim, já fui vítima por homens e mulheres	34	18,9%
Nunca fui vítima	74	41,1%
Total	**180**	**100**

Fonte: Coleta de dados/2022

Quanto à questão de assédio, os dados da Tabela 6 demonstram que 58,9% das policiais já sofreram assédio moral ou sexual. É um resultado preocupante levando em consideração que mais da metade das participantes da pesquisa são policiais recém-ingressas. Ou seja, das 81 mulheres que adentraram há pouco tempo na corporação (2020 e 2021), 51 já sofreram algum tipo de assédio, constrangimento ou discriminação.

No tocante à discriminação, um aspecto relevante quanto às propensões ao assédio moral é o gênero. Conforme dados de pesquisa realizada na França (HIRIGOYEN, 2001), na qual se indica que 70% de mulheres, contra 30% de homens, são vítimas de assédio moral, ficou configurado que as mulheres são mais suscetíveis devido a sua inerente condição biológica e cultural, diante da fragilidade perante a virilidade masculina, bem como, pela sua condição submissa herdada de nossa sociedade patriarcal.

O assédio moral pode se manifestar na organização militar por diversas formas, sempre passiveis de acarretar prejuízos diretos à carreira da vítima, tais como o abuso de poder, a restrição de folgas, as escalas de serviço em horários inadequados, os serviços incompatíveis com o posto, e as perseguições, transferências, isolamentos e exclusões dos eventos oficiais e sociais (MARTINS, 2006, p.129).

Aprofundando ainda mais a problemática discutida, ao serem questionadas de que gênero originou a demanda ora debatida, 38,3% responderam que foram vítimas só de homens, enquanto 1,7% só por mulheres. Enquanto isso, 18,9% das respostas representam as policiais que já foram vítimas de homens e mulheres. Percebemos, dessa forma, que a mulher passa de vítima a ré, posicionando-se como ente discriminante e

causador de assédio moral a outras mulheres. É como se a cultura do machismo, há anos arraigado na nossa sociedade, influenciasse também a manutenção de relacionamentos abusivos entre o mesmo gênero.

Segundo a pesquisa da SENASP, referida anteriormente, embora seja frequente a afirmação que mulheres são 'naturalmente' mais amáveis, acolhedoras e dispostas ao diálogo, para as profissionais participantes da pesquisa, a variável sexo não foi um determinante quando se trata de avaliar se mulheres são mais compreensivas que homens quando ocupam cargos hierarquicamente superiores. (BRASIL, 2013) A forte competição entre mulheres no mundo do trabalho também foi verificada por Butler (1981) principalmente em posições nas quais o acesso feminino ainda é relativamente limitado.

Tabela 7: Se foi vítima de assédio sexual, especifique o público de onde originou:

	Quantidade	Percentual
Superior Hierárquico	64	35,7%
Colegas da mesma graduação ou posto	22	12,2%
Sociedade	59	32,8%
Subordinado	1	0,6%
Nunca fui vítima	34	18,7%
Total	**180**	**100**

Fonte: Coleta de dados/2022

Os dados mostram que o assédio por parte de superiores hierárquicos é o mais mencionado (35,7%), vindo em sequência os protagonizados por colegas do mesmo nível hierárquico (12,2%) e de nível inferior (0,6%). Por sua vez, o assédio advindo da sociedade também se mostrou expressivo, dado o percentual de 32,8% das respostas.

A questão levantada buscou identificar o principal grupo de responsáveis pelos casos de assédio na PMRN. Apesar da conceituação de assédio prever ascendência hierárquica do agressor contra o ofendido, foram incluídas outras possibilidades em que tanto os pares (mesmo posto ou graduação) ou os subordinados fossem apontados pelas entrevistadas como agentes que praticam assédio sexual. As respostas apresentadas indicam pelo menos dois tipos de assédio: de um lado, estão as experiências que refletem a objetificação da mulher pela sociedade, que consiste em analisar um

indivíduo em nível de objeto, sem considerar seu emocional ou psicológico, importando mais a conotação sexual do que todos os outros aspectos que a define enquanto indivíduo (BELMIRO *et. al*, 2015); de outro lado, estão os assédios perpetrados dentro da própria instituição, onde as mulheres deveriam ser respeitadas e valorizadas.

Tabela 8: Já testemunhou ou tomou conhecimento de algum caso de assédio sexual praticado contra policial feminina

	Quantidade	Percentual
Sim	127	70,6%
Não	53	29,4%
Total	**180**	**100%**

Fonte: Coleta de dados/2022

Na questão levantada acima, a policial passa da condição de vítima à de testemunha de assédio sexual sofrido por outra policial militar, colega no ambiente de trabalho. A intenção foi proporcionar maior sensação de conforto na fluência da resposta. Percebemos que a porcentagem das respostas positivas, nesse ponto, aumenta para 70,6%, o que endossa os resultados da Tabela 7.

O estudo de Santos e Carmo (2017) reforça esta intensificação de respostas positivas quando a vítima é colocada em posição de testemunha, sobretudo pelo fato de que (supostamente) a caracterização vitimizada exige da entrevistada uma lembrança negativa e (possivelmente) traumática no momento da resposta.

Tabela 9: Considerando as relações entre pares e superiores e a forma como homens e mulheres são tratados, você considera que:

	Quantidade	Percentual
Homens e mulheres são tratados de forma igualitária	29	16,1%
As mulheres são mais privilegiadas/protegidas	46	25,5%
Há mais privilégios/proteção para os homens	103	57,2%
Quando há interesse sexual existem os privilégios ao gênero feminino; e quando não há interesse sexual, as mulheres são desprestigiadas, desvalorizadas e desacreditadas com relação ao seu potencial.	1	0,6%
As mulheres são tratadas como se fossem inferiores aos homens.	1	0,6%
Total	**180**	**100%**

Fonte: Coleta de dados/2022

Questionadas sobre o tratamento dado a homens e mulheres nas suas instituições, observamos uma clara percepção de que há favorecimento aos homens. Essa percepção é clara entre as policiais, visto que uma grande parcela delas, 57,2%, reconhece que os homens recebem privilégios/proteção com frequência; enquanto uma porção menor, 25,5%, considera que as mulheres são mais privilegiadas ou protegidas. Além disso, 16,1% declaram que homens e mulheres são tratados de forma igualitária.

Tabela 10: já passou por alguma dessas situações no ambiente de trabalho

Assédio Moral	**Quantidade**	**Percentual**
Supervisionamento excessivo do seu trabalho	36	20,2%
Xingaram ou gritaram com você	38	21,3%
Foi humilhada por superiores, pares ou subordinados	35	19,7%
Atribuíram proposital e sistematicamente tarefas inferiores às suas competências	28	15,7%
Foi forçada a ser transferida de local de trabalho por não ceder ao assédio ou por sentir-se desconfortável com o tratamento de chefes e/ou colegas:	13	7,3%
Assédio Sexual	Quantidade	Percentual
Ouviu frases ofensivas ou de duplo sentido de conotação sexual	57	32%
Foi elogiada de forma constrangedora por seus atributos físicos	41	23%
Recebeu convites para sair de forma insistente e grosseira	34	19,1%
Foi alvo de agressões sexuais, através de contato físico não consentido	9	5,1%
Assédio Virtual	**Quantidade**	**Percentual**
Foi perseguida, hostilizada, ofendida ou intimidada através de redes sociais ou outra ferramenta tecnológica	8	4,5%

Fonte: Coleta de dados/2022

É possível que algumas das experiências de humilhações, desrespeito, discriminação e assédio moral possam fazer parte do cotidiano dos profissionais de segurança pública, independentemente de sexo. No caso das mulheres, essas experiências são agravadas pelo assédio sexual e pelos constrangimentos de natureza pejorativa, na forma de piadinhas, cantadas de colegas e superiores, bem como de comentários misóginos.

Para avançar no conhecimento dessas experiências, o questionário apresentou algumas situações e dados específicos sobre a questão tratada acima. As respostas foram subdivididas em tipos de assédio, segundo classificação da Cartilha Assédio sexual, Moral e Virtual no Trabalho, da Comissão Permanente de Orientação e Prevenção

contra o Assédio Moral, Virtual e Sexual (Copams). Importante relatar que 34,3% das pesquisadas informaram nunca terem passado pelas situações elencadas.

Tabela 11: No seu local de trabalho existem instalações para uso exclusivo feminino

Variáveis	Quantidade	Percentual
Sim	150	83,3%
Não	30	16,7%
Total	**180**	**100%**

Fonte: Coleta de dados/2022

Uma forma de avaliar a valorização profissional pode ser a partir de suas condições de trabalho – instalações, equipamentos e materiais adequados. Segundo Oliveira e Ferreira (2014), o não reconhecimento do trabalho em função da divisão sexual do trabalho significa o não reconhecimento do trabalho executado por determinado sexo. Tal concepção é concretamente nociva, já que, além de subestimar, rejeitar e discriminar o produto laboral em função de uma segregação sexual, fragiliza, desmotiva e prejudica a produção/produtividade do segmento em questão.

Do mesmo modo, Fraser (2007, p.108) afirma que:

> [...] o não reconhecimento aparece quando as instituições estruturam a interação de acordo com normas culturais que impedem a paridade de participação. [...] A interação é regulada por um padrão institucionalizado de valoração cultural que constitui algumas categorias de atores sociais como normativos e outros como deficientes ou inferiores.

De acordo com resultados constantes na tabela 11, verificamos que 83,3% afirmam que em seus locais de trabalho há instalações de uso exclusivo para mulheres, o que demonstra um grande avanço na conquista da mulher policial por seu espaço dentro da instituição. As 16,7% que responderam não haver alojamento/banheiro indicam o que precisa ser melhorado, pois, mesmo com 30 anos de presença feminina na corporação, ainda existem lacunas a serem preenchidas no que diz respeito a melhorias das condições de trabalho da mulher.

Tabela 12: Há disponibilização de Equipamento de Proteção Individual (EPI) adaptado para mulheres na PMRN

	Quantidade	Percentual
Sim	59	32,8%
Não	121	67,2%
Total	**180**	**100%**

Fonte: Coleta de dados/2022

Os dados informam os dados coletados a respeito da existência de mais um componente da valorização profissional pelas instituições de segurança pública – os Equipamentos de Proteção Individual, que devem ser adaptados às mulheres e oferecidos em condições de uso e número suficiente para atender a todas as profissionais, caso contrário, colocam em risco a segurança da tropa e da sociedade, por não proporcionar conforto e ergonomia necessários ao desenvolvimento da atividade operacional. Em relação a esse aspecto, 67,2% das policiais responderam não ter acesso aos EPI's femininos, retratando o atraso na valorização das policiais, uma vez que há anos elas estão integradas à corporação.

Em suma, ao analisar as relações de gênero e as condições de trabalho das policiais femininas do Rio Grande do Norte, foi possível identificar a presença da violência baseada no gênero na rotina laboral, bem como deficiências relacionadas às condições de trabalho.

A presença de mulheres na Polícia Militar do RN conta com cerca de 30 anos, no entanto, elas ainda experimentam falta de reconhecimento e de valorização. Os assédios moral e sexual são constantes, de maneira que o ambiente de trabalho acaba corroborando com o comportamento retrógrado de uma sociedade que tem pautado frequentemente a igualdade de gênero em todas as instâncias de poder, mas que, na prática, vivencia a cultura patriarcalista de outrora.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na Polícia Militar do RN, as mulheres também atuam na atividade operacional, no trabalho de policiamento em rua, em viaturas, combatendo o crime, mesmo que

teoricamente a função ostensiva exija rudeza e força física, e que haja certa resistência por parte de superiores e colegas homens. A quebra das limitações por cotas para ingresso da mulher na PMRN proporcionou igualdade de direitos, permitindo que elas concorressem de forma igual através de concursos públicos, do mesmo modo que seus colegas do sexo masculino.

Este estudo contou com um vasto número de pesquisas e referências bibliográficas que dissertam sobre a mesma temática, o que tornou possível a análise comparativa entre resultados, fortalecendo a veracidade das respostas. Como limitação acusamos o tipo de abordagem aqui empregada, visto que foi feito somente o uso da abordagem quantitativa em um corte transversal. Assim, para estudos futuros, sugerimos a adoção de uma abordagem qualitativa aliada à abordagem quantitativa, com a realização de entrevistas direcionadas a uma amostra do público-alvo, a fim de identificar possíveis peculiaridades que não foram percebidas na presente pesquisa.

Fica evidente a necessidade da implementação, em nível governamental e de comando da PMRN, de políticas públicas e interinstitucionais que promovam de fato a igualdade de gênero; além da necessidade do fomento de novos estudos que promovam a discussão sobre o papel e as mudanças provocadas pela presença feminina em corporações militares. Segue alguns exemplos de possíveis estudos e medidas:

a) Estudo técnico sobre a viabilidade de convênio/ parceira com a Central de Atendimento à Mulher para atendimento de casos de assédio sexual e assédio moral sofridos por mulheres profissionais da área de segurança pública;

b) Realização de visitas técnicas visando conhecer as reais condições de funcionamento das instalações para uso de mulheres policiais;

c) Realização de grupos de trabalho e discussão para a elaboração de projetos destinados à construção e adequação de espaços e instalações apropriadas para recepcionar e alojar mulheres, especialmente alojamentos/áreas de descanso, banheiros, áreas de amamentação e creches;

d) Realização de campanhas, produção de material didático e programas de atendimento e orientação para o enfrentamento da discriminação baseada no gênero; bem como criação de regulamentos e protocolos para atendimento e encaminhamento

dessas denúncias;

e) Criação de grupos de discussão e campanhas de conscientização visando à promoção da igualdade de gênero na PMRN;

f) Inclusão, nos processos licitatórios da PMRN, da aquisição de EPI 's adaptados ao perfil feminino das policiais militares.

As políticas públicas têm contribuído para o processo de inserir a mulher em áreas que antes eram predominantemente masculinas. No universo policial, temos os dois lados da moeda. Na visão pessimista, a mulher é frágil e incapaz de enfrentar as agruras da profissão. Por outro lado, já foi comprovada a importância do papel feminino e sua contribuição para a preservação da ordem pública e promoção da paz social, pilares das atuais políticas de segurança. Em uma instituição cujo lema é "Servir e Proteger", há espaço suficiente para que policiais, independentemente do gênero, cumpram prontamente essa missão.

REFERÊNCIAS

ALVESSON, M.; BILLING, I. **Understanding gender in organizations**. London: Sage, 1997.

BARRETO, Margarida Maria Silveira. Assédio moral: o risco invisível no mundo do trabalho. **Jornal da rede feminista de saúde**, São Paulo, n. 25, p. 12-16, jun. 2002.

BARBOSA R, Labronici LM; SARQUIS, L.M.M; MANTOVANI, M. F. Violência psicológica na prática profissional da enfermeira. **Revista Escola Enfermagem.** USP. 2011;45(1):p. 26-32.

BELMIRO, D M. M. et al. **Empoderamento ou Objetificação:** Um estudo da imagem feminina construída pelas campanhas publicitárias das marcas de cerveja Devassa e Itaipava. Rio de Janeiro. Setembro, 2015.

BRAGA, É. D. Mulheres policiais nas unidades operacionais da PMSE: surpresas e mobilidade em meio às práticas ostensivas. **Dissertação de Mestrado em Sociologia**, Universidade Federal de Sergipe: São Cristóvão, 2019. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-36872019000200008&lng=pt&nrm=iso>.

BRASIL. **RESOLUÇÃO Nº 510, DE 7 DE ABRIL DE 2016**. O Plenário do Conselho Nacional de Saúde em sua Quinquagésima Nona Reunião Extraordinária, realizada nos dias 06 e 07 de abril de 2016, no uso de suas competências regimentais e atribuições conferidas pela Lei n o 8.080, de 19 de setembro de 1990, pela Lei n o 8.142, de 28 de

dezembro de 1990, pelo Decreto n o5.839, de 11 de julho de 2006. Ministério da Saúde: Brasília, DF, 2016. Disponível em: <https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/22917581>.

BRASIL. Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP). Mulheres nas instituições de segurança pública. – Brasília: Ministério da Justiça, Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP), 2013. 184p. Disponível em: <https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/sua-seguranca/seguranca-publica/pro-vida/mulheres-nas-instituicoes-de-seguranca-publica.pdf>

BUTLER, P. e. **Self-assertion for women**. San Francisco, CA: Harper & Row, 1981.

CAPPELLE, Mônica Carvalho Alves; MELO, Marlene Catarina de Oliveira Lopes. O Cotidiano de Trabalho de Policiais Femininas: Relações de Poder e de Gênero no Policiamento Operacional da Polícia Militar de Minas Gerais. **XXXI Encontro da ANPAD**, Rio de Janeiro/RJ, 22-26 set. 2007.

CAPPELLE, M. C. A.; MELO, M. C. O. L. Mulheres policiais, relações de poder e de gênero na Polícia Militar de Minas Gerais. **Revista de Administração Mackenzie**, São Paulo, v.11, n.3, p.71-99, 2010.

CAZÉ, Ledervan Vieira. Mulheres de farda: vivências e experiências da inserção da mulher e do feminino na área da Segurança Pública - **Revista do Instituto Brasileiro de Segurança Pública - RIBSP**. Instituto Brasileiro de Segurança Pública – IBSP, Vol. 1, nº2, 2018.

COLCERNIANI, Claudia Borges; D'AVILA NETO, Maria Inácia; CAVAS, Cláudio de São Thiago. A participação das mulheres no mercado de trabalho sob a perspectiva da teoria da justiça social de Nancy Fraser e dos conceitos relativos ao trabalho decente. **Cad. psicol. soc. trab.**, São Paulo, v. 18, n. 2, p. 169-180, 2015.

DIAS, Luciana de Oliveira; ROSA, Fabrício Silva. Polícia tem gênero? Algumas reflexões sobre mulheres e feminino na segurança pública brasileira. **Revista Ártemis**, Vol. XVIII nº 1; jul. Dez, 2014. pp. 160-171

DONADIO, Marcela. La mujer en las instituciones armadas y policiales: resolución 1325 y operaciones de paz en América Latina. **RESDAL-Red de Seguridad y Defensa de América Latina.** Buenos Aires:1ed. 2009, 256 p.

FERNÁNDEZ, Manuel Martín. Mujeres Policía. Centro de Investigaciones Sociológicas. Madrid. **Siglo XXI de España**, 1994. N° 134.

FISCHER, Helen. **O primeiro sexo** – como as mulheres estão a mudar o mundo. São Paulo: Presença, 2001.

FRASER, Nancy. **Reconhecimento sem Ética?** São Paulo, Lua Nova, 2007, p.108.

FREITAS, Maria Ester de. Assédio moral e assédio sexual: faces do poder perverso nas organizações. **Revista de Administração de Empresas**, v. 41, n. 2, p. 8-19, 2001.

GARCIA, Lucia dos Santos e CONFORTO, Ecléia. A inserção feminina no mercado de trabalho urbano brasileiro e renda familiar. Disponível em <www.fee.tche.br/sitefee/download/jornadas/2/h7-03.pdf>.

HIRIGOYEN, Marie-France. Marie-France. **Assédio moral:** a violência perversa no cotidiano. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 2001.

HIRIGOYEN, Marie-France. Marie-France. **Mal-estar no trabalho**: redefinindo o assédio moral. Rio de Janeiro: Bertrand, 2002.

João AL. Mobbing, relações interpessoais e satisfação laboral. Int. J Develop Psychol. 2010 [acesso 20 julho 2011]; 1(1):399-406. Disponível em: <http://www.forumenfermagem.org/index.php?option=com_content&view=article&id=3567:mobbing-relacoes-interpessoais- e-satisfacao-laboral&catid=216:julho-a-agosto-2010>

LIMA, João Cavalim de. **Atividade policial e o confronto armado.** 1° edição. Curitiba: Juruá Editora, 2008.

Listgarten, Silvia Caroline. **Diagnostico Identitário da Policial Militar Feminina na Polícia Militar de Minas Gerais**. Curso Superior de Administração Pública. Escola de Governo da Fundação João Pinheiro. Belo Horizonte. 2002. 151 páginas. Disponível em: <http://www.eg.fjp.mg.gov.br/index.php/ publicacoes/catalogo-de-monografias-do-csap/117->

MARTINS, C. H. B. (2003). **Trabalhadores na reciclagem do lixo:** dinâmicas econômicas, socioambientais e políticas na perspectiva de empoderamento. 2003. [s.n.] Tese (doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

MARTINS, Sérgio Pinto. **Direito do trabalho.** 21.ed. São Paulo: Atlas, 2005.

MARTINS, Valmir Farias. O papel da cultura organizacional "Milícia de Bravos" na ocorrência do assédio moral: um estudo na Polícia Militar da Bahia. 2006. 167 f. **Dissertação (Mestrado em Administração) – Escola de Administração**, Universidade Federal da Bahia, 2006.

MERRICK, B. G. The ethics of hiring in the new workplace: men and women managers face changing stereotypes, discover correlative patterns for success. **Competitiveness Review**, Pennsylvania, v. 12, n. 1, p. 94-112, 2002.

MINAYO, M. C. S., & Adorno, S. (2013). Risco e (in)segurança na missão policial. **Ciência & Saúde Coletiva**, 18(3), 585-593. Disponível em doi:10.1590/S1413-81232013000300002 <https://doi.org/10.1590/S1413-81232013000300002>.

MINAYO, Maria Cecília de Souza e SOUZA, Edinilsa Ramos de. **Missão Investigar**. Entre o ideal e a realidade de ser policial. Ed. Garamond. Rio de Janeiro.2003.352 pag.

OLIVEIRA, Maria José do Nascimento. **A inserção da mulher na polícia militar:** uma análise à luz do contingente masculino do 2º Batalhão de Polícia Militar de Campina Grande/PB / 2011. 27 f. Disponível em

<http://dspace.bc.uepb.edu.br/jspui/bitstream/123456789/1647/1/PDF%20-%20Maria%20Jos%C3%A9%20do%20Nascimento%20Oliveira.pdf>.

OLIVEIRA, Francisco Malta de; COUTINHO, Caroline Marci Fagundes; FERREIRA, Maria da Luz Alves. O TRABALHO FEMININO NA POLÍCIA MILITAR: **Considerações Sobre a Realidade Laboral das Policiais Militares**. [S.L.], n. 18, p. 85-100, 2014. Cadernos de Campo: Revista de Ciências Sociais. <http://dx.doi.org/10.47284/cadern>.

PROBST, Elisiana Renata; RAMOS, Paulo. **A evolução da mulher no mercado de trabalho.** Instituto Catarinense de Pós-Graduação v.1, n.1, p.1-8, 2013.

PRODANOV, Cleber Cristiano. FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico [recurso eletrônico]**: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. – 2. ed. – Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social**: métodos e técnicas. São Paulo: Atlas, 1999.

RESOLUÇÃO CFESS nº 493/2006 de 21 de agosto de 2006. Ementa: Dispõe sobre as condições éticas e técnicas do exercício profissional do assistente social. Disponível em <http://www.cfess.org.br/arquivos/Resolucao_493-06.pdf>.

RIO GRANDE DO NORTE. **LEI COMPLEMENTAR Nº 683, DE 27 DE JULHO DE 2021**. Reorganiza o efetivo da Polícia Militar do Estado do Rio Grande do Norte, de modo a extinguir a diferenciação por sexo para ingresso nos quadros da Instituição, e dá outras providências. Palácio de Despachos de Lagoa Nova: Natal, 2021.

RIBEIRO, Ludmila. Polícia Militar é lugar de mulher? Universidade Federal de Minas Gerais, **Revista Estudos Feministas**: Florianópolis, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/6339NZCVs47ykZjrkv6vPSJ/?format=pdf&lang=pt>

SANTOS, Cristiane Andrade. Significado do trabalho e conduta ético-profissional: um estudo de caso na polícia militar baiana. 2006. 147 p. **Dissertação** (Mestrado em Administração) – Escola de Administração, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2006. Disponível em: <http://www.adm.ufba.br/sites/default/files/publicacao/arquivo/dissertacao_revisada_cristiasne.pdf>. Acesso em: 4 dez. 2016.

SANTOS, F. V.; CARMO, E. D. **Assédio sexual na Polícia Militar do Pará**: Um reflexo negativo das relações de trabalho e gênero. [s.l]: [s.n.] 2017.

SANTOS, Silvana Mara de Morais dos. Diversidade sexual: fonte de opressão e de liberdade no capitalismo. **Argum**., Vitória), v. 9, n. 1, p. 8-20, jan./abr. 2017. DOI: <http://dx.doi.org/10.18315/argumentum.v9i1.15457>. Disponível em https://periodicos.ufes.br/argumentum/article/view/15773

SCOTT, Joan Wallach. "Gênero: Uma Categoria Útil para a Análise Histórica". **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 16, n. 2, jul-dez.,1995

SILVA, Vera Lúcia Massoni Xavier. **O discurso da mulher na carreira policial**. Gelne, Natal, v. 3, n, 1, 2001. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/gelne/article/view/9187/6541>. Acesso em: 09 abr. 2021.

SILVA, Anabella da Pavão; LEHFELD, Aparecida de Souza. Breves compreensões sobre as "cores" da diversidade sexual e de gênero: situando o serviço social. **Revista Temporalis**, Brasília (DF), ano 19, n. 37, p.102-117, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/HqLvNHVzXPJkDYSCHsb94hP/?lang=pt>.

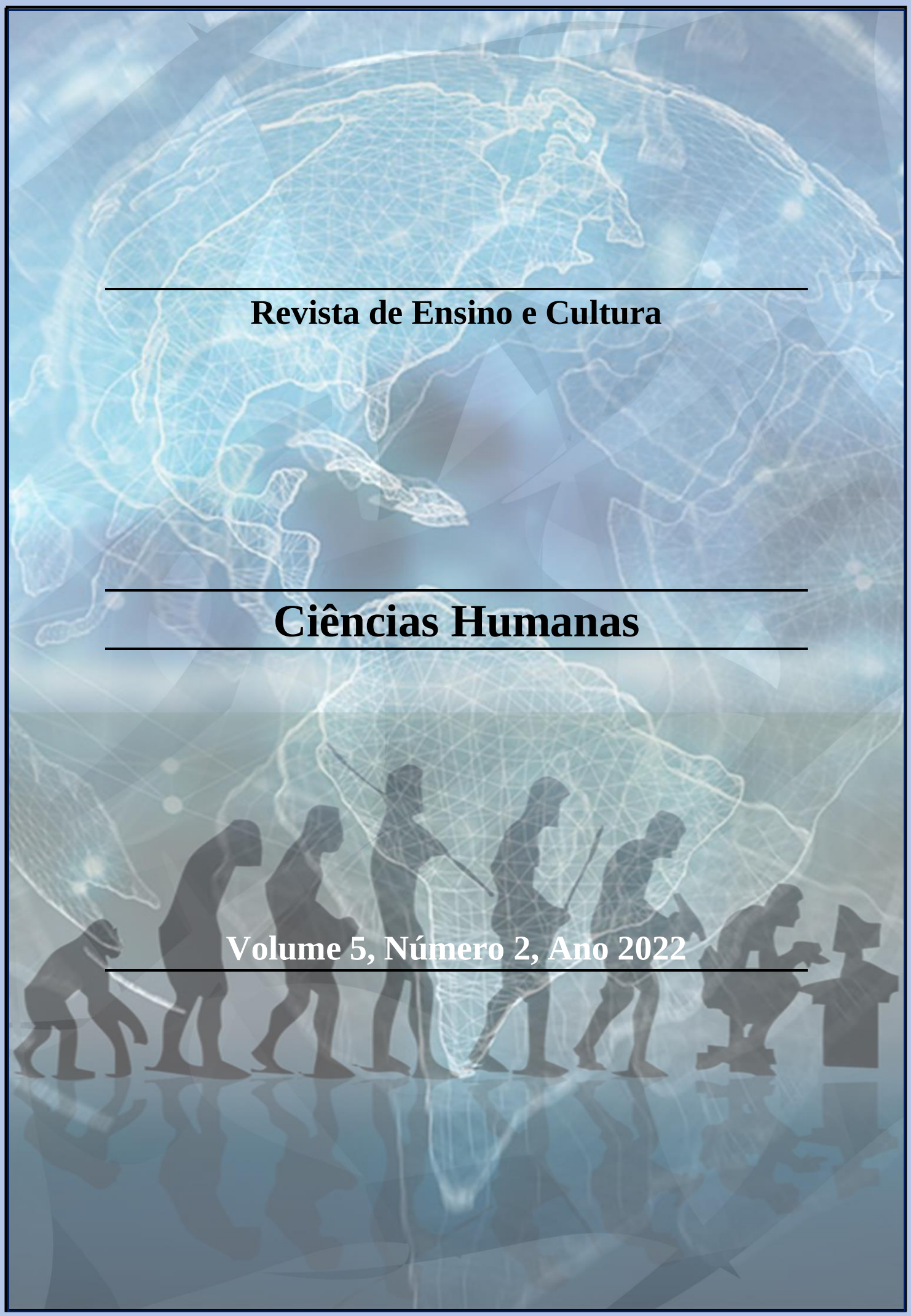
SILVA, Joice de Souza Freitas. *et. al*. Relações de Gênero no Mundo no Trabalho: um estudo com mulheres feirantes no interior da Bahia. **XXXVIII Encontro da ANPAD**, Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: <http://www.anpad.org.br/admin/pdf/2014_EnANPAD_EOR1695.pdf>.

SOARES, B. M.; MUSUMECI, L. **Mulheres policiais**: presença feminina na Polícia Militar do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

SOUZA, Marcos Santana de. Sou "Sou policial, mas sou mulher": gênero e representações sociais na Polícia Militar de São Paulo. **Tese** (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas, SP: [s.n.], 2014.

WOLFF, C. S. **A ditadura militar e a face maternal da repressão**. Espaço Plural, Marechal Cândido Rondon, v.10, n.21, p.56-65, 2009.

YIN, Robert K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. Trad. Daniel Grassi - 2.ed. - Porto Alegre: Bookman, 2001.



Revista de Ensino e Cultura

Ciências Humanas

Volume 5, Número 2, Ano 2022

ATIVIDADES DE MUSICALIZAÇÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL INCLUSIVA

MUSICALIZATION ACTIVITIES IN INCLUSIVE CHILDHOOD EDUCATION

ACTIVIDADES DE MUSICALIZACIÓN EN LA EDUCACIÓN INFANTIL INCLUSIVA

Isabelle Caroline Barros da ROCHA[12]

Carlos Antônio Freitas da SILVA[13]

Géssica Fabiely FONSECA [14]

RESUMO:

O presente trabalho foi realizado a partir de uma pesquisa com a netnografia de cunho qualitativo e tem como objetivo propor atividades pedagógicas musicais na perspectiva da educação inclusiva. Como procedimentos metodológicos foi realizado um levantamento de diversos vídeos hospedados em canais da plataforma de vídeos online YouTube, para selecionar e analisar, as quais tratavam da temática de música e inclusão. Nos resultados foram selecionados três vídeos didáticos do canal Musicalizando com o Tio Carlos, os quais apresentam possibilidades didáticas que o professor poderá utilizar como forma de trabalhar a música em uma perspectiva inclusiva em sala de aula. O estudo conclui que a musicalização na educação infantil pode contribuir para práticas pedagógicas inclusivas.

Palavras-chave: Música. Inclusão. Educação Básica.

ABSTRACT:

[12] Graduação em Geologia – UFRN/2014. (E-mail: isabelle.caroline@gmail.com).

[13] Graduação em Música – UFRN/2017. Aluno do Programa de Pós-Graduação em Educação Especial, pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN. (E-mail: csilva310@hotmail.com).

[14] Doutorado em Educação – UFRN/2016. Mestrado em Educação – UFRN/2015. Graduação em Pedagogia – UFRN/2012. Professora Adjunta da Universidade Federal do Rio Grande do Norte e professora permanente do Programa de Pós-Graduação em Educação e do Programa de Pós-Graduação em Educação Especial. Colaboradora do Programa de Pós-Graduação em Inovação em Tecnologias Educacionais da UFRN. (E-mail: gessicafabiely@hotmail.com).

The present work was carried out based on a research with qualitative netnography and aims to propose musical pedagogical activities from the perspective of inclusive education. As methodological procedures, a survey of several videos hosted on YouTube online video platform channels was carried out, to select and analyze, which dealt with the theme of music and inclusion. In the results, three didactic videos from the Musicalized com o Tio Carlos channel were selected, which present didactic possibilities that the teacher can use to work with music in an inclusive perspective in the classroom. The study concludes that musealization in early childhood education can contribute to inclusive pedagogical practices.

Keywords: Music. Inclusion. Basic education.

RESUMEN:

El presente trabajo se realizó a partir de una investigación con netnografia cualitativa y tiene como objetivo proponer actividades pedagógicas musicales desde la perspectiva de la educación inclusiva. Como procedimientos metodológicos, se realizó un levantamiento de varios videos alojados en los canales de la plataforma de videos en línea YouTube, para seleccionar y analizar, que trataran el tema de la música y la inclusión. En los resultados se seleccionaron tres videos didácticos del canal Musicalizando con o Tio Carlos, que presentan posibilidades didácticas que el docente puede utilizar como forma de trabajar la música en una perspectiva inclusiva en el aula. El estudio concluye que la musicalización en la educación infantil puede contribuir a prácticas pedagógicas inclusivas.

Palabras clave: Música. Inclusión. Educación básica

INTRODUÇÃO

A sociedade atual passa por diversas transformações nos campos políticos, sociais, culturais e principalmente tecnológicos. As referidas mudanças nos levam a ter olhares inovadores acerca de temas centrais como é o caso da educação, com isso, devemos ficar atentos e assumir uma visão plural, na qual os estudantes possam ter aprendizagens diversas, democráticas equitativas e inclusivas (BRASIL, 2018).

Ao definir o conjunto de competências gerais da educação básica, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) nos orienta, entre outras coisas, na construção de processos educativos que promovam diversidade cultural, práticas pedagógicas

inclusivas, e principalmente, aprendizagens sintonizadas com educação integral dos educandos.

Assim, na tentativa de corroborar com o que nos orienta a BNCC, o presente trabalho objetivo propor atividades pedagógicas musicais na perspectiva da educação inclusiva. Para cumprir tal objetivo, foi realizada uma pesquisa com a netnografia de cunho qualitativo (SOARES; STENGEL, 2021), em diversos vídeos hospedados em canais da plataforma de vídeos online YouTube. A partir dos procedimentos metodológicos foi possível realizar buscas e análises, em diversos vídeos que abordavam a temática da música e inclusão.

Segundo Santos e Gomes (2013) a netnografia baseia-se no método predominantemente usado para análise das mídias sociais. Para Soares e Stengel (2021), a netnografia é uma metodologia científica em que a produção dos dados acontece através do mundo on-line.

O canal escolhido para o nosso trabalho foi o *Musicalizando com Tio Carlos* (https://www.youtube.com/channel/UC0pXSdkKPR9Vecj9RGJBmbg). A escolha do referido canal se deu diante das propostas pedagógicas musicais apresentadas nos mais 260 vídeos. O canal é gerido pelo professor Carlos Antônio Freitas da Silva, que através de seus vídeos compartilha estratégias de ensino de música para a iniciação musical de crianças.

Segundo o professor Carlos, as propostas pedagógicas disponíveis em seu canal foram fundamentadas a partir de sus experiências práticas como professor de Música na educação básica e na pesquisa de autores da Educação Musical e áreas afins como: Jaques Dalcroze, Edgar Willems, Murray Schafer. Zoltán Kodály, Teca Alencar, Violeta Gainza, Jean Piaget, Lev Vygotsky, Henri Wallon.

As atividades do canal são diversas, lá podemos encontrar contação e sonorização de história, atividades de jogos cantados, confecções de instrumentos

musicais, atividade de percepção sonoro, rítmica, gestual, atividade de práticas em conjunto, canto coletivo, entre outras atividades.

Em nossa pesquisa pelo canal, foi possível assistir e analisar diversos vídeos com atividades distintas, entretanto, para a realização desse trabalho, selecionamos três vídeos, os quais deixamos como propostas de intervenções, que através delas os professores da educação básica têm a possibilidade de planejar e promover atividades musicais lúdicas, plurais, diversas, acessíveis e inclusiva para seus alunos.

MÚSICA NA EDUCAÇÃO BÁSICA

Em 2008, a provação da Lei 11.769, alterou a Lei 9.394/1996 (Diretrizes e Bases da Educação) e a música passou a ser conteúdo obrigatório na educação básica. Atualmente, ela está inserida no componente curricular Artes, na área de Linguagens, tendo seis competências específicas que se relacionam com as dez competências gerais da BNCC.

A Música é uma expressão artística e, contribui, entre outras coisas, para a subjetividade das relações de interações sociais e emocional dos indivíduos, favorecer o respeito às diferenças, o diálogo intercultural, propicia a troca de saberes culturais distintos, contribui, ainda, para a relação de complexidade com mundo, além do aprimoramento de diversas capacidades de âmbito cognitivo e motor (BRASIL, 2018).

Segundo a BNCC as atividades pedagógicas da educação infantil devem garantir às crianças o direito de conviver com outras crianças e adultos, brincar de diferentes formas, com diferentes pessoas, participar ativamente das atividades, bem como explorar todas as áreas para provocar o conhecimento sobre artes, ciências, tecnologia e escrita, expressar-se livremente, conhecer-se e construir uma identidade pessoal, cultural e social (BRASIL, 2018).

A música exerce um papel preponderante na formação na social, cultural, moral, ética, estética. Ela também atua como uma forma de expressão popular que tem a capacidade de, entre outras coisas, aproximar as pessoas, através do sentimento, emoção, experiência e sensações e outras.

Para Ilari (2003), as atividades músicas ainda na infância, tem potencial para contribuir com o neurodesenvolvimento, pode ativar os sistemas da linguagem, da memória, ordenação sequencial, desenvolver os sistemas de orientação espacial e motor, contribuir para o sistema de pensamento social, incentivar o desenvolvimento do sistema da memória, de orientação espacial, sistemas de controle da atenção, desenvolver funções executivas, entre outros aspectos do desenvolvimento humano.

Através dos expostos acima, podemos afirmar que a música na educação básica possui uma preponderante função na educação brasileira. Seu papel e sua função enquanto área do conhecimento humano, contribui para o desenvolvimento da autonomia reflexiva, pensamento crítico, sensibilidade, criatividade, entre outros.

MÚSICA E INCLUSÃO NA EDUCAÇÃO BÁSICA

Ao fazermos uma breve análise em leis, resoluções e decretos (Constituição Federal de 1988, Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, Estatuto da Criança e do Adolescente, entre outras), podemos constatar que o cumprimento e garantia dos direitos da pessoa com deficiência vem se efetivando gradativamente.

Nos últimos anos, segundo dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), o número de alunos com deficiência matriculados na educação básica vem aumentando gradativamente. Em 2020, o aumento foi de 34,7% em relação a 2016.

No tocante a música, quando consultamos autores como Silva (2015), Janasson e Louro (2016), e outros, podemos evidenciar que ela vem atuando com um dos

potencializadores nos processos educacionais e inclusivos na educação básica, já que, o trabalho de música com crianças com deficiência, possibilita o desenvolvimento não só das aprendizagens musicais, mas também, trabalha questões relacionadas ao desenvolvimento humano (JANASSON; LOURO 2016).

Para Silva (2015), a música pode atuar como facilitador das mais diversas aprendizagens (cognitivas, motoras, oralidade, socialização, respeito, entre outros) e pode ser inserida nas mais variadas práticas e atividades musicais, na educação de crianças com deficiência.

No entanto, mesmo constatando os benefícios que o ensino de Música pode promover na educação, segundo Silva (2020), essa é uma área de formação humana que vem crescendo de forma lenta. Em seus estudos o autor evidenciou que os estudos acerca da educação inclusiva ainda são incipientes. Para Louro et tal. (2006), tal fato ocorre, pois, as metodologias e questões pedagógicas que envolvem o ensino e a prática de música, ainda estão voltadas para práticas terapêuticas associadas ao discurso clínico-médico da Educação Especial.

PROPOSTAS DE ATIVIDADES

Para se trabalhar a música em sala de aula, voltada para inclusão, sugerimos que antes da aplicação das atividades o professor faça um estudo sobre a diversidade dos seus alunos, identifique as necessidades específicas de cada um, desenvolva e elabora um planejamento acessível no qual todos possam se desenvolver de forma integral.

Antes de começar as atividades musicais, organize o espaço da sala de aula com o auxílio dos alunos, afastando as carteiras, decorando o espaço, buscando os instrumentos que serão utilizados. Nesse momento, todos os alunos podem participar. Promova uma rotina na qual as crianças possam identificar qual será a atividade a ser realizada.

Segundo Bilória e Metzner (2013), é de fundamental importância que exista uma rotina. Para criança, tal ação é fundamental que para que ela se sinta segura, possa desenvolver a sua autonomia, bem como, ter o controle das atividades que irão acontecer.

Vídeo 01: Contação de história para crianças.

Figura 1. Fonte: YouTube. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=aqSMjJHJ5Vg).

O vídeo acima, narra a história do aniversário surpresa que preparam para o pato Baltazar. Nele o professor terá a possibilidade de trabalhar com as crianças, diversas possibilidades de criação e expressões corporais, explorar e utilizar sons com materiais, objetos e instrumentos musicais, identificar e criar diferentes sons, entre outros.

Para realizar essa atividade, sugerimos que tome ciência da narrativa, prepare ou confeccione um cenário (o sol, as nuvens, as árvores, o Baltazar e os outros animais da floresta) no qual os alunos possam participar da história, ouvindo, produzindo sons e juntando a construir a narrativa.

Se possível separe um material resistente no quais os alunos possam manusear sem a possibilidade de rasgar, quebrar ou danificar o material. Outra dica é que os materiais produzidos tenham formas, cores e texturas diferentes, auxiliando, assim, os alunos na percepção dos diferentes sentidos.

O aniversário é um tema central da narrativa, esse também é assunto muito presente na vida das crianças que esperam ansiosamente por essa data. Assim sendo, antes do início da contação da história poderá ser realizando um momento reflexivo para saber quais informações as crianças possuem a respeito do tema. Alguns questionamentos poderão ser realizados como: O que é aniversário? Quem faz aniversário esse mês? Qual música é tocada no dia do aniversário? O que acontece nesse dia?

Ao decorrer da história são apresentados diferentes tipos de sons (onomatopeias) para representar os animais. Por exemplo, a batida de dois cascos de cocos representa o som do cavalo, o sino representa o som da vaca. Nesse momento, através da confecção de objetos sonoros, poderá ser trabalho a produção e exploração sons, música e jogos contados.

Para produzir o som que o cavalo faz quando anda, poderá ser utilizado dois fundos de garrafas pets. Para produzir esse instrumento será preciso cortar, aproximadamente 5 cm de dois fundos de duas garrafas pets. Para produzir som, bata uma contra o outros, e percuta-os em uma superfície plana como o chão ou uma mesa.

Baltazar fica triste por achar que seus amigos tinham esquecido do seu aniversário. Nesse momento, outros questionamentos poderão ser levantados, como: Vocês acham que os amigos tinham esquecido do aniversário dele? Será que alguém está escondendo algo? Por que vocês acham que os animais estavam todos reunidos na lagoa?

Os amigos de Baltazar vão ao supermercado comprar os ingredientes para preparar um bolo. Podem ser feitas provocações, como: Alguém já fez um bolo? Quais os ingredientes que usamos? Vocês conhecem algum segredinho na preparação do bolo? É importante que existam objetos que imitem os ingredientes, ou até mesmo, que se tenham os ingredientes reais. Os alunos podem manusear alguns desses ingredientes, sentir a textura, como colocar a mão em um saco de farinha, entre outras.

A intenção é promover uma atividade interdisciplinar, trabalhando temáticas transversais a música, como a matemática (com a quantidade de ingredientes) português (com o gênero textual receita, literatura com a contação de história), ciências e geografia (pelo ambiente da natureza).

Vídeo 02: Cantigas de roda (O jacaré foi passear lá na lagoa, Peixe vivo, o fundo do mar): musicalização.

Figura 2. **Fonte:** YouTube. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=qHmROHMwZP8.

Nesse vídeo, o professor Carlos orienta como trabalhar música utilizando cantigas populares, objetos sonoros e materiais diversos. Nele é possível criar e contar histórias oralmente, com base em imagens ou temas sugeridos, utilizar materiais variados com possibilidades de manipulação, utilizar sons produzidos por materiais, objetos e instrumentos musicais durante brincadeiras de faz de conta.

Para começar a atividade, pode-se fazer uma dinâmica de percepção sonora. Para tal será necessário pedir que todos os alunos fechem os olhos e escutem ao som que o professor fará. A partir desse momento, podem ser feitas várias provocações, como: Vocês reconhecem esse som? De onde vem esse som? O que vem na cabeça ao ouvir esse som? Alguém já foi a praia? Após os questionamentos, permita que os alunos se expressem por meio da linguagem oral.

Em seguida, sugerimos a realização de uma atividade de manipulação de objetos sonoros. Para realização dessa atividade, será necessário a produção de uma Ocean Drum. Para produzir um Ocean Drum você precisará de uma caixa de pizza, cola, grão (arroz, milho ou feijão) e tinta azul.

Para confeccionar o instrumento, pegue a caixa de pizza e coloque os grãos dentro, depois passe cola nas laterais internas da caixa e espere secar. Quando a caixa estiver colada, você pode pintar com tinta azul. Para essa atividade sugerimos também que você providencie figuras representativas do fundo do mar (sereia, peixes, pedras, algas, moluscos marinhos, entre outras imagens).

Com o instrumento pronto, solicite que as crianças façam uma roda. Depois convide duas crianças para ficarem em pé uma de frente a outra. Em seguida, disponibilize o instrumento para que elas possam manuseá-lo balançando de um lado para o outro.

Durante a manipulação do instrumento por parte das crianças, poderá ser realizado uma atividade de canto coletivo com algumas cantigas populares como: *Quem te ensinou a nadar, Peixe vivo, Marinheiro Só e outras.* Para deixar essa atividade ainda mais divertida sugerimos a utilização de um barquinho de papel.

Na proposta de atividade acima, existe a possibilidade de os alunos manusearem o instrumento/objeto sonoro em conjunto, tal ato se faz necessário, pois ao movimentar as partes do corpo para exprimir corporalmente isso pode auxiliar no desenvolvimento da coordenação motora, percepção rítmica, sonora e gestual.

Vídeo 03: Jogo musical para criança

Figura 3. Fonte: YouTube. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=LugdannXYkY

No vídeo Jogo musical para a criança, o professor Carlos ensina a fazer construção de um chocalho através de materiais recicláveis. Nessa atividade, será possível criar sons com objetos sonoros, reconhecer as qualidades do som, utilizar diferentes fontes sonoras em brincadeiras cantadas, canções, músicas e melodias.

Nessa atividade ainda pode ser desenvolvida habilidades motoras, desenvolvimento da motricidade fina, conhecimentos matemáticos de quantidade, noção de mais, menos, promove a estimulação rítmica, os diferentes tipos de sons de acordo com os diferentes tipos de materiais.

Para aplicar será necessário confeccionar diversos chocalhos com matérias distintas, como por exemplo: chocalho feito com arroz, feijão, milho, pedra, até mesmo água. Com os alunos em roda, disponibilize os chocalhos para que eles possam vivenciar o processo empírico, chacoalhando, tocando, balançando, entre outras ações. Durante o manuseio, estimule os alunos a perceberem que os chocalhos possuem sons e pesos diferentes. Depois, sugerimos que esconda os chocalhos longe do alcance dos alunos. Em seguida, escolha um instrumento para que ele possa ser percutido. Após, escolha um aluno para que o mesmo possa identificar o som que está sendo produzido. A atividade termina quando todos tiverem participado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao final deste trabalho, podemos evidenciar que a internet nos proporciona uma diversidade de recursos de busca de atividades pedagógicas e musicais. Tais atividades podem contribuir para o planejamento e práticas pedagógicas inclusivas, que possam vir a contribuir para o trabalho docente em sala de aula. Vimos também que o YouTube é um instrumento de pesquisa preponderante para a sociedade atual. Por possuir um alcance e uma abrangência ímpar as pessoas utilizam esse meio de comunicação para as mais variadas funções.

Assim, a partir das informações contidas nesse trabalho, os professores podem ter um material de consulta com orientações para a utilização das ferramentas de busca digital durante a produção de seu planejamento e a preparação de suas aulas.

REFERÊNCIAS

BILÓRIA, J. F.; METZNER, A.C. A importância da rotina na Educação Infantil. **Revista Fafibe On-Line**, ano VI, n.6, nov. 2013.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018.

ILARI, Beatriz. A música e o cérebro: algumas implicações do neurodesenvolvimento para a educação musical. **Revista da ABEM**, Porto Alegre, v. 9, p. 7-16, set. 2003.

JANASSON, Rodolfo; LOURO, Viviane. Contribuições da psicopedagogia e da psicomotricidade. In_____. **Música e inclusão**: múltiplos olhares. São Paulo: Som, 2016.

LOURO, Viviane dos Santos, et. al. **Educação Musical e Deficiência**: propostas pedagógicas. São José dos Campos: Estúdio dois, 2006.

SANTOS, F. M. GOMES, S. H. A. Etnografia virtual na prática: Análise dos procedimentos metodológicos observados em estudos empíricos em cibercultura. In: **7o Simpósio Nacional da Associação Brasileira de Cibercultura**, São Paulo, 2013.

SILVA, C. A. F. da. (2015). A música como ferramenta de inclusão na educação infantil. **Anais do Encontro Sobre Música e Inclusão**, p. 28–39, 2015.

SILVA, Ítalo Soares da. Práxis docente na educação musical inclusiva: estudos no contexto escolar do estado do Rio Grande do Norte. 2019. 166f. **Dissertação (Mestrado em Música)** - Escola de Música, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2020.

SOARES, A.A.D.A; STENGEL, M. Netnografia e a pesquisa científica na internet. **Psicol. USP**, v. 32. 2021.

CARACTERÍSTICAS DO COMPORTAMENTO HUMANO NO AMBIENTE DE TRABALHO

CHARACTERISTICS OF HUMAN BEHAVIOR IN THE WORKPLACE

CARACTERÍSTICAS DEL COMPORTAMIENTO HUMANO EN EL LUGAR DE TRABAJO

Aparecido Gomes LEAL[15]
Lucas Serafim PARIZOTTO[16]
Maria das Dores REBONO[17]
Nancy Tereza HORSCHUTZ[18]

RESUMO

O ser humano é gregário, depende dos outros para desenvolver suas habilidades e competências e, assim, desenvolver os meios que lhe facilitem a sobrevivência. Na vida prática é possível verificar extensa e variada rede de relações manifestas nos mais variados grupos desde tempos mais longínquos, com vistas a ampliar o conhecimento e a utilização das experiências em prol de mais conforto, saúde e bem-estar. Essa relação de interdependência determina o grau e a velocidade do aprendizado pessoal que, auxiliado por muitas ferramentas técnicas, possibilitou maior desenvolvimento da coletividade. Contudo, as relações humanas extrapolam a vida privada e social e abarcam o mundo do trabalho, onde, cada qual, segundo suas aptidões, intenções e necessidades, expõe sua vocação e capacidade produtiva, sobrepujando diferenças pessoais. Nesse ambiente o indivíduo busca realizar seus projetos de vida, compartilhando com os próximos, no trabalho em equipe, as adequadas condições para planejar a carreira profissional e usufruir o melhor dela, utilizando múltiplos saberes e experiências, fazendo uso de tecnologias atualizadas que, incorporadas, solidificam,

[15] Docente do Instituto de Ensino Superior de Americana – IESA e Mestre em Filosofia antiga pela UNICAMP. (E-mail: apagoleal@yahoo.com.br).
[16] Docente do Instituto de Ensino Superior de Americana – IESA, Pós-Graduado em Educação a Distância, Gestão de Pessoas pela Faculdade Campos Elíseos - FCE e Gestão Estratégica da Tecnologia da Informação pela Faculdade Batista de Minas Gerais. (E-mail: lucas.reami@hotmail.com).
[17] Docente do Instituto de Ensino Superior de Americana – IESA e Pós-Graduada em Comércio Internacional pela USP. (E-mail: mariarebono@gmail.com).
[18] Docente do Instituto de Ensino Superior de Americana - IESA e Mestra em Educação pelo Centro Universitário Salesiano São Paulo (E-mail: nancyth.2017@gmail.com).

expandem e facilitam as atividades laborais. No trabalho, entretanto, existem regras que devem ser cumpridas por todos e, ainda que não se concorde com elas, são fundamentais para haver comprometimento, harmonia e interação entre todos, a fim da execução das tarefas rotineiras com excelência. O perfil da equipe gestora tem, nesse sentido, imensa visibilidade pela responsabilidade na condução das equipes de colaboradores, evitando percalços, observando, avaliando e dinamizando as relações internas e externas, compartilhando decisões e atividades, reconhecendo, no entanto, o esforço e dedicação coletivos.

Palavras-chaves: Relações interpessoais, Gestão de pessoas, Motivação, Conflitos.

ABSTRACT

Human beings are gregarious they depend on others to develop their skills, competencies and thus develop the means that facilitate their survival. In daily life it is possible to verify an extensive and varied relations network manifested in most diverse groups since the earliest times, with a view to expanding knowledge and use of experiences in order to get more comfort, health and well-being. This interdependence relation determines the degree and pace of personal learning that aided by many technical tools enable greater development of collectivity. However human relations extrapolate private and social life and encompass the world of work, where each one according to their aptitudes, intentions and needs reveals their vocation and productive capacity, overcoming personal differences. In this environment the individual seeks to fulfill his life projects sharing with others as a teamwork the appropriate conditions to plan a professional career and enjoy the best of it, using multiple knowledge and experiences, making use of updated technologies that incorporate, solidify, expand and facilitate the work activities. At work however there are rules that everyone must comply with, even when they do not agree with them, they are fundamental to have commitment, harmony and interaction among all in order to carry out routine tasks with excellence. The profile of the management team has, in this sense, immense visibility for the responsibility in conducting teams of employees avoiding conflicts, observing, evaluating, stimulating and motivating internal and external relations, sharing decisions and activities recognizing however, the collective effort and dedication.

Keywords: Interpersonal relationships, People management, Motivation, Conflicts.

RESUMEN

Los seres humanos son gregarios, dependen de otros para desarrollar sus habilidades y competencias y, por tanto, desarrollar los medios que facilitan su supervivencia. En la vida práctica, es posible verificar una extensa y variada red de relaciones manifestadas en los más variados grupos desde los tiempos más lejanos, con miras a ampliar el conocimiento y el aprovechamiento de las experiencias en favor de más comodidad,

salud y bienestar. Esta relación de interdependencia determina el grado y la velocidad del aprendizaje personal que, ayudado por muchas herramientas técnicas, permitió un mayor desarrollo de la comunidad. Sin embargo, las relaciones humanas van más allá de la vida privada y social y abarcan el mundo del trabajo, donde cada persona, según sus habilidades, intenciones y necesidades, expone su vocación y capacidad productiva, superando las diferencias personales. En este entorno, el individuo busca realizar sus proyectos de vida, compartiendo con los demás, en trabajo en equipo, las condiciones adecuadas para planificar su carrera profesional y aprovecharla al máximo, utilizando múltiples conocimientos y experiencias, haciendo uso de la información actualizada. tecnologías que, incorporadas, solidifican, amplían y facilitan las actividades laborales. En el trabajo, sin embargo, existen reglas que todos deben cumplir y, aunque no estés de acuerdo con ellas, son fundamentales para que exista compromiso, armonía e interacción entre todos, a fin de desempeñar con excelencia las tareas rutinarias. El perfil del equipo directivo tiene, en este sentido, una inmensa visibilidad por la responsabilidad en liderar los equipos de empleados, evitando percances, observando, evaluando y agilizando las relaciones internas y externas, compartiendo decisiones y actividades, reconociendo, no obstante, el esfuerzo colectivo. y dedicación

Palabras clave: Relaciones interpersonales, Gestión de personas, Motivación, Conflictos.

NOTAS INTRODUTÓRIAS

O objetivo desse artigo é buscar entendimento mais amplo acerca do comportamento humano no ambiente de trabalho, expondo com transparência e objetividade, as relações que ali se estabelecem, levando em conta, contudo, a diversidade de cultura, aptidão, personalidade, desejos, história e projetos pessoais. Em primeiro momento essas relações podem provocar estranhamento entre as pessoas que intencionalmente se dispõem a desenvolver atividades profissionais em conjunto e em um ambiente específico que favorece o desenvolvimento destas de tal maneira que todos se beneficiem: empregados e empregadores.

Nesse sentido, percebe-se que a harmonia no ambiente de trabalho deve ser constantemente ajustada e reforçada pela boa e respeitosa relação entre as pessoas. No entanto, indesejavelmente, a união de desiguais pode apresentar rusgas e conflitos de todo tipo e intensidade, prejudicando o bom desempenho individual e das equipes,

comprometendo os resultados desejados pela empresa, repercutindo de forma danosa na carreira profissional de colaboradores e gestores.

Entretanto, é importante especular de forma crítica sobre as causas da união ou do desentendimento das pessoas no trabalho, observando que muitas vezes as relações extrapolam as regras de convivência social e profissional, que estabelecem o respeito mútuo e a tolerância como base saudável para a vida em conjunto em qualquer ambiente. Mas os conflitos despontam no trabalho de forma corrosiva, ainda que muitas vezes principiem aparentemente insignificantes. Porém, é possível perceber que se não controlados em tempo os conflitos podem causar ainda mais animosidade entre as pessoas, solicitando, então, urgente e pontual atitude por parte dos gestores quanto na solução deles.

A responsabilização direta na criação, desenvolvimento e manutenção de equilíbrio à harmonia nas relações humanas no trabalho faz parte das atividades gestoras, mas todos os colaboradores devem reconhecer a importância de sua colaboração em prol do bom e produtivo clima organizacional.

Todavia, a liderança deve estar preparada para lidar com pessoas, especialmente aquelas de sua equipe ou as mais próximas. As organizações, por sua vez, precisam investir em ações que envolvam treinamento constante a fim de aperfeiçoar o perfil dos líderes que desejam em seus quadros funcionais.

O artigo reflete, portanto, sobre a necessidade de habilidades e competências administrativas específicas, em vista a tomada de decisões de forma justa e assertiva, expondo, com transparência e objetividade a definição dos papeis hierárquicos e a responsabilidade inerente à gestão de pessoas. Assim, os gestores devem estar preparados para intervir quando necessário, de forma rápida e eficiente, nas relações interpessoais conflituosas no ambiente de trabalho, evitando desmotivação, insatisfação e desentendimentos em cadeia, com prejuízo à produtividade das equipes.

Daí o destaque que aqui se dá à um dos importantes e necessárias funções dos gestores de observar, de forma constante e atenta o comportamento e o desempenho dos seus colaboradores, seja individualmente ou em conjunto, verificando a sinergia e a capacidade de entendimento e assimilação das normas comportamentais propostas pela empresa.

O artigo sinaliza, finalmente, a necessidade de que gestores e empresas saibam reconhecer prontamente o esforço, dedicação, motivação e engajamento profissional de cada colaborador aos projetos gerais da organização e os objetivos de sua equipe em particular, se reconhecendo como corresponsáveis pelo bem-estar no ambiente de trabalho, tornando menos traumática e extenuante a função do gestor, poupando-o para tomada de decisão de maior envergadura. Mas, se o comportamento é aprendido através da convivência, a conduta dos superiores deve servir de exemplo aos colaboradores, fortalecendo a relação entre todos na empresa, sem exceção, com o objetivo de alcançar um ambiente que permita que os valores sobressaiam e extrapolem para além desse ambiente.

AS RELAÇÕES INTERPESSOAIS NO TRABALHO

Tanto na vida particular quanto na pública as pessoas devem se ater às relações que estabelecem entre si, no intuito de fortalecerem, juntas, a convivência e para isso desenvolveram ferramentas e mecanismos próprios para instalar o bem-estar entre elas. Em conjunto as pessoas precisam eliminar, contudo, a resistência às diferenças, evitando atritos e hostilidades que porventura impeçam a harmonia entre elas, assim como entre os objetivos coletivos e os particulares - sem menosprezar as vivências e percepções de mundo particulares.

Cada indivíduo possui singularidades adquiridas e consolidadas a partir da vida em família, constituindo uma história própria que abrange conhecimentos aprendidos e experiências de vida, com características marcantes impressas pela época, região e cultura, sob influência da educação transmitida e compartilhada em grupos de

pertencimento, também estes compostos por pessoas diferentes entre si. Sozinho, enfim, o ser humano não teria avançado quanto ao conhecimento, desenvolvimento das técnicas e tecnologias que favoreceram sua sobrevivência no planeta. O aprendizado humano é fruto da vida em conjunto, da qual os indivíduos dependem e é através dela que foi possível a edificação das sociedades atuais.

A personalidade, porém, distingue as pessoas e determina quem elas são e como são. Ela começa a ser forjada na infância e vai, com o tempo, sendo solidificada, refinada, marcando cada indivíduo por peculiaridades que o definem e distinguem como ser único, ainda que haja grupos que abrangem comportamento e intenções similares, como nas redes sociais. As características pessoais compreendem a personalidade que é propriedade do indivíduo, tornando-o distinto na multidão e no convívio com os outros, influenciando sua forma de pensar e agir

As pessoas podem, no entanto, por interesse ou necessidade, alterar e/ou adaptar seu comportamento ao de um grupo e ambiente específicos, segundo seu interesse e/ou necessidade, como no ambiente de trabalho, aprendendo e assimilando novos hábitos e costumes, convenientemente, para sobreviver naquele ambiente. Mas, é possível sobrepujar as diferenças pessoais e aprender a controlar os impulsos, desejos, ambições e altos níveis de competitividade e egoísmo em relações interpessoais, até porque é difícil conciliar, em grupo, a exposição das múltiplas e variadas necessidades, anseios e ideais individuais.

Quando, porém, o descontrole emocional sobressai impede a boa convivência, trazendo à tona posturas indesejáveis que contrastam com a cultura organizacional e a educação social propícia à vida prática. Dessa forma, o cultivo da educação formal e respeitosa permite que a conduta pessoal favoreça, então, a empregabilidade.

A cultura organizacional dita as regras de conduta ao mesmo tempo em que as absorve, se mesclando com elas. Os valores que ela explicita, então, são aqueles verificados no comportamento dos seus membros, como Gil afirma:

> Todas as organizações apresentam uma cultura organizacional que se caracteriza pelos valores que esposam, pela regularidade do comportamento de seus membros, pela filosofia que guia suas políticas e pelo clima expresso tanto por seu layout físico quanto pela interação de seus membros entre si e com o público externo. Enquanto há empresas que valorizam, por exemplo, o uso do uniforme e enfatizam a conformidade às normas, há outras que se caracterizam pelo estímulo à individualidade, pela autonomia de seus membros e pelo baixo nível de dependência em relação aos superiores (GIL, 2012, p.42-43).

É possível extrair da posição de Gil que, uma vez que a cultura faz parte de todas as organizações, elas auxiliam a visibilidade e aceitabilidade delas tanto internamente quanto externamente, pois a regularidade do comportamento praticada por todos os membros da empresa valoriza o "jeito de ser" da empresa, caracterizando, por sua vez, importante aspecto do seu perfil.

Então, as organizações não aceitam que seus membros comunguem, cada um a seu modo, uma cultura diferente daquela que elas recomendam e professam. Logo, as relações interpessoais devem seguir a cultura da empresa e quando há dissenção entre as pessoas, motivada, por exemplo, por descontrole emocional, deve haver intervenção enérgica e rápida do gestor, que tem como desafio tornar harmônico e eficiente o ambiente em que convivem tantos desiguais.

Os aspectos emocionais e comportamentais deveriam receber igual cuidado e investimento, tanto por parte do colaborador quanto da empresa, posto que esse aprendizado pode fortalecer a convivência e o desempenho das pessoas no trabalho. Moscovici afirma, no entanto, a onipresença das emoções, dizendo:

> A capacidade de lidar com emoções e sentimentos é e pode ser aprendida, treinada, desenvolvida, aperfeiçoada. Essa aprendizagem significa competência emocional e faz parte inerente do desenvolvimento interpessoal, ainda bastante negligenciado na sociedade tecnológica contemporânea (MOSCOVICI, 2008, p.260).

Não obstante, a intolerância, discriminação, preconceito, racismo, ataque a costumes, hábitos e posturas diferentes, bullying, rancor, excessiva competitividade, maledicência, atitudes aéticas e assédios, entre outros, costumam surgir nas relações

interpessoais no trabalho. As empresas procuram evitar a todo custo que isso aconteça, com destaque ao papel do gestor a quem cabe, em princípio, apaziguar os ânimos e manter seus colaboradores em bom nível de convivência.

São os "códigos de conduta" que dispõem sobre o comportamento ideal, desejado e elaborado pela empresa para ser seguido à risca por todos que compõem a sua estrutura organizacional. Esses códigos se pautam pela conduta moral que expressa os valores que a empresa deseja incutir nas pessoas no ambiente de trabalho, valorizando a melhor e mais produtiva relação entre todas elas.

O colaborador deve ficar atento ao seu comportamento, especialmente quanto às relações interpessoais, refletindo, se conscientizando e se responsabilizando sobre o alcance de seus comentários e atitudes, que podem ferir suscetibilidades ou afastar de si as outras pessoas, afastando de si também os seus projetos de crescimento pessoal e profissional e o reconhecimento de seus pares e gestores.

Ladew (2002) ao seguir a máxima de que "se aprende com a prática", leva a pensar que no ambiente de trabalho isso não seria diferente, pois as pessoas seguem os comportamentos recomendados e explicitados pelos seus superiores e empresa. Ainda assim, a conduta pessoal requer cuidado e deve ser aprimorada, ajustada aos códigos de conduta ética e de etiqueta usual à vida organizacional, evitando que atitudes impensadas provoquem nos colegas interpretações equivocadas e prejudiciais à sua imagem pessoal e profissional. É bom salientar que o comportamento pode ser alterado a qualquer momento, segundo vontade pessoal, uma vez que os seres humanos são flexíveis e mutáveis em suas convicções, podendo explorar condições de livre arbítrio para construir quem são.

Nesse sentido, as empresas precisam mostrar, de forma transparente e objetiva, já na contratação, as suas normas de conduta, evitando que os novos colaboradores sejam repreendidos futuramente. Uma vez contratados, porém, se faz necessário treinar, aperfeiçoar e estimular o colaborador a se entusiasmar em respeitar e adotar para si a conduta recomendada pelo empregador.

Em uma equipe, contudo, as diferenças que, a princípio, podem causar desavenças e atritos variados nas relações interpessoais também podem ser assimiladas de forma benéfica, trazendo inovação, com ousadia e criatividade na forma de pensar diferente e resolver problemas de forma rápida e simples. Para Moscovici, o conflito tem muitas funções positivas: porque:

> Ele previne a estagnação decorrente do equilíbrio constante da concordância, estimula o interesse e a curiosidade pelo desafio da oposição, descobre os problemas e demanda sua resolução. Funciona, verdadeiramente, como a raiz de mudanças pessoais, grupais e sociais (MOSCOVICI, 2008, p.213).

É importante, então, que o gestor tenha um olhar atento às causas e desdobramentos dos atritos e disputas pessoais, aproveitando as novas ideias e posturas, verificando seu aproveitamento, acreditando que as pessoas podem ter e expor opiniões divergentes à coletividade, devendo ser ouvidas, pois quando se dá atenção a novas ideias se constrói soluções inusitadas, ousadas e criativas.

Stapley (2011), considera que as pessoas podem desenvolver um conjunto de valores próprios - base do conhecimento individual -, podendo compartilhá-los com os outros nos ambientes que frequentam, como na escola e no trabalho. Nessa direção é possível, sem comprometer a ideia principal do autor, assegurar que esse compartilhamento de valores, iniciado ainda na infância, percorre todas as fases da vida, fazendo com que as pessoas, aumentam sua bagagem de valores, o que não impede que eles sejam a causa de conflitos quando estão arraigados de tal forma que se tornam absolutos, não permitindo que a pessoa absorva ou aceite outros valores com facilidade, criando antagonismo indesejável e prejudicial a ela mesma.

O objetivo no ambiente de trabalho é criar, desenvolver e manter bom clima organizacional, propiciando a todos o bem-estar e a confiança respeitosa tão desejada, que impulsiona as relações de entreajuda e até mesmo solidárias, entre as pessoas, impedindo que as diferenças pessoais sejam a causa de relações traumáticas e desvantajosas tanto aos envolvidos quanto à empresa.

Daí a importância do autoconhecimento que deve constituir prática constante para verificar mais intimamente e profundamente os reais desejos e vontades pessoais, evidenciando características benéficas e nocivas, sendo que estas deverão ser trabalhadas, melhoradas e eliminadas. Afinal, a convivência no trabalho pede pessoas ajustadas às normas de conduta ética em prol de relações interpessoais de boa qualidade, o que contribui individualmente para o desenvolvimento profissional, impulsionando a autoestima e os talentos rumo à expertise desejada.

Nas relações interpessoais, quaisquer sejam elas, é oportuno que as pessoas expressem sua autoestima, principalmente quando expõem e afirmam posições, opiniões, críticas e soluções aos problemas vigentes, como acontece cotidianamente no ambiente organizacional. Nesse caso, a autoconfiança pode contaminar e facilitar decisões compartilhadas, mesmo as conflituosas. Carvalho (2009, p. 40) destaca que "a autoestima elevada representa uma vantagem competitiva no momento em que confere aos indivíduos competência para lidar com mudanças e laços do passado".

Se o gestor é o principal responsável pelo bem-estar (ou não) no ambiente de trabalho, promovendo relações amistosas e produtivas entre os colaboradores, contudo, ele não está sozinho nesse compromisso quanto ao clima no trabalho, pois todas as outras pessoas devem colaborar, procurando, com afinco, compartilhar o respeito, a tolerância, a disposição para o diálogo, o senso de justiça e adequação ao ambiente e às normas de conduta da empresa. Mas é preciso reconhecer que isso nem sempre é tarefa fácil, pois depende de boa vontade, resiliência e determinação para desenvolver o hábito de solidariedade e empatia, sentindo-se, cada um dos colaboradores, parte integrante do grupo e da empresa.

CONFLITOS: PREVENÇÃO E SOLUÇÃO

A vida em sociedade facilitou que benéficas descobertas científicas e tecnológicas auxiliassem a sobrevivência humana, tornando necessário o convívio harmônico entre as pessoas, o que não impediu, no entanto, que as vontades, ideias e

opiniões individuais e diferentes entre si gerassem, por sua vez, insatisfações e animosidades entre elas. Os conflitos seriam uma resposta ao choque e à proximidade, voluntária ou não, de personalidades, inicialmente estranhas entre si, que compartilham o mesmo grupo social e determinados ambientes.

Em quaisquer grupos, portanto, sem excluir as organizações, que abrigam grupos específicos, é natural que as pessoas tenham e apresentem indisfarçáveis valores e personalidades conflitantes. Entretanto, se tais diferenças podem ser enriquecedoras, por outro lado, a presença constante de conflitos pode dificultar o dia a dia, sobretudo no trabalho, pois o contato próximo entre as pessoas é diário e estas pessoas assumem papeis para interagir entre si e assim atingir os objetivos propostos, sejam os seus próprios ou aqueles da organização.

O conflito faz parte das relações humanas e é preciso entender que sua geração, em determinadas situações, e nas organizações pode ter origem na relação de poder, isto é, entre quem manda, instrui e lidera e quem obedece, e se essa situação é bem aceita. Portanto, o conflito pode ocorrer pelo choque de ideias entre pessoas ou equipes opostas, posto que as pessoas, na maior parte das vezes, não têm os mesmos interesses e objetivos, sejam estes pessoais e/ou profissionais, dessa forma, os atritos normalmente são pessoais.

Confrontos ocorrem quando há, por exemplo, diferentes interpretações sobre um mesmo assunto ou problema. Muitas vezes, quem impõe o ponto de vista e é intransigente, gera discussões, mas o antagonismo pode surgir entre colaboradores, fornecedores e clientes, prejudicando todos os envolvidos, com quebra dos acordos de convivência, afetando a imagem da organização.

CONCEITUAÇÃO DE CONFLITO

De acordo com Chiavenato (2008), conflito e cooperação constituem elementos integrantes da vida das organizações. Atualmente, as teorias organizacionais têm

dedicado estudo sobre conflito e cooperação, pois são aspectos presentes nas atividades sociais e profissionais. As organizações se preocupam para que entre os colaboradores haja cooperação e redução do conflito.

Nesse sentido, Chiavenato salienta que:

> Conflito significa existência de ideias, sentimentos, atitudes ou interesses antagônicos e colidentes que podem chocar-se. Sempre que se fala em acordo, aprovação, coordenação, resolução, unidade, consentimento, consistência, harmonia, deve-se lembrar que essas palavras pressupõem a existência ou a iminência de seus de seus opostos, como desacordo, desaprovação, dissensão, desentendimento, incongruência, discordância, inconsistência, oposição – o que significa conflito (CHIAVENATO, 2008, p.376).

Entende-se que o conflito é a fonte de divergência de ideias, posturas e interesses, note-se que a cooperação reside nos interesses semelhantes ou próximos entre os indivíduos na sociedade e no ambiente organizacional. Diante desse cenário, a resolução de conflitos depende tanto da sua intensidade quanto do método de atenuação ou técnicas de negociação, incidindo diretamente nos desafios dos gestores. Aliás, diz Vergara, que o papel líder é difícil porque "Requer do gestor autoconhecimento, autodesenvolvimento, sensibilidade e habilidade para lidar com diferenças e obter a adesão das pessoas para sua causa, atrelada aos negócios da empresa" (VERGARA, 2016, p.181).

ELEMENTOS DO CONFLITO: ORIGEM E TIPOS MAIS RECORRENTES

A origem do conflito tem início quando há discordância de ideias e objetivos. Muitas vezes quando o propósito de um indivíduo se impossibilitou ou ele se vê impossibilitado de realizar os seus objetivos dá-se início ao conflito, podendo ser interno ou externo, como explicado a seguir por Chiavenato:

> Assim, o conflito somente existe quando ocorre a interferência deliberada de outra parte. Essa interferência é condição necessária para o conflito e pode ser ativa (quando a interferência se faz por alguma ação) ou passiva (quando se faz por omissão). Portanto, o conflito é mais do que um desacordo ou choque de interesses: é uma

> interferência deliberada sobre a tentativa de outra parte de atingir seus objetivos (Chiavenato, 2008, p.377).

O conflito é parte integrante da evolução das pessoas, podendo se apresentar na família, no meio social, político e nas organizações, ou seja, onde as pessoas estão. Ele pode ser visto de forma positiva, gerando novas ideias, melhoria comportamental e na adoção de solução correta no ambiente que o conflito ocorre. Nesse sentido Chiavenato (2008) indica que o desafio está em saber administrar o conflito, fazendo com que os efeitos construtivos sejam maiores que os destrutivos.

De acordo com Arten (2012) há dois tipos de conflito:

a) Interno: ocorre no campo das relações interpessoais. Trata-se de conflito originado das dissonâncias internas, isto é, a pessoa tem algum problema ou insegurança com as situações vivenciadas com frequência, por exemplo, com qual roupa devo sair hoje. A pessoa depende da opinião de outra pessoa. Já no ambiente organizacional, dois gestores disputam cargo ou autoridade em decorrência de suas diferenças técnicas ou profissionais

b) Externo: o conflito externo pode ocorrer em variados níveis externos, tais como as relações entre grupos, Inter organizacionais e ou interpessoais.

Ainda, de acordo com Arten (2012):

-Conflito de interesses: trata-se do que nos interessa ou que desejamos obter, algo ou posição quer no campo social ou por meio de cargos para atingir os objetivos que a pessoa pretende atingir.

-Conflito de valores: voltado aos nossos valores e crenças. Trata-se de conflito difícil de ser dialogado, uma vez que envolve as questões moral, social e cultural.

-Conflito de direitos: relaciona-se com a infração de normas, leis ou regulamentações que tornam benéficas ao homem. Tal conflito não prevê uma negociação, pois o fundamento da questão gira em torno do direito antecipadamente adquirido, mas que, de fato, não está sendo considerado.

COMO ADMINISTRAR E SOLUCIONAR CONFLITOS

Os mecanismos de administrar e solucionar conflitos vêm assumindo papel importante quer nas relações sociais ou organizacionais. Chiavenato (2008) aponta que, de acordo como o conflito é resolvido, ele pode influenciar os resultados independentemente do seu nível, seja conflito que busca despertar sentimentos de coesão da equipe, estimular o interesse, ou se promove o desencadeamento de sentimentos de hostilidade, frustação, provocando dispersão de energia ou ansiedade.

O sucesso para administrar um conflito é cuidar de cada caso de forma única, pois as situações não se repetem. É importante entender que nas relações pessoais não tem uma receita pronta, pois as pessoas são diferentes, mas é possível adaptar as soluções já apresentadas em outras resoluções de conflito.

Para Arten, as possibilidades de administrar os conflitos são (ARTEN, 2012, p.61-62):

- estilo evitar: tenta fazer que o conflito não se instale;
- estilo calmo: admite a existência do conflito, porém ele está tão controlado que não necessita de interferência;
- estilo ditador: a tentativa de solução dá-se mediante a imposição de um comportamento, sem abrir espaço para negociação;
- estilo compromisso: é semelhante ao estilo ditador, porém a diferença reside no fato de que, com compromisso imposto, alcançamos algum benefício com a posição que estamos ditando;
- estilo colaborador: dessa forma, nossa tentativa gira em torno de chegarmos ao ponto satisfatório para ambas as partes, a fim de resgatarmos a colaboração mútua.

Para Chiavenato (2008), porém, o conflito pode ser resolvido de três maneiras, como: a) ganhar e perder, sendo que um elemento ganha para que o outro seja perdedor,

b) perder e perder, as partes envolvidas desistem dos seus objetivos, abrindo mão dos propósitos que desejavam atingir e c) ganhar e ganhar, ambas as partes atingem seus objetivos encontram soluções que permitem que o resultado atenda às necessidades e anseios de ambas as partes, portanto o resultado é uma solução assertiva.

A busca por soluções pacíficas quando há problema de interação entre as pessoas é uma das grandes responsabilidades do gestor. Talvez ouvindo mais os colaboradores e expondo com transparência e objetividade os valores da empresa e os seus próprios, possa motivar as pessoas ao bom convívio e à aceitação respeitosa das diferenças de qualquer tipo entre elas, assumindo juntos, então, os riscos dessa união de propósitos e responsabilidades por resultados.

Para facilitar a solução de conflitos, a organização deve preparar as lideranças, desenvolver as habilidades de negociação, assim como desenvolver processos para identificar o conflito, os seus conceitos e como o conflito foi estabelecido. Tendo esses conhecimentos é possível buscar técnicas para a solução do problema que gerou o conflito.

O PAPEL DO GESTOR: DESENVOLVIMENTO DE EXPERTISE PARA LIDERAR PESSOAS

Com a globalização e o consequente avanço da tecnologia, a necessidade de liderança assumiu fundamental importância para a sobrevivência das empresas atuais. Dessa forma, a retenção e o desenvolvimento de talentos voltados à liderança têm se tornado decisão assertiva, pois, como menciona Soto, “sem liderança uma organização seria somente uma confusão de pessoas e máquinas, assim como uma orquestra sem maestro seria apenas um conjunto de músicos e instrumentos” (SOTO, 2002, p.216).

Identificar pessoas com “talento” para a gestão de pessoas necessita mais de arte do que ciência, pois muitas vezes os gestores mais eficazes possuem alto grau de inteligência emocional, neste caso, mais valorizado do que o próprio Q.I - Quociente de

Inteligência, sendo que para identificar esse tipo de inteligência muitas empresas contratam psicólogos experientes para ajudá-las a buscar no mercado profissionais com essa expertise ou promover treinamentos internos, preservando e incentivando os seus colaboradores.

Com a publicação da "Teoria Comportamental da Administração", em 1947, de Herbert Alexander Simon, o comportamento humano tornou-se elemento essencial e inovador para a administração de empresas. Esta teoria também ficou conhecida como Teoria Behaviorista, devido a influência de estudos psicológicos acerca do comportamento humano. Sua preocupação era o comportamento individual das pessoas, estudando a motivação para saber como as pessoas se comportam. Fundamenta-se na importância de os gestores conhecerem as necessidades humanas para melhor compreender seu comportamento nas organizações, utilizando a motivação como meio para melhorar a qualidade de vida dentro das organizações.

Essa teoria tem um importante papel na administração, porque fornece aos gestores indicação para que conheça bem cada pessoa de sua equipe de liderados, assim facilitará trabalhar a motivação e as necessidades de cada componente da equipe.

A velocidade dos projetos e a crescente necessidade de ciclos de inovação, cada vez menores, impulsionaram a necessidade de algumas ascensões rápidas, podendo deixar pessoas com pouca ou nenhuma experiência ou expertise em cargos gerenciais. Por esse motivo, as organizações vêm enfrentando o desafio contínuo de aumentar a expertise de liderança em curto período de tempo.

Em pesquisa realizada por Carvalho Neto e colaboradores, concluiu-se que os líderes empresariais brasileiros valorizam mais a racionalidade do que o sentimento, sendo "mais interessados em coisas do que em relações humanas". E para finalizar os autores concluíram também que aqui no país predominam aspectos culturais que submetem os executivos a alta pressão, valorizando a pressa e rapidez em prol da objetividade dos resultados, dispendendo para isso muita energia e impaciência (CARVALHO NETO, 2012, p.47-48).

Dentre as características básicas de um líder destacam-se as seguintes: ter visão de longo prazo, ter habilidade de se comunicar e ter foco em alcançar resultados.

Esses três elementos estão presentes em pessoas que exercem liderança de forma flexível e adaptativa, que analisam a situação e fazem diagnósticos antes de agir, se preocupando com o impacto nas pessoas. Esses líderes se preocupam, principalmente, em ouvir e sabem de sua responsabilidade ao representar um elo entre os liderados e a organização, fazendo-os sentirem-se parte da organização, tornando-se ambos (organização e liderado), parte de um grupo social.

A preocupação com uma visão de longo prazo, associada às boas habilidades estratégicas permitirá prever o que irá acontecer e buscar soluções inteligentes, mesmo que diante de uma situação presente é possível enxergar o todo e buscar soluções além do que já é usado.

O domínio da comunicação permite ao gestor passar mensagens com clareza para seus liderados possibilitando transmitir confiança e segurança sobre ações e serviços a serem executados. O foco em alcançar resultados permitirá o direcionamento da energia da equipe para alcançar os objetivos traçados pela organização de forma mais eficiente e eficaz e para isso será necessária uma equipe engajada, unida e com confiança na liderança.

Na opinião de Gasstmann (2008) os líderes têm papel essencial de motivar e direcionar o desenvolvimento das pessoas, através de suas ações e comportamento, favorecendo que mudanças aconteçam nesse sentido.

Partindo do princípio, que líderes têm características definidas, incluindo espírito colaborativo, capacidade de inspirar equipes e, principalmente, que saibam reconhecer as necessidades e individualidades dos seus liderados, tendo como base a confiança, cabendo, no entanto, às empresas selecionar profissionais que poderão ser preparados para ocupar cargos de liderança.

Embora as competências individuais dos profissionais sejam fundamentais para a formação de um líder, as empresas têm um papel importante no desenvolvimento das suas lideranças. Portanto, cabe a elas, desenvolver as ações de aprendizagem para o aperfeiçoamento técnico do futuro líder, ajudando-o a desenvolver ou aperfeiçoar habilidades interpessoais para lidar com pessoas e tomar decisões. Outras habilidades conceituais também são exigidas no cargo de liderança, mas que poderão ser desenvolvidas ou aprimoradas a partir de treinamentos específicos e direcionados, como afirma Chiavenato:

> Treinamento é o processo sistemático que envolve uma mudança de habilidades, conhecimento, atitudes ou comportamento dos empregados, estimulando-os a serem mais produtivos na direção do alcance dos objetivos organizacionais (CHIAVENATO, 2010, p.367).

Com essa definição é possível perceber que o treinamento modifica as competências comportamentais do ser humano, capacitando-o para exercer funções específicas nas organizações.

Marras compreende que o treinamento "objetiva repassar ou reciclar conhecimentos, habilidades ou atitudes relacionadas diretamente à execução de tarefas ou à sua otimização no trabalho" (MARRAS, 2011, p.133).

Considerando a diversidade aliada à complexidade socioeconômica do momento em que a crise pandêmica da Covid-19 envolveu todo o planeta, as empresas precisam contar com líderes fortes e inspiradores, recrutando-os no mercado ou desenvolvendo planejamento a fim de treinar seus colaboradores.

RECONHECIMENTO: FERRAMENTA QUE IMPULSIONA A MOTIVAÇÃO PESSOAL

A relação entre empregador e empregado deveria se estabelecer em um nível em que o respeito mútuo fosse visível, trazendo benefícios para ambas as partes. Nesse sentido, o reconhecimento pelos esforços, empenho e dedicação dos colaboradores

deveria ser hábito constante no ambiente de trabalho pelas equipes gestoras, pois isso traz maior motivação individual, com melhor desempenho, inclusive, nas equipes. Contudo, nem sempre as empresas valorizam o reconhecimento como ferramenta a ser considerada no ambiente de trabalho. Para Ferreira:

> Trabalhar não é apenas colocar o corpo a serviço das tarefas que operacionalizam a missão da empresa. Não bastam braços, pernas, gestos, posturas, deslocamento dos trabalhadores. É muito mais do que isso. Trabalhar requer investimento psicológico significativo que funde razão e afeto, entrelaça cognição e sentimento (FERREIRA, 2009, p.01).

A afirmação acima traz luz sobre o problema, mostrando que o colaborador, de qualquer nível, é, em primeiro lugar, uma pessoa, não sendo possível dissociar este aspecto ao analisar sua performance no trabalho, sob pena de se permanecer atrelado ao manual das primeiras teorias administrativas do início do século XX, que viam o operário como alguém sem vida própria, desumanizado e sem capacidade para julgar, aprender e desenvolver outras aptidões além das rotineiras, mecânicas e de menor valor.

O ISMA Brasil (International Stress Management Association) realizou uma pesquisa em 2014 para verificar quais são os motivos por que os colaboradores deixam as empresas, identificando que 89% dos profissionais pedem demissão por estarem insatisfeitos com a falta de reconhecimento de seu líder.

O reconhecimento está ligado a motivação dos colaboradores, o que afeta diretamente tanto o seu engajamento, quanto sua produtividade. Um funcionário motivado ajuda a criar e a manter um bom clima organizacional, evitando que a visão pessimista ou insatisfatória acerca da empresa domine e contagie o ambiente, impedindo, dessa forma, maior adesão e participação a projetos e estratégias da empresa. O reconhecimento, então, é bem-vindo porque favorece uma postura produtiva, despertando nas pessoas, inclusive, uma postura altruísta que agiliza e dinamiza o trabalho em equipe. Bredan Júnior e Oliveira. (2009) concordam que quando o ser humano é motivado se torna mais comprometido com a organização onde trabalha.

Sabe-se que o reconhecimento profissional pode ser feito através de uma simples frase de incentivo, até a promoção de carreira. Além das questões psicológicas, o reconhecimento pode ser realizado através de premiações, benefícios, treinamentos, capacitações e folgas. Isso quer dizer que cabe a empresa definir como reconhecer e valorizar seus colaboradores.

Mas, de acordo com Gomes (2019), apenas o salário não torna alguém bom profissional, existe a necessidade de haver elogios e reconhecimento, sendo estes tão valiosos quanto o salário.

Baseando-se no fato que o funcionário se sente motivado quando há o reconhecimento do seu trabalho, outra forma de realizar esse método é a realização de feedbacks positivos, mostrando a importância dele no desempenho da empresa. Essa prática envolve expressar pensamentos e emoções sem violar os direitos dos outros e inspirá-los a realizar algo ou continuar dentro da sua performance.

Com a pandemia do novo Corona vírus (Covid-19), houve várias transformações inesperadas, como encerramento de empresas, demissões e trabalhos remotos, impactando na saúde mental e física, com consequência preocupante na produtividade, concentração e motivação dos funcionários.

Entende-se que o grande desafio devido a esse momento crítico das empresas frente à crise sanitária global, envolve especialmente o desenvolvimento humano individual ou em equipe, promovendo ações para cativar os seus melhores funcionários, resgatando a motivação, o incentivo, reconhecimento e engajando-os à flexibilização e os novos desafios.

Tadeucci (2009) destaca o papel da liderança como principal responsável pelos incentivos motivacionais no trabalho. É possível, a partir desse destaque dado à liderança pelo autor, dizer que colaboradores respondem aos estímulos dos seus líderes, que são os principais responsáveis pelo clima organizacional.

Todos esses fatores mencionados promovem níveis de satisfação da motivação e o reconhecimento dos seus colaboradores, se deve a uma boa gestão de pessoas, sendo que os gestores envolvidos devem estar sempre atentos aos indicadores, como produtividade, rotatividade, baixo turnover, pesquisas do setor de Recursos Humanos, para mensurar e identificar se os colaboradores estão realmente satisfeitos em trabalharem na empresa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo de verificar de perto as relações humanas no ambiente organizacional considera não apenas as relações praticadas entre os colaboradores, mas também aquelas entre eles e suas lideranças e a empresa como tal, cabendo destaque ao reconhecimento a que faz jus o desempenho e motivação dos colaboradores, indistintamente, o que não deve passar despercebido, sob pena de provocar contágio de uma visão pessimista, insatisfeita e desmotivação crescente que pode provocar a fuga, às vezes, irrecuperável e insubstituível de talentos arduamente conquistados.

Percebe-se também que os conflitos de relacionamento podem ser evitados se as pessoas tiverem percepção de sua corresponsabilidade na manutenção do bem-estar e harmonia que desejam usufruir no ambiente de trabalho, favorecendo um clima organizacional capaz de impulsionar o desenvolvimento das atividades cotidianas e do profissionalismo individual. Para tal, no entanto, é preciso distinguir com clareza os papeis funcionais, com a justa distribuição das atividades de acordo com os talentos e o condicionamento emocional individual em benefício da equipe.

Destarte, mesmo havendo normas comportamentais explícitas, elaboradas e recomendadas pelas organizações, os conflitos emergem nas relações interpessoais, solicitando atenção especial dos gestores para que rapidamente sejam solucionados sem contaminar outras pessoas ou grupos. De preferência, que os gestores sejam capazes de prever, observando e identificando em sua equipe comportamentos conflituosos a tempo de evitar maiores prejuízos extensivos a todos os envolvidos.

Mas o comportamento humano nas organizações trata exatamente do ser humano como ele é de fato, analisando-o em suas reais potencialidades e fragilidades, verificando o que o leva a errar, fracassar, acertar e prosperar em suas decisões, especialmente no ambiente de trabalho. Para favorecer o melhor aproveitamento dos talentos pessoais é recomendada a prática habitual de autoanálise, no intuito de identificar o que poderia prejudicar a interação com as outras pessoas nas equipes de trabalho, reforçando o que é benéfico para aperfeiçoamento pessoal e desenvolvimento da carreira profissional.

Sendo assim, é possível afirmar que o sucesso do trabalho em equipe é possível desde que haja intenção e motivação para se estabelecer relações proveitosas que beneficiem tantos os membros da equipe quanto a empresa, a quem cabe, porém, oferecer ambiente adequado ao bem-estar coletivo e individual, com acompanhamento e reconhecimento dos esforços e dedicação esmerada dos seus colaboradores, deixando transparecer quanto eles são importantes para ela.

Mas também se apresenta a necessidade de habilidades e competências administrativas específicas em vista a tomada de decisões de forma justa e assertiva, expondo, com transparência e objetividade a definição dos papeis hierárquicos e a responsabilidade inerente à gestão de pessoas, pois o papel dos gestores no ambiente de trabalho é fundamental, devendo estar atentos ao comportamento individual e coletivo dos seus colaboradores e, com bom senso, saber avaliar como melhor aproveitar os talentos pessoais nas atividades diárias.

A possiblidade de haver sucesso nas relações entre as pessoas que compartilham o mesmo espaço, por muito tempo diário e, em muitos casos, a mesma atividade, depende em alto grau da personalidade e motivação individuais, porém, a sinergia desejada no ambiente de trabalho envolve também o tratamento dispendido pela organização ao seu capital humano. Sendo tendência atual haver gestão humanizada, que procura dar autonomia às ações individuais e em equipe e, assim, favorecer a manifestação vantajosa de criatividade e inventividade pessoais.

Por fim, percebe-se quanto o comportamento no ambiente de trabalho requer cuidado e deve ser refinado para não haver dissenção entre as pessoas e perda dos objetivos organizacionais, prejudicando a produtividade e a imagem da empresa, assim como a imagem e a função do gestor, afetando a tomada de decisão, com reflexos na carreira e empregabilidade dos colaboradores, pois, não é possível escapar do turbilhão e ressonâncias negativas que a má conduta e a corrupção de valores provocam no ambiente de trabalho, atingindo todos igualmente. Contudo, é bom salientar que o comportamento humano, exatamente por ser humano, é factível de, a qualquer momento, ser alterado e afinado à convivência vantajosa, percebida nos projetos pessoais e profissionais que constroem e definem cada indivíduo.

REFERÊNCIAS

ARTEN, Tatiana Felipe Candido. **Dinâmica das relações interpessoais**. São Paulo: Sol, 2012.

BREDAN JÚNIOR, Paulo Elias; OLIVEIRA, Jorge Luiz Coimbra. **Motivação no trabalho: avaliando o ambiente organizacional**. In: V Congresso Nacional de Excelência em Gestão, 2009, p.1, Niterói, R J.: *[s.n.]*, 2009.

CARVALHO NETO, A. et al. Executivos brasileiros: na contramão do perfil dei ficado da liderança transformacional. Revista de Ciências da Administração, v. 14, n. 32, p. 35-49, 2012.

CARVALHO, Maria do Carmo Nacif de. Relacionamento interpessoal: como preservar o sujeito coletivo. Rio de Janeiro: LTC, 2009.

CHIAVENATO, Idalberto. Gestão de Pessoas: o novo papel dos recursos humanos na organização. 3.ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

CHIAVENATO, Idalberto. Recursos Humanos: o capital humano nas organizações. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

FERREIRA, Mário César. Reconhecimento no Trabalho. Jornal do Brasil Online, São Paulo: [s.n.], 2009. p. 01.

GASSTMANN, Ademir. A liderança no contexto de uma organização. In: KARKOTTI, Gilson. Liderança. Curitiba: Camões, 2008.

GIL, Antônio Carlos. Gestão de pessoas: enfoque nos papeis profissionais. São Paulo: Atlas, 2012.

GOMES, Amanda Kelly. A importância do Reconhecimento Profissional para a Motivação dos Colaboradores. Humanae, São Paulo: [s.n.] v.13, n.1, p.1-23, 2019. Disponível em:

HEATH, Michael. Segredos de liderança. São Paulo: Editora Fundamento Educacional Ltda, 2013.

Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/saude/vida/noticia/2015/06/pesquisa-aponta-que-89-das-pessoas-sofre-de-estresse-por-falta-de-reconhecimento-no-trabalho-4785670.html Acesso em: 04/10/2021, 18:22:47>.

Disponível em: <https://revistas.esuda.edu.br/index.php/humanae/article/view/628/220>. Acesso em: 04/10/2021, 16:02:34.

LACOMBE, Francisco José Masset. Recursos Humanos: princípios e tendências. 2 ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

LADEW, Donald. P. Como supervisionar equipes. São Paulo: Market Books, 2002.

MARRAS, Jean Pierre. Administração de recursos humanos: do operacional ao estratégico. 14.ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

MOSCOVICI, Fela, Desenvolvimento interpessoal: treinamento em grupo. Rio de Janeiro: José Olympio, 2008.

SCIREA, Bruna; Pesquisa aponta que 89% das pessoas sofre de estresse por falta de reconhecimento no trabalho. GaúchaZH, Porto Alegre: [s.n.] 2015. Disponível em:

SOTO, Eduardo. Comportamento Organizacional. São Paulo: Pioneira. 2002.

STAPLEY, Lionel F. Entendendo indivíduos, grupos e organizações abaixo da superfície – Uma introdução. Campinas (SP): Pontes Editores, 2011.

TADEUCCI, Marilsa de Sá Rodrigues. Motivação e Liderança. Curitiba (PR): IESDE, 2009.

VERGARA, Sylvia Constant. Gestão de Pessoas. São Paulo: Atlas, 2016.

VIRTUAL

ZANELLI, José. Carlos et al. Psicologia, Organizações e Trabalho no Brasil, 2ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2014.

A IMPORTÂNCIA NA UTILIZAÇÃO DE UM LAYOUT ADEQUADO EM UMA EMPRESA DE CABEAMENTO TELEFÔNICO NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

THE IMPORTANCE OF USING AN PROPER LAYOUT IN A TELEPHONE CABLE COMPANY IN THE STATE OF RIO GRANDE DO NORTE

LA IMPORTANCIA DE UTILIZAR UN TRAZADO ADECUADO EN UNA EMPRESA DE CABLE TELEFÓNICO EN EL ESTADO DE RIO GRANDE DO NORTE

Hilquías Pereira dos SANTOS[19]
Kelly Taniele Gomes da Nóbrega MEDEIROS[20]
Sebastião Clésio de MEDEIROS[21]
Anilton José de LIMA[22]

RESUMO

Este artigo analisou a importância do arranjo físico (layout) em uma empresa de cabeamento telefônico localizada em Natal no Rio Grande do Norte. Por meio de um questionário preparado pelos elaboradores dessa pesquisa, buscou-se verificar se há benefícios após estudos e da implantação do arranjo físico definido como o ideal para a empresa. Os resultados apontaram que a empresa objeto de pesquisa percebeu que é vantajoso a adoção de estudos e utilização de um melhor arranjo físico na empresa. Melhorou o fluxo e a localização de suas matérias primas que se encontram no pátio da organização. A movimentação das pessoas ficou mais eficiente e mais segura.

[19] Graduado em Logística – UNICEUNA/2021.
[20] Graduado em Logística – UNICEUNA/2021.
[21] Graduado em Logística – UNICEUNA/2021.
[22] Mestre em Administração – UNIHORIZONTES/2015, Graduado em Administração – UNIHORIZONTES/2011, Docente Universitário, Orientador de Iniciação Científica e Coordenador dos Cursos de Administração, Logística e Recursos Humanos do Centro Universitário Natalense – UNICEUNA. (E-mail: ajl.mestreadm@yahoo.com).

Palavras-Chaves: Arranjo físico, operações logísticas, Organizações.

ABSTRACT

This article analyzed the importance of the physical arrangement (layout) in a telephone cabling company located in Natal, Rio Grande do Norte. Through a questionnaire prepared by the authors of this research, we sought to verify whether there are benefits after studies and after the implementation of the physical arrangement defined as the ideal for the company.
The results showed that the company object of research realized that it is advantageous to adopt studies and use a better physical arrangement in the company. Improved the flow and location of its raw materials that are found in the organization's yard. The movement of people became more efficient and safer.

Keywords: Physical arrangement, logistic operations, Organizations.

RESUMEN

Este artículo analizó la importancia del arreglo físico (layout) en una empresa de cableado telefónico ubicada en Natal, Rio Grande do Norte. A través de un cuestionario elaborado por los autores de esta investigación, se buscó verificar si existen beneficios después de los estudios y la implementación del arreglo físico definido como ideal para la empresa. Los resultados mostraron que la empresa investigada se dio cuenta de que es ventajoso adoptar estudios y utilizar una mejor disposición física en la empresa. Mejoró el flujo y ubicación de sus materias primas que se encuentran en el patio de la organización. El movimiento de personas se hizo más eficiente y seguro.

Palabras clave: Disposición física, Operaciones logísticas, Organizaciones.

INTRODUÇÃO

Com a constante evolução das tecnologias nesses últimos tempos, é essencial para qualquer empresa que busca por eficiência em seus processos, reduzir os custos e aumentar os lucros sem comprometer seu desenvolvimento. Por isso as empresas têm buscado por estratégias que possam lhes auxiliar e, uma das ferramentas muito utilizadas é o planejamento do arranjo físico.

Os arranjos físicos em empresas estão sendo muito discutidos na atualidade, pois a sua elaboração pode se tornar um diferencial em relação aos seus concorrentes (LIMA FILHO e MALAGUTTI, 2017).

As inovações surgem em pouco tempo e mudam todo o mercado, o arranjo físico pode ser um elemento fundamental para o crescimento de uma empresa, mas, nem sempre as mudanças são bem-vistas pelos administradores por entenderem equivocadamente que terão somente um aumento nos seus custos.

É necessário que os profissionais de logística façam demonstrações para a "direção" da organização que a implantação de um layout adequado não é custo, mas um investimento inevitável para a empresa sobreviver no mercado que frequentemente tem sido muito competitivo.

Para Slack *et al*. (2018) a mudança de arranjo físico pode ser de execução difícil e de custos elevados, com isso os gerentes de produção ficam relutantes em fazê-las pois há dificuldade ou desconhecimento para fazer a relação entre custo-benefício dessa ação.

Vale citar que mudanças no layout que aparentam ser insignificantes como a alteração do local onde está uma máquina em uma fábrica de produtos ou da disposição de produtos em prateleiras de supermercado, podem afetar positivamente o fluxo de pessoas e materiais, logo, por meio dessa alteração a empresa conseguirá maior eficácia e melhores resultados minimizando o custo geral da produção (SLACK *et. al* 2018).

Segundo Moreira (2011) organizar um layout ou arranjo físico de uma instalação significa tomar decisões de como serão dispostos os centros de trabalho nessa empresa. Na preparação do arranjo físico, existe uma preocupação básica em tornar mais fácil e suave o movimento dos trabalhos. Esse movimento se refere ao fluxo de pessoas ou de materiais. É importante para o andamento de um processo produtivo que haja um layout adequado. Faz- se necessário aproveitar ao máximo os recursos disponíveis.

Quando se planeja o layout é possível diminuir o tempo entre um processo e outro o que gera aumento na eficiência da operação, quando bem planejado, e por consequência aumento de produtividade.

O arranjo físico de uma operação é como seus recursos transformadores são posicionados em relação aos outros com várias tarefas da operação. Uma boa análise para a decisão do arranjo físico é necessária pois se o layout não ficar adequado, poderá levar a processos com fluxos muito longos ou confusos, filas de clientes, tempos demorados de processo, operações inflexíveis, fluxos imprevisíveis e altos custos.

Ainda segundo Slack *et al.* (2018), ter objetivos aos quais o layout se propõe, tais como: segurança clara, extensão e clareza do fluxo, conforto para funcionários, coordenação gerencial, acessibilidade e uso adequado do espaço é crucial para que a organização atinja seus resultados com satisfação.

De acordo com Cury (2007) deve-se levar em consideração, também, que um novo e bom arranjo físico baseia-se na distribuição das máquinas, matérias primas e móveis para preencher da melhor maneira possível os espaços nos setores ou na organização como um todo. A melhor forma de adequar o funcionário no seu posto de trabalho garantindo a satisfação e qualidade no trabalho também devem fazer parte das análises do layout.

Alguns autores classificam os tipos de arranjo físico de acordo com as características internas dos processos da organização. O arranjo físico pode ser elaborado para uma empresa completa ou apenas para alguns setores ou um departamento em específico, vai depender da necessidade da organização. Com cálculos e definições já pré-estabelecidas consegue-se organizar a empresa para que o trabalho possa ser desenvolvido da melhor forma possível e com o mínimo de desperdício de tempo.

Segundo Silva *et al.* (2012) a escolha do arranjo físico é muito influenciada tanto pelos custos quanto pela análise das vantagens e desvantagens de cada processo determinado.

Para integrar o objeto de pesquisa, foi elaborada uma pesquisa de campo em uma empresa de cabeamento no estado do Rio Grande do Norte sobre a importância de se obter o melhor layout nas organizações.

Apresenta-se a seguir os tipos de arranjos físicos mais utilizados nas empresas.

TIPOS DE LAYOUT

Para Laugeni e Martins (2015), mediante ideia ou projeto, na qual irá ser construído ou adequado o funcionamento de uma empresa, o arranjo físico é um diferencial em toda cadeia e aprimora o seu desempenho, apresentando melhorias na sua produtividade e dos serviços prestados. Com o passar dos anos isso ficou mais claro para as organizações.

A locação de máquinas, ferramentas, colaboradores e armazenagem de produtos, tudo isso é um conjunto que será desenvolvido no layout, para obter vantagens e melhor competitividade no mercado em que atua.

O Layout pode ser desenvolvido de acordo com a aquisição de uma nova organização ou adequação para algumas que já estão em funcionamento. Será usado um layout de acordo com o mercado em que a empresa atua podendo ser expandido quando há um crescimento na demanda pelos seus produtos e serviços, também.

Para se ter um excelente arranjo físico requer estudos, na qual determinará o melhor a ser aplicado, sempre alinhado com a equipe financeira e, levando em consideração alguns aspectos como chegada de materiais, locais a serem instaladas as

máquinas, tipo de produção, demanda, armazenamento, saída de materiais, localização de cada departamento, dentre outros (LAUGENI e MARTINS, 2015).

Conforme Slack *et al*. (2018), para algumas organizações é preciso aplicar um novo conceito de layout, seja por melhorias ou aumento de produção, arranjos físicos mal elaborados podem causar prejuízos gigantescos numa operação, podendo provocar filas de clientes, longo tempo de processos, elevação do custo dos serviços, sendo preciso passar por melhorias e adequando de acordo com as exigências do mercado.

A estratégia de elaborar, criar um novo arranjo físico vem com o objetivo de se ter uma competitividade que a torne superior as demais empresas, sendo bem avaliada pelos seus produtos e serviços, logo, estará à frente da concorrência. Principalmente na atualidade há grande preocupação das empresas em repassar segurança aos seus clientes, ou seja, o mercado se torna cada vez mais exigente com o quesito "segurança" dos serviços ou produtos disponibilizados.

Para viabilizar essa exigência dos clientes no momento atual, as organizações investem no layout buscando:

- Redução, eliminação de riscos de acidentes: a empresa investe em informações educativas para uma melhor compreensão de seus colaboradores e clientes; treinamentos, qualificações de profissionais para uma movimentação adequada de materiais, colocando em ambientes apropriados e em pontos que não venham a prejudicar a operação, eliminando o risco de acidentes dentro da organização;
- Baixo índice de Atraso: com um arranjo físico adequado, a empresa melhora totalmente sua linha de entrega, utilizando uma boa localização geográfica, organizando cada produto em local adequado, que possa facilitar a entrada, armazenamento e saída de material, através de máquinas propícias para produzir e também na qualificação de seus colaboradores;
- Redução de trabalho: um arranjo físico inadequado pode colocar em risco todo o processo, criando o acúmulo de produtos em um pequeno espaço. Através de estudos, aplicando o arranjo físico ideal, melhora todo o processo,

com espaços bem-utilizados, melhorando as atividades de produção e armazenagem sem deixar de observar a demanda do mercado, sempre facilitando o trabalho dos colaboradores e por consequência, gerando melhorias em toda cadeia produtiva;

- Coordenação da administração: com um planejamento apropriado, fica melhor para controlar todas as operações da empresa, podendo acompanhar todos os trabalhos através de programas e equipamentos eletrônicos que fornecerão dados importantes propiciando melhor desempenho organizacional.
- Imagem: a imagem que uma empresa apresenta no mercado em que atua, pode gerar a sensação de ela, ser confiável ou não, com isso o investimento no arranjo físico é essencial, pois através dessa ação, fornecedores, clientes e colaboradores podem sentir-se seguros em comprar ou contratar serviços oferecidos por essa empresa (SLACK *et al.* 2018).

Martins e Laugeni (2015) descrevem que a maioria dos arranjos físicos nas organizações, na prática, baseiam-se apenas em quatro tipos: posicional, funcional, em linha e celular. Podendo ser usado dois ou mais na mesma organização, levando em consideração o que melhor se adequa a necessidade da empresa e de seus clientes.

No Arranjo Físico Posicional a operação é concentrada em um único espaço, ou seja, qualquer serviço ou fabricação fica “fixa” por ser incapaz ou inviável a sua movimentação. No caso de construções como rodovias, usinas hidrelétricas são bons exemplos onde o que se move são as máquinas, materiais utilizados e a mão de obra. É muito utilizado também na construção naval pelo grande porte do produto e dificuldade de locomover embarcações gigantescas ou pelo alto custo logístico para fazer essas movimentações. Turbinas, pontes ou peças específicas como de energia Eólica também são uma boa estratégia o uso do arranjo físico posicional.

Quando a estratégia se dá pelo Arranjo Físico por Produto ou Linha, muito utilizado em produções lineares e na prestação de serviços. Pode ser usado em grandes fábricas que tenham linhas de montagem e produção, e que tenham uma determinada ordem de sequência do produto no processo até a sua finalização. As indústrias

automobilísticas usam muito esse tipo de arranjo físico para produção de seus veículos, pois a linha de produção bem como a sua sequência é facilmente definida e proporciona uma boa adequação e resultados para as montadoras.

Atualmente vimos uma boa adoção desse tipo de arranjo físico, em linha, no processo de imunização das pessoas contra a COVID-19, onde a equipe de vacinação fica no seu posto de trabalho e a "fila" de quem deseja se vacinar, locomove em linha e de forma ordenada até o ponto onde estão as enfermeiras vacinando, ou seja, tem boa aplicação para área de serviços também.

Outro formato que as empresas usam é o Arranjo Físico Celular, concentrando toda criação ou serviço em um só lugar, ou seja, a junção de todas as máquinas usadas na fabricação de um determinado produto ou similar, sintonizados, dando qualidade e produtividade nas operações, aplicando-se em diferentes tipos de organizações.

É muito comum encontrarmos esse tipo de arranjo físico Celular em lojas de departamento espalhados pelo país, como por exemplo na Riachuelo, Renner, C&A, que ao detectar através de pesquisas que um determinado departamento pode ser estrategicamente lucrativo usar o arranjo físico celular. Por exemplo, enquanto todos os demais departamentos estão sendo organizados pelo arranjo físico funcional (cada produto no seu departamento em específico), a área de departamentos esportivos utilizará o conceito "celular" onde outros produtos além dos esportivos estejam no mesmo local: revistas voltadas a temas esportivos, calçados, tênis, camisetas, perfumes que remetem ao esporte ou pessoas do esporte, pranchas de surf, skates, bolsas e mochilas para esportistas etc.

Nos hospitais a área da maternidade é outro exemplo interessante pois é desenvolvida com o conceito de arranjo Físico celular. A unidade faz parte do hospital, mas atua especificamente com o nascimento de crianças, ou seja, se dedica a esse fim apesar de usar as demais instalações do hospital que é de uso comum a todos como o RX, refeitório, almoxarifado etc.

Ainda de acordo com Laugeni e Martins (2015), no Arranjo Físico Funcional as atividades onde os processos acontecem estão de acordo com sua área específica, o produto ou pessoa vão passando por etapas de acordo com suas necessidades, cada setor fica responsável por uma etapa, até que o produto ou serviço prestado esteja de acordo como planejado. Os hospitais usam esse tipo de arranjo físico por exemplo na área de Raio "X" onde os aparelhos estarão em uma mesma localização e os pacientes "passarão" nesse setor que tem a função de atender aos serviços de Raio "X".

Nos supermercados usa-se muito esse conceito também, por exemplo a área das verduras, legumes e frutas é onde está posicionado as laranjas, cebolas, abacates, batatas, abóboras, pepinos, tomates etc. e estão disponíveis para os clientes escolherem o que desejam e na quantidade ideal a ser adquirida. Por fim, e importante tanto quanto aos arranjos citados anteriormente, as organizações podem e geralmente adotam o Arranjo Físico Misto ou Combinados que é a junção de dois ou mais tipos de arranjos físicos.

Algumas organizações aplicam mais de um arranjo físico, isso para poder atender a demanda de diferentes tipos de clientes, podendo ter, por exemplo, dentro da mesma instalação de uma empresa, um arranjo físico diversificado, mas, é necessário estarem bem planejados e organizados. Um restaurante poderá disponibilizar ambientes diferentes com arranjos distintos, enquanto uma área do restaurante se dedica ao atendimento com serviços no estilo self-service; têm- se outro espaço, separado, para atender e servir os clientes na mesa, ou seja, enquanto no primeiro o cliente é quem se desloca ao redor das "ilhas" com os produtos disponíveis, o segundo quem se movimenta são os garçons e os pratos que serão servidos individualizados, personalizados e na mesa (PEINADO e GRAEML, 2007).

METODOLOGIA DA PESQUISA

Com o objetivo de entender como ocorre as análises e a utilização de espaços físicos, foi elaborada uma pesquisa de campo em uma empresa na cidade de Natal / RN,

prestadora de serviços terceirizados a duas multinacionais (Telefônica e Vivo), que são operadoras de telecomunicações.

A presente pesquisa qualitativa de natureza descritiva teve como ambiente de coleta de dados uma empresa do ramo de prestações serviços de instalações e manutenção elétricas, construção de estações de redes de telecomunicações com cabos de cobre e fibra óptica.

A empresa objeto de pesquisa tem sua matriz no estado do Rio Grande do Norte na cidade de Natal. É composta por 256 funcionários diretos. Conta também com filiais em João Pessoa, Campina Grande, Recife, Caruaru, Garanhuns, localizadas nos estados da Paraíba e Pernambuco respectivamente. Presta serviço as multinacionais do ramo das telecomunicações em todo o Brasil, deslocando seus funcionários da planta do Rio Grande do Norte para os outros estados para atender a demanda de seus clientes.

Para colher e avaliar os resultados, foi desenvolvido pelos elaboradores dessa pesquisa um questionário com 10 perguntas que foram aplicadas aos dois sócios da empresa de cabeamento telefônico.

ANÁLISE DE RESULTADOS

A empresa pesquisada tem sua matriz em uma área bem localizada, pois preocupou-se em estar próxima de rodovias e estradas que facilitam o seu deslocamento para as regiões em que atua, o layout foi desenvolvido observando os melhores fluxos dos materiais e pessoas bem como um formato que facilitasse a entrada e saída de mercadorias. O seu layout (arranjo físico) foi pensado e distribuído por tipos de produtos e movimentação das pessoas evitando riscos de acidentes já que a mesma trabalha também com “carreteis” de cabos de grande porte e de peso elevado que demanda o uso de “muncks - caminhão guindaste” na sua movimentação.

Descreve-se a seguir os resultados encontrados baseando-se na resposta dos dois sócios da empresa objeto de estudo. Um dos sócios da empresa exerce a função de administrador geral e o outro se posiciona na administração do financeiro.

Anteriormente a empresa atuava nas acessórias de serviços de perícia técnica relacionada a segurança do trabalho e, posteriormente, mudaram seu ramo de atividade para a prestação de serviços na área das telecomunicações após a percepção de uma oportunidade interessante em ingressar num mercado melhor e mais promissor na cidade de natal/RN, o de cabeamento telefônico.

Inicialmente a empresa localizava-se em outro endereço, de aluguel, onde o mesmo não comportou a demanda cada vez maior de mais espaço para acondicionar seus produtos, equipamentos, veículos e uma melhor disposição de seus colaboradores no ambiente organizacional.

Com um crescimento muito rápido da empresa no mercado que trabalha, fez-se necessário a busca por um novo local com um arranjo físico adequado para a nova realidade, que melhor acomodasse seus trabalhadores e os materiais por ela utilizados. Necessitou-se da locação de uma área maior e com outro tipo de estrutura física que facilitasse a elaboração do novo layout para atender a realidade atual da empresa.

A empresa adotou o critério de locação de imóvel ao invés da aquisição por entender que, neste momento, o melhor seria utilizar seus recursos financeiros na compra das matérias primas utilizadas, investir no treinamento de seus funcionários e, posteriormente, se for preciso, mudar, ou seja, fazer nova locação para outra instalação maior e que esteja próxima de seus melhores

clientes, isso caso haja mudança no perfil de seus clientes no decorrer dos próximos anos.

De acordo com os entrevistados, o layout da empresa foi planejado de forma predeterminada pelas operadoras dividindo os tipos de materiais; considerando a entrada

e saída de veículos para carga e descarga e o trânsito dos funcionários evitando risco de acidentes.

Atualmente a organização têm 256 funcionários que estão distribuídos nos três estados em que ela tem filiais (Paraíba, Pernambuco) e matriz (Rio Grande do Norte). Existe planos, para o futuro para expandir e instalar outras filiais em outros estados, contratando mais funcionários. Este é outro motivo para empresa não investir neste momento em aquisição de imóveis. “Utilizando a locação de imóveis fica mais prático a mudança de layout e de localização da organização neste ou para qualquer outro estado”.

Os locais que a empresa vislumbra após a pandemia, vir a ser uma nova filial, e que demandará de estudo de capacidade e adoção de novo layout está na possibilidade de a empresa aumentar suas operações para os estados de Alagoas e Bahia. Na percepção dos administradores da organização, no estado de Alagoas a nova planta deverá ser em Maceió. Alugando um espaço físico para montar o layout da nova filial. Na Bahia, será utilizado o espaço físico, existente, da operadora que fica localizado na cidade de Porto Seguro.

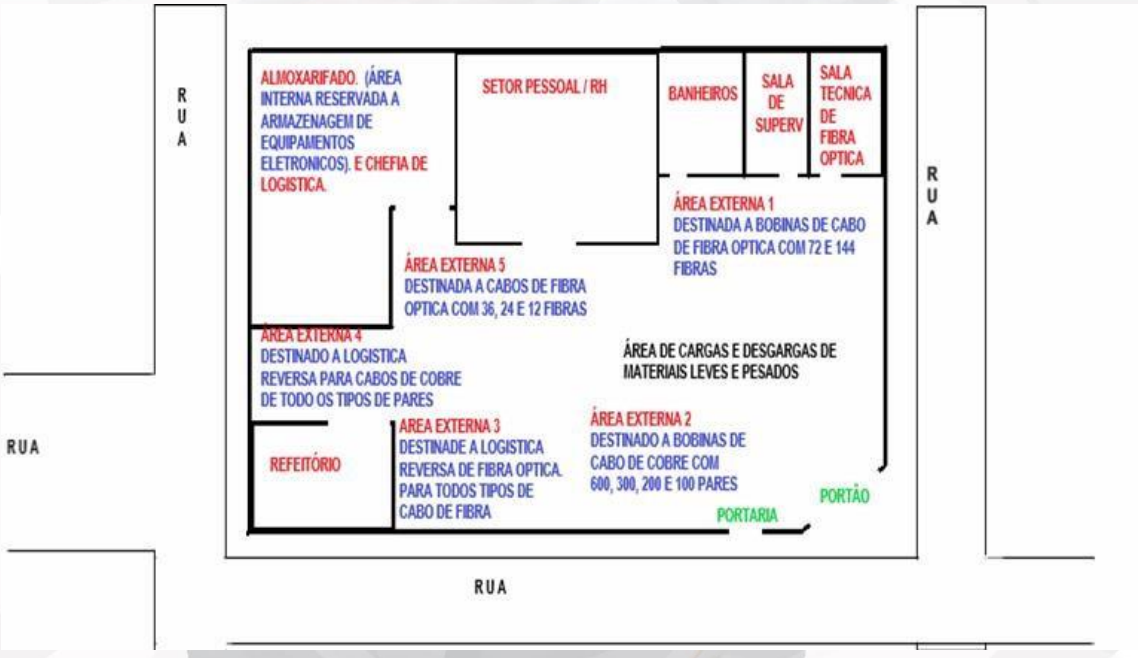
Em relação a acomodação dos funcionários, materiais e equipamentos nos estados que a empresa não tem filiais, atualmente adota-se o seguinte critério: “Os funcionários são acomodados em hotéis e pagamos diárias operacionais a eles. E locamos temporariamente um local para guardar os materiais e equipamentos da empresa.”

A empresa entende que há possibilidade da sua expansão, porque atualmente participa de processos de licitações que poderão proporcionar esse crescimento no mercado brasileiro.

Segundo os gestores da organização, “com o surgimento da COVID-19 as pessoas ficaram mais tempo em casa. Isso exigiu das operadoras em investir mais em redes de telecomunicações e internet. Sabe-se que essa mudança trouxe novas formas de

trabalho e de viver na sociedade. Assim com este serviço necessário e da exigência de melhor qualidade dos serviços prestados e das novas demandas domésticas e de uma internet mais robusta, a empresa teve de acelerar seu crescimento sem parar suas atividades em nenhum dia, isso forçou a organização a buscar um melhor arranjo físico da sua planta em natal no Rio Grande do Norte. ”

Apresenta-se a seguir um “croqui” atual do arranjo físico da empresa pesquisada:



Croqui do layout da empresa pesquisada

Com base no retorno dos respondentes e nas bibliografias que foram utilizadas, conclui-se a seguir.

CONCLUSÃO

Foi elaborada uma pesquisa de campo em uma empresa da cidade Natal/RN que presta serviços terceirizados a duas multinacionais (Telefônica e Vivo), operadoras de telecomunicações. A empresa pesquisada presta serviço de instalações, manutenção

elétrica, construção de estações de redes de telecomunicações utilizando cabos de cobre e de fibra óptica.

O foco da pesquisa foi sobre o arranjo físico completo da empresa, onde a mesma tem suas operações logísticas de entradas e saídas materiais do seu uso.

Percebeu-se que o planejamento e estudos para montar esse novo layout na organização, propiciou bem-estar e segurança no deslocamento dos colaboradores no escritório e no pátio da empresa onde fica os materiais de grande porte e, ficou de fácil acesso e distribuição dos serviços o que reduz os custos da organização nas suas operações.

O layout tem como objetivo trazer melhorias em toda operação da empresa, nas áreas onde estão os colaboradores (escritórios), máquinas, produção, armazenamento de produtos, entradas e saídas, na busca de atender todas expectativas dos clientes, superar se possível, e gerar vantagem competitiva no mercado que atua.

Conclui-se que cada organização poderá e deverá após estudos sobre arranjo físico definir qual o melhor layout e que lhe atenda.

Existem diversos tipos de arranjos físicos e a empresa pode definir por um ou mais tipos a ser empregado nas suas operações.

As melhorias no layout de uma organização facilitam no atendimento da demanda do segmento que a empresa atua e se bem preparado poderá levá-la à frente da concorrência ou mantê-la caso seja a número “um” no seu mercado de atuação.

Sugere-se novas pesquisas sobre arranjo físico em outras organizações para que haja mais contribuições sobre esse tema atual e de grande relevância aqui apresentado.

BIBLIOGRAFIAS

CURY, A. Organização e métodos uma visão holística, perspectiva comportamental e **abordagem contigencial,** São Paulo, SP, 2007.

LIMA FILHO, O. D.; MALAGUTTI, T. F. A importância do layout para o aumento da produtividade. **Ling. Acadêmica,** Batatais, v. 7, n. 2, p. 33-43, jan./jun. 2017.

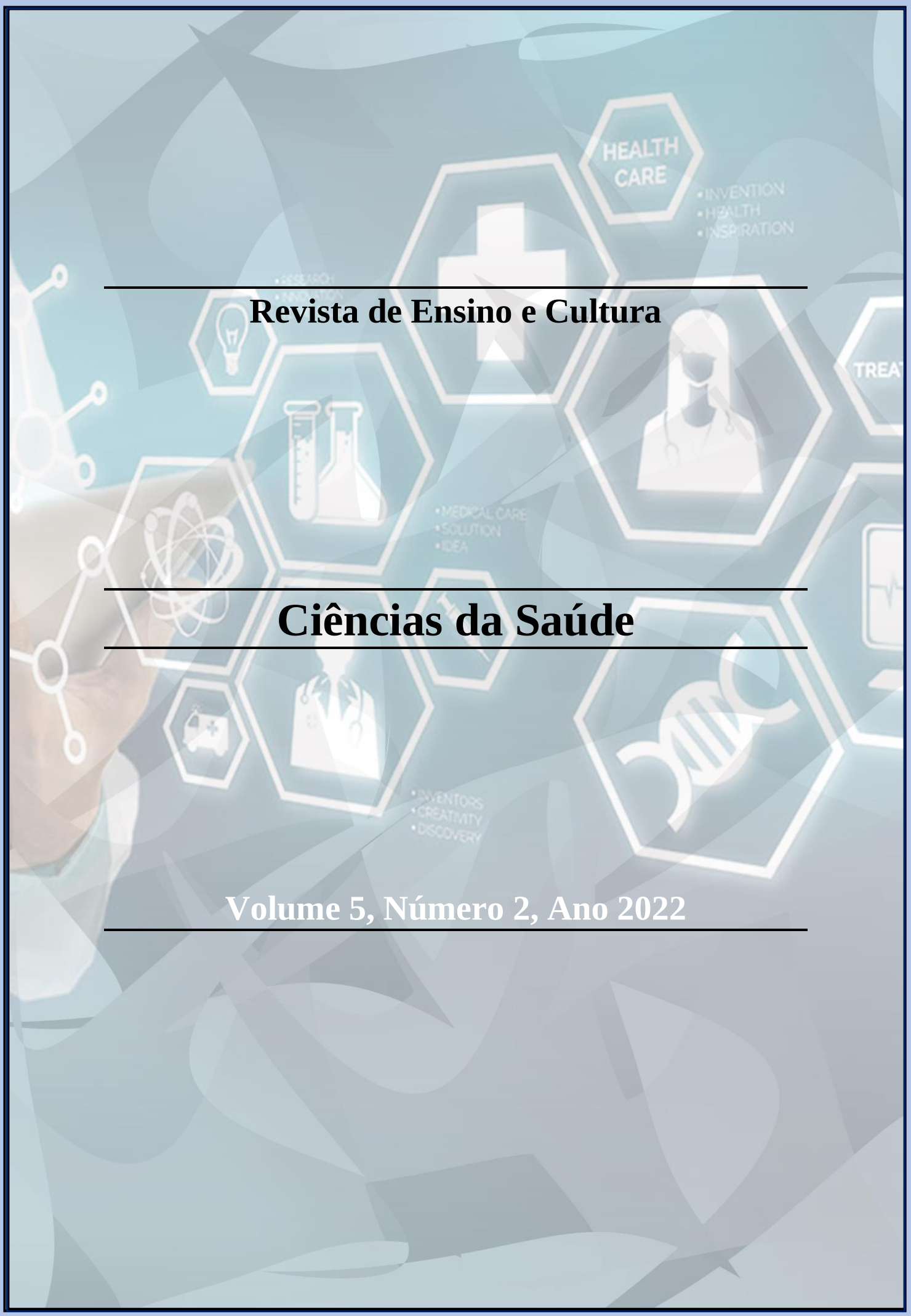
MARTINS, P. G., LAUGENI, F. P. **Administração da Produção.** 3° ed. ED. São Paulo: Saraiva, 2015.

MOREIRA, D. A. **Administração da produção e operações**. São Paulo. Cengage Learning. 2011.

PEINADO, J.; GRAEML, A. R. **Administração da produção:** Operações industriais e de serviços. Curitiba: UnicenP, 2007.

SILVA C. S.; MORAIS, M. C.; FERNANDES, F. A. A practical methodology for cellular manufacturing systems design - An industrial study. **Transaction on Control and Mechanical Systems**, v. 2, n.4, p. 198- 211, 2012.

SLACK, N.; CHAMBERS, S.; JOHNSTON, R. **Administração da produção.** 8° ed. São Paulo. Atlas, 2018.



Revista de Ensino e Cultura

Ciências da Saúde

Volume 5, Número 2, Ano 2022

OS FLORAIS DE BACH E SUA TERAPÊUTICA: UM ESTUDO DE REVISÃO

BACH FLOWERS AND THEIR THERAPY: A REVIEW STUDY

LAS FLORES DE BACH Y SU TERAPIA: UN ESTUDIO DE REVISIÓN

Annyelly DIAS[23]

Maria Menilla Alves de MELO[24]

Claudia Cecílio DAHER[25]

RESUMO

Os florais de Bach são um grupo de remédios que foram desenvolvidos por Dr. Edward Bach, os quais atuam no tratamento de pacientes com desequilíbrios emocionais e de saúde. Para ele, esses remédios elevam nossas vibrações, abrindo nossos canais para a recuperação do "eu espiritual", dessa forma a cura não acontece pelo combate às doenças, mas pelas vibrações dos florais. Bach formulou, correlacionando floral e patologia, 38 tipos de essências, divididas em sete grupos: medo; solidão; indecisão; os que têm sensibilidades a influência externa; os que sofrem de excessivo cuidado com os outros; falta de interesse nas situações atuais; e para os que sentem desespero. Nesse sentido, este trabalho se propõe a analisar os principais tipos de Florais de Bach em diversas patologias. Os resultados apresentam de maneira objetiva a fundamentação dos Florais de Bach e a sua eficácia como adjuvante no tratamento de doenças.

Palavras-chaves: Floral Bach, Tratamento, Terapia do Floral.

ABSTRACT

Bach flower remedies are a group of remedies that were developed by Dr. Edward Bach, which work in the treatment of patients with emotional and health imbalances.

[23] Graduação em Farmácia – UNICEUNA/2020.

[24] Doutorado em Programa de Pós Graduação em Ciências Farmacêuticas – UFRN/2021. Mestrado em Ciências Farmacêuticas – UFRN/2016. Especialização em Farmacologia Clínica e Dispensação Farmacêutica – I-BRAS/2015. Graduação em Farmácia Generalista – UEPB/2012. (E-mail: menillamam@outlook.com).

[25] Doutorado em Ciências Farmacêuticas – UFRN/2022. Mestrado em Ciências Farmacêuticas UFRN/2014. Especialização em Manipulação Magistral Alopática – UNP/2007, Graduação em Farmácia Bioquímica – UNP/2002. Graduação em Ciências Biológicas Modalidade Médica – PUC GOIÁS/2002. Docente Universitária e orientadora de iniciação científica no Curso de Farmácia do Centro Universitário Natalense – UNICEUNA. (E-mail: ccdaher@hotmail.com).

For him, these remedies raise our vibrations, opening our channels for the recovery of the "spiritual self", so that the cure does not happen by fighting diseases, but by the vibrations of the flowers. Bach formulated, correlating floral and pathology, 38 types of essences, divided into seven groups: fear; loneliness; indecision; those who are sensitive to external influence; those who suffer from excessive care for others; lack of interest in current situations; and for those who feel despair. In this sense, this work proposes to analyze the main types of Bach Flowers in different pathologies. The results present in an objective way the foundation of the Bach Flowers and its effectiveness as an adjuvant in the treatment of diseases.

Key words: Floral Bach, treatment, Floral Therapy.

RESUMEN

Las Flores de Bach son un grupo de remedios desarrollados por el Dr. Edward Bach, quienes trabajan en el tratamiento de pacientes con desequilibrios emocionales y de salud. Para él, estos remedios elevan nuestras vibraciones, abriendo nuestros canales para la recuperación del “yo espiritual”, de esta manera la cura no pasa por combatir las enfermedades, sino por las vibraciones de los florales. Bach formuló, correlacionando floral y patología, 38 tipos de esencias, divididas en siete grupos: miedo; soledad; indecisión; aquellos que tienen sensibilidad a la influencia externa; los que sufren por el cuidado excesivo de los demás; falta de interés en situaciones actuales; y para los que se sienten desesperados. En este sentido, este trabajo se propone analizar los principales tipos de Remedios Florales de Bach en diferentes patologías. Los resultados presentan de manera objetiva la justificación de las Flores de Bach y su eficacia como coadyuvante en el tratamiento de enfermedades.

Palabras clave: Floral Bach, Tratamiento, Terapia Floral.

INTRODUÇÃO

O Sistema Único de Saúde (SUS), instituído pela Constituição Federal de 1988, representou um avanço na história brasileira. A saúde passou a ser considerada um direito de todos os cidadãos e a ser assegurada pelo Estado de forma gratuita e indiscriminada. Por outro lado, Dacal (2018) alega que nem sempre é fácil garantir o acesso igualitário às ações e aos serviços de saúde, pois há a necessidade de regulamentações por atos do legislativo, numa sociedade marcada por políticas que sempre favoreceram as elites dominantes e que visam lucrar com o sistema de saúde

brasileiro. Isto é, na prática, o programa do SUS não se mostra tão acessível quanto à sua proposta, devido às dificuldades impostas em uma sociedade controlada pela classe privilegiada.

Nesse contexto, as dificuldades, o SUS vem se sustentando no país como um processo social em permanente construção. Diante disso, ocorreu um movimento de inserção de outras racionalidades e saberes médicos no programa de saúde pública, que foram legitimados a partir da homologação da Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC) pelo Ministério da Saúde (2006). De acordo com Azevedo e Pelicioni (2011), o campo dessas práticas contempla sistemas médicos complexos e recursos terapêuticos; também denominados Medicina Tradicional e Medicina Complementar/Alternativa pela Organização Mundial da Saúde (OMS). Portanto, a PNPIC garante o acesso dos cidadãos brasileiros a serviços antes restritos às práticas de cunho privado, ao passo que contribui para que o SUS atue nos campos da prevenção, promoção, manutenção e recuperação da saúde, sendo baseada em um modelo de atenção humanizada e centrada na integralidade do indivíduo.

Nessa perspectiva, em 2006, a Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares foi estabelecida no Sistema Único de Saúde (SUS). Segundo Santos e Teser (2012), uma das prioridades dessa inclusão foi a inserção e o fortalecimento das práticas integrativas e complementares no nível primário de atenção, com a explicitação dos instrumentos, técnicas e práticas terapêuticas a serem implantados no SUS. Todavia, ainda existem dificuldades de várias ordens para se conhecer sua implantação.

As PICs são concordantes com a Organização Mundial de Saúde (OMS), a Medicina Tradicional e a Medicina Complementar/Alternativa (MT/MAC), as quais recomendam, de acordo com Carvalho e Nóbrega (2017), que os Estados membros elaborem políticas nacionais que incorporem essas práticas aos sistemas oficiais de saúde, com foco na Atenção Básica (AB). Nesse contexto, a partir de então, a oferta e o estímulo ao uso das PIC como a fitoterapia, a homeopatia, a acupuntura, dentre outras, foram aceitas no SUS, ampliando a utilização dessas práticas. Ruela (2019) afirma que é importante destacar que a implantação da PNPIC teve caráter político, técnico,

econômico, social e cultural, uma vez que estabelece diretrizes nacionais para o uso das PIC, a partir de experiências e práticas já adotadas nos serviços de saúde que obtiveram resultados satisfatórios.

Segundo o Ministério da Saúde (2020) as práticas integrativas e complementares (PICS) usam alguns recursos terapêuticos de conhecimento tradicional. Nesse contexto, o Brasil é um país que tem referência mundial nas práticas integrativas e complementares na atenção básica para tentar evitar que as pessoas adoeçam mais. O Sistema Único de Saúde (SUS) oferece 29 tipos de (PICS), entre elas a terapia de florais, na qual essas essências são derivadas de flores que atuam nos estados mentais e emocionais, trazendo assim mais qualidade de vida para as pessoas que fazem o uso dos Florais de Bach.

Edward Bach se dedicou a desenvolver um método terapêutico mais simples e natural, que se mostrasse a cura das causas e não dos sintomas, que trataria o indivíduo e não a doença. Disse Scheffer (1997) que Bach observou que as doenças não devem ser analisadas unicamente só pelo corpo físico, pois podem surgir no campo das emoções, sendo os sintomas físicos as possíveis consequências.

Desta forma, este trabalho teve como objetivos: descrever os tipos de Florais de Bach em diversas patologias; relatar a criação e evolução das essências de Bach; narrar a inserção dos florais nas Práticas Integrativas e Complementar e se estabelecida no Sistema Único de Saúde (SUS) e identificar os benefícios que estes florais oferecem ao paciente.

METODOLOGIA

O presente estudo se consiste em uma revisão de literatura em que foi observado, analisados e interpretados os resultados de múltiplos estudos primários sobre o tema proposto.

A pesquisa foi feita nas seguintes bases de dados: Scientific Electronic Library Online (SCIELO), Literatura Internacional em ciências da Saúde (MEDLINE), Literatura Latino- Americano do Caribe em Ciências da saúde (LILACS), nas bases de dados Google acadêmico, capítulos de Livros. Com seleção em língua Portuguesa, a partir dos seguintes descritores em português: Florais de Bach, terapia alternativa, fitoterapia.

Os artigos foram selecionados de acordo com o assunto de interesse através de análises dos resumos, sendo excluídos aqueles que não obedeciam aos critérios de inclusão estabelecidos nesse estudo. Foram utilizados como critérios de inclusão artigos relacionados nas últimas décadas. Para determinação dos critérios realizou-se uma leitura dos resumos de todas as publicações encontrada sobre o tema pesquisado.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Edward Bach nasceu no dia 24 de setembro de 1886 em Moselly, na Inglaterra. Formou-se em medicina aos 20 anos e, durante a Primeira Guerra Mundial, trabalhou intensamente, lidando de 400 leitos de pessoas feridas. Trabalhou também como patologista, bacteriologista e ingressou na medicina homeopática, quando, segundo Valverde (2000) e Scheffer (1997), quis deixar a medicina das imundícies dos bisturis e explorar a natureza, que acreditava ser a cura da alma. Incomodado com a medicina tradicional, ele próprio desacreditava nos tratamentos propostos que, na maioria das vezes, voltavam a irradiar os sintomas da doença.

De acordo com Barnard (2010), foi em 1917, após sofrer com hemorragias e muita dor causada pelo câncer instalado no seu corpo, que Edward Bach compreendeu que a experiência da doença direcionava os indivíduos a entenderem a necessidade de um propósito de vida, que a personalidade e as atitudes das pessoas têm forte influência no estado de saúde e recuperação das doenças. Por isso, ao buscar novas formas de tratamento para as doenças, Bach percebeu que existe um elo real entre as emoções, somatização e enfermidades, no qual também poderia ter a cura. Partindo disso, ele

concluiu que determinadas flores tem um padrão vibratório correspondente ao padrão da psique e da alma humana. Nosowe Ceolim (2016) caracterizaram as flores em cor, forma, tamanho, habitat e padrões de crescimento.

Nesse sentido, Camargo (2009) e Cozin (2009) afirmam que o Dr. Bach acreditava que as doenças somáticas eram geradas por más condições psicológicas, pois criou o espírito de observação e cultivou a intuição, assim percebeu que os indivíduos se classificavam em diversos grupos. Partindo desse pressuposto, passou a prescrever medicamentos onde levava em consideração a fisionomia e as reações psicológicas dos clientes, pois ele acreditava que atitude mental, a personalidade e as atitudes das pessoas influem no estado de saúde e na restauração dos pacientes.

Os florais de Bach foram desenvolvidos por Dr. Bach, pois acreditava que os remédios elevam nossas vibrações e abrem nossos canais para a recuperação do eu espiritual, a cura não se dá pelo combate à doença, mas pelas vibrações. O método do sol, onde as folhas são colhidas no verão e são colocadas em um frasco com água colhida na primavera, esse frasco fica no sol por duas a quatro horas. Bach acreditava que dessa maneira o sol transfere as suas vibrações às flores, as flores então são removidas dessa solução e misturadas no álcool em porções iguais.

O tratamento: a medicação é diluída em água e fervura. De acordo com Jesus e Nascimento (2005), ao preparar esse medicamento, deve-se retirar 2 gotas da essência concentrada e misturar com 23 ml de água mineral, acrescentar 7 ml de álcool de cereais ou conhaque, para conservação da água. O ideal é preparar o remédio usando frasco de vidro escuro (âmbar) de 30 ml, com conta-gotas. A dosagem usual é de 4 gotas desse preparo, pingadas diretamente na boca, 4 ou mais vezes ao dia.

Com o uso dos florais, o paciente poderá harmonizar suas emoções, trabalhando sutilmente para restaurar o equilíbrio do seu ser, sua energia vital, assim, tornando uma vida mais saudável e feliz, pois é de extrema importância a saúde emocional, as boas energias e o bom humor para fortalecer nosso sistema imunológico e, dessa forma, tornar-nos menos suscetíveis a doenças. Segundo Nascimento (2017), os florais de

Bach, constituem um método terapêutico que visa reestabelecer o equilíbrio do homem, restituindo sua energia vital através do cuidado holístico.

As essências florais não são remédios recentes, as diferentes culturas já utilizavam para aliviar suas doenças: no Egito, onde foram populares; os australianos que utilizavam para alcançar o equilíbrio; e no Peru, onde alcançou o um alto nível de desenvolvimento na cultura médica. Os florais de Bach são remédios naturais cada vez mais utilizados nos dias de hoje, tanto isoladamente, como associados a outros tipos de tratamento. Segundo Valverde (2000) e Arruda (2012), são usados em mais de 50 países e reconhecidos pela Organização Mundial da Saúde (OMS) desde 1974.

As essências florais se propõem a é ir bem além de sintomas e queixas, é observar e compreender a criatura humana. Dr. Bach notou o diferente comportamento das pessoas em relação às doenças e os problemas cotidianos. Segundo Salles (2012), Edward Bach formulou 38 tipos de essências, as quais são divididas em sete grupos. Diversos estudos já demonstraram os efeitos benéficos da terapia floral em diferentes tipos de disfunções e, como não apresenta efeitos indesejáveis, pode ser usada por qualquer indivíduo.

Nesse contexto, de acordo com Nosow e Ceolim (2016), Bach descreveu as folhas desta planta como verdes de um lado e pratas no seu verso, que tremem inclusive com ventos fracos, e remeteu essa característica ao medo por trás do “Eu”, que persegue o indivíduo o tempo todo. Este floral seria recomendado para acalmar e harmonizar as capacidades sensitivas aguçadas, ao propiciar que a mente receba e processe conscientemente mais informações etéreas externas e pensamentos próprios, possibilitando o discernimento entre ambas as informações, e seu entendimento, deixando o medo ao que antes era desconhecido rumo à coragem ao que agora é compreendido, sendo indicado por isso aos que sofram de pânico noturno, sonambulismo, medo e imposição do próprio corpo.

APLICAÇÕES DOS FLORAIS SEGUNDO VALVERDE (2000)

Bach dividiu os florais em sete grupos onde receberam respectivamente o nome das flores com quais foram criadas:

PARA OS QUE SENTEM MEDO

- *Rock rose*: medo, pânico, terror;
- *Mimulus*: tensão, timidez, rubor;
- *Cherry plum*: medo de perder o controle físico e emocional;
- *Aspen*: reações negativas, medos desconhecidos;
- *Redchestnut*: medo excessivo em relação aos outros.

PARA OS QUE SOFREM DE INDECISÃO

- *Cerato*: precisam de outras pessoas para ajudar em suas decisões;
- *Sheranthus:* quem não consegue decidir duas situações;
- *Gentian*: pessimista;
- *Wild oat*: sem objetivos de vida;
- *Gorse:* desesperança;
- *Hornbeam*: desmotivado.

FALTA DE INTERESSE NAS SITUAÇÕES ATUAIS

- *Clematis*: sonolentos, que vivem no escuro;
- *Honeysuckle*: quem vive no passado;
- *Wild rose*: resignação, apatia;
- *Olive*: falta de energia vital;
- *White chestnut*: pensamentos fixos e indesejáveis;
- *Chestrutbud*: dificuldades de aprender com os próprios erros;
- *Mustard*: tristeza.

PARA OS QUE SENTEM SOLIDÃO

- *Waterviolet*: reservado e sério;

- *Impatiens*: impaciência, irritado como ritmo dos outros;
- *Heather*: gosta de ser os centros das atenções.

PARA OS QUE TÊM SENSIBILIDADE À INFLUÊNCIAS EXTERNAS

- *Agrimony*: não sabem seus reais sentimentos;
- *Centaury:* submissos, permitem dominação;
- *Walnut*: dificuldade frente às mudanças.

PARA OS QUE SOFREM DE EXCESSIVO CUIDADOS COM OS OUTROS

- *Chicory:* possessividade, ciúme;
- Vervain: quer convencer o outro do que acredita;
- *Vine*: dominador, autoritário, impõe sua vontade;
- *Beech*: intolerância, crítico, só ver os defeitos dos outros;
- *Rock water:* auto exigência, exagerada, perfeccionista;
- *Holly*: ódio, inveja, ciúmes.

PARA OS QUE SENTEM DESESPERO

- *Larch:* falta de confiança na sua própria capacidade;
- *Pine*: auto reprovação pelos seus atos culpa;
- *Elm*: sobrecarregado por excesso de obrigações;
- *Sweetchetnut*: desespero mental extremo;
- *Star ofbethlehem:* sofrimentos por choques e traumas;
- *Willow*: ressentimento, mágoa, negativismo;
- *Oak*: lutador;
- *Crabapple:* auto reprova por sua aparência ou sentimento de impureza de baixa autoestima.

Os Florais de Bach, partindo da cuidadosa observação e análise dos sintomas, tendências, hábitos e frustrações do indivíduo, atingem a mente e o físico do homem carente, incorporando elementos espirituais para superar as dificuldades, trazendo saúde, que consiste na vitalidade e harmonia no viver e no pensar (CRAVO 2000).

Nesse sentido, as essências florais possuem uma conformação eletromagnética harmônica de suas partículas, característica das plantas, que ao entrar em contato com o campo eletromagnético desarmônico é capaz de harmonizá-lo, atuando através de ondas de energia sutil (COZIN, 2009).

Nesse contexto, tal equilíbrio é obtido pelo fenômeno de ressonância vibracional, agindo provavelmente sobre o sistema límbico ou diretamente sobre o hipotálamo, causando a elevação da frequência energética, que quando lenta pode provocar alterações no sistema físico, como acontece com os vasos sanguíneos, quando o sangue os percorre lentamente, propiciando a formação de coágulos. Segundo afirmação de Scheffer (1997), os Remédios Florais do Dr. Bach atuam em níveis que influem diretamente no sistema de energia que é o homem, e funcionam como uma forma de catalisador, restabelecendo o contato entre a alma e a personalidade no ponto em que este se rompeu, favorecendo o processo de cura.

De acordo com Nosow e Ceolim (2016), a alteração incitada pelos florais na frequência eletromagnética presente em alguma parte específica do cérebro, relacionada às emoções e memorização de vivências diárias, eleva-as ao ponto de se tornarem mais fluidas (podendo haver um paralelo com a velocidade das sinapses). Dessa forma, o pensamento e a consciência se tornam mais claros, facilitando ao indivíduo a percepção, aceitação e modificação de condições psicoemocionais, que poderão também produzir ou corrigir alterações fisiológicas, como a ansiedade que, quando tratada, melhora a frequência cardíaca.

Nesse cenário, a ansiedade é um dos comportamentos mais associados com as doenças psicossomáticas. Alguns autores conceituam-na como um estado transitório, caracterizado por sensações desagradáveis de tensão e apreensão, pois surge por alterações fisiológicas e psicológicas. As respostas orgânicas acarretadas por esse distúrbio podem incluir tremores, palpitações, vertigens, hiperventilação, náuseas, diarreia, boca seca, insônia, fraqueza e inapetência. As alterações comportamentais incluem preocupação, inquietação, nervosismo, tensão e apreensão e podem acontecer sem que haja a presença de uma ameaça identificada, podendo assim parecer aos demais

como desproporcional à intensidade da emoção. De acordo com Salles e Silva (2012), a terapia de floral tem o propósito de harmonizar o corpo etéreo, emocional e mental, ajudando na prevenção de algumas doenças que tenham fatores emocionais.

Nesse sentido, como citado anteriormente, os Florais de Bach mais adequados para indivíduos ansiosos são: *Impatiens, White Chestnut, Cherry Plum*. Salles e Silva (2012) descrevem o uso desses florais da seguinte maneira: a essência floral *Impatiens* ajuda a aquietar a alma e desenvolver empatia, delicadeza de sentimentos e paciência angelical; a essência *White Chestnut* ajuda o indivíduo a recuperar o repouso mental, a paz interior e, consequentemente, a clareza de ideias e a consciência dos seus sentimentos; enquanto a Cherry Plum faz o indivíduo encorajar-se e acreditar ser capaz de lidar com os desafios da vida, superando a tensão e os medos extremos.

Outro problema comum às pessoas é a falta de sono. De acordo com Nosow e Ceolim (2016), ter um sono de qualidade é necessário para a reparação tecidual, além de ter relação fundamental com o avanço da memória, visão binocular, termorregulação, conservação e restauração da energia. Além disso, o sono influencia na restauração do metabolismo energético cerebral, sendo, portanto, imprescindível sua manutenção com qualidade para que o indivíduo tenha uma melhor condição de vida e seja muito mais saudável. Nessa lógica, os autores citados descrevem cinco florais de Bach mais utilizados para as alterações do sono: *Aspen*, para terror noturno; *Clematis, para* sonolência diurna; *Hornbeam, para* dificuldade para iniciar o sono por estafa mental; *Redchestnut, para* preocupação excessiva; e *White Chestnut*, para e excesso de pensamentos.

Por conseguinte, o estresse também é um problema cotidiano aos indivíduos e que causa sensações de desconforto como consequência de reações físicas e emocionais, sendo relacionado com a percepção do indivíduo sobre a situação vivida. A Organização Internacional do Trabalho considerou o estresse como uma das principais causas de abandono das Profissões. Com isso, surgiu a utilização da terapia dos florais para indivíduos com estresses relacionados ao ambiente de trabalho. A terapia floral, nesse contexto, apresenta uma importante prática de atenção à saúde, assim

contribuindo para uma maior resolubilidade e humanização do cuidado. Botelho e Soratto (2012) descrevem alguns tipos de florais que podem ser utilizados na prevenção e no controle do estresse: *Gentian*, para pessoas que enfraquecem facilmente diante de problemas; *Larch*, para o indivíduo que tem o medo e a insegurança presentes em sua vida; *Mimulus*, para constante ansiedade na vida; *Mustard*, para sentimentos de desânimo e desespero; *Olive*, para alívio dos sintomas do cansaço físico; *Scleranthus*, para sofrimento em decorrência do modo de agir; *Walnut*, para momentos de mudança; *White Chestnut*, para a mente agitada; Rescue Remedy, usado para o equilíbrio da mente e do corpo.

Os resultados trazem de maneira objetiva a fundamentação dos Florais de Bach, com base nos métodos mostrando a sua eficácia e que não apresentam nenhum tipo de problema ao indivíduo, pois são totalmente naturais.

CONCLUSÃO

Os Florais de Bach são indicados como uma modalidade de tratamento para melhorar a qualidade de vida dos indivíduos. Dr. Bach acreditava que a natureza era dotada de soluções simples para a vida humana e queria criar um sistema simples para que qualquer pessoa pudesse se ajudar. Isto é, em caso de necessidade, o paciente poderia utilizar algum tipo de floral sem que acarretasse possíveis efeitos colaterais comuns aos medicamentos.

Para Bach, qualquer indivíduo que estivesse marcado em uma situação emocional poderia fazer o uso de algumas essências desenvolvidas para cada tipo de problema e capazes de propiciar a melhoria para sua vida. Salles e Silva (2012) afirmam que a terapia floral faz parte de um campo emergente de terapias vibracionais, de características não invasivas. As essências florais, feitas a partir de plantas silvestres, flores e árvores do campo, tratam as desordens da personalidade e não das condições físicas

Em suma, os florais de Bach podem ser utilizados em todas as especialidades da área da saúde, praticando o equilíbrio necessário ao indivíduo tanto no seu aspecto preventivo quanto no curativo e em todas as fases do desenvolvimento humano. A implantação desse tipo de tratamento em sistemas de saúde como o SUS, propicia a democratização do acesso aos florais, possibilitando aos pacientes procurarem por meios terapêuticos mais naturais e fazendo valer as intenções do Dr. Bach ao estudar sobre esses remédios. Segundo Jesus e Nascimento (2005), essa terapia é muito além de sintomas e queixas, é aceitar a criatura humana em sua maravilhosa complexidade.

REFERÊNCIAS

ARRUDA, A.P.C.C.B.N. *Efetividade dos Florais de Bach no bem estar espiritual de estudantes universitários: ensaio clínico randomizado duplo cedo.* 2012. 138 f. Tese (Doutorado em Saúde Coletiva) Programa de Pós Graduação em Saúde Coletiva da Faculdade de Medicina de Botucatu. Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, SP, 2012.

AZEVEDO, E.; PELICIONI M.C.F. Práticas Integrativas e Complementares de Desafios para a Educação. TrabEduc Saúde. . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1981-7462011000300002&script=sci_abstract&tlng=pt> Acesso em: abril 2020

BARNARD, J. *Um guia para os remédios Florais do doutor Bach.* 10. ed. São Paulo: Pensamentos; 2010.

BOTELHO, H.S; SORATTO, T.M. A terapia floral no controle do estresse do professor enfermeiro. *Saúde Rev.*, Piracicaba, v.12, n. 31, p. 31-42, 2012.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares no SUS**. Brasília, DF: M. S.; 2006**.**

BRASIL, Ministério da Saúde. (2019, janeiro). Integrando e complementando. Boletim Informativo da Coordenação Nacional de Práticas Integrativas e Complementares em Saúde, (2), p. 11-12.

CAMARGO, E. E. *Proposta de tratamento comportamental em animais de abrigo coletivo com a utilização de terapia complementar – floral*. 2009. 92 f. TCC (trabalho de Conclusão de Curso) Faculdades Metropolitanas Unidas – FMU, São Paulo, SP, 2009.

CRAVO, A.B. *Os florais do Dr. Bach.*1. Ed. Curitiba: Hemus, 2000.

CARVALHO J. L. S; NÓBREGA, M. P. S. S. Práticas integrativas e Complementares como recurso de saúde mental na Atenção Básica. *Revista Gaúcha Enfermagem*, v. 38, n. 4, e 2017-0014, 2017.

COZIN, S. K. *Idosos e os Florais de Bach: em busca do restabelecimento da autoestima.*2009. 108 f. Dissertação (Mestrado Programa de Saúde do Adulto) Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, 2009.

DACAL, O.P.M et al. Impactos das práticas integrativas e complementares na saúde de pacientes crônicos *Saúde debate* v.42 n.118 2018.

JESUS, E.C; NASCIMENTO, M.J.P. Florais de Bach: uma medicina natural na prática. *Revista Enfermagem UNISA*, v. 6, p. 32-7, 2005.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Disponível em: <https://antigo.saude.gov.br/saude-de-a-z/praticas-integrativas-e-complementares> Acesso: jan. 2020.

NASCIMENTO, V.F. et al. Utilização de florais de Bach na psicoterapia holística. *Rev. Saúde.Com*, v. 13, n. 1, p. 770-778, 2017.

NOSOW, C.K.S.; CEOLIM, F.M**.** Seleção de Florais de Bach para melhora da qualidade do sono. *Revista Enfermagem UFPE online*., Recife, 10(Supl. 4), p. 3662-8, 2016**.**

RUELA O.L. *et. al* Implementação, acesso e uso das práticas integrativas e complementares no Sistema Único de Saúde: revisão da literatura. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 24, n. 11, p. 4239-4250, 2019.

SALLES, L. F; SILVA, M. J. P. Efeito das essências florais em indivíduos ansiosos. *Revista Acta Paul Enfermagem*, v. 25, n. 2, p. 238-42, 2012.

SCHEFFER, M. *Terapia Floral do dr. Bach: teoria e prática.*7. ed. São Paulo: Pensamento; 1997.

SCHEFFER, M. *A terapia original com as essências Florais de Bach: um guia para médicos e terapeutas, dentro dos conceitos originais do Dr. Bach.* São Paulo:Pensamento;1995.

SANTOS, M.C; TESSER, C.D. Um método para a implantação e promoção de acesso às práticas integrativas e complementares na Atenção Primária à Saúde. *Ciência Saúde Coletiva*. 2012; Disponível em: <http://www.scielosp.org/pdf/csc/v17n11/v17n11a17.pdf> Acesso: mai. 2020.

VALVERDE, D.P. *Manual de terapia floral. Lima: Es salud; Organización Panamericana de La Salud*, 2000. Disponível em: <http://www.opsecu.org/bevestre/nuevos%20art%C3%ADculos/Libros/Terapia%20floral/terapia%20floral%201ra%20parte.pdf> Acesso em: março 2020.

A AUTOMEDICAÇÃO POR USUÁRIOS DO RIO GRANDE DO NORTE: UM ESTUDO DE CORTE DE UMA FARMÁCIA DE NATAL

SELF-MEDICATION BY USERS IN RIO GRANDE DO NORTE: A CUTTING STUDY OF A NATAL PHARMACY

AUTOMEDICACIÓN POR USUARIOS EN RIO GRANDE DO NORTE: UN ESTUDIO DE CORTE DE UNA FARMACIA DE NATAL

Eduardo José Maia de CARVALHO[26]

Francimário Cunha da SILVA[27]

Giancarlo Paiva NICOLETTI [28]

RESUMO

A automedicação é um problema grave para a saúde pública, pois o uso errôneo de medicamentos pode acarretar outros agravos à saúde corporal dos usuários. A longo prazo, a população pode desenvolver problemas hepáticos, insuficiência renal ou agravo nos problemas de saúde já existentes. É necessário que se adotem estratégias de educação para que se possa fazer com que a população reflita acerca do uso indiscriminado de medicamentos. O objetivo deste trabalho consiste em investigar a automedicação por moradores de Natal-RN que residem nas extremidades da Drogaria Popular Farma, pelo método de coorte. Os resultados desta pesquisa apontam a automedicação por 300 pessoas que compraram medicamentos sem receita médica no mês de junho de 2021. Desse total 26,6 % (n= 80) corresponde à classe antitérmica, 26,6% (n= 80) a classe antialérgica, 25% (n= 75) refere-se aos analgésicos, e 21,6% (n= 65) aos anti-inflamatórios. Programas de saúde liderados por profissionais da saúde, sobretudo os farmacêuticos, devem ser iniciadas imediatamente, a partir de instruções e educação em saúde é que se vai fazer a população pensar bem antes de realizar a automedicação. É importante que a automedicação não seja feita por estudantes ou

[26] Discente do Curso de Farmácia do UNICEUNA.

[27] Discente do Curso de Farmácia do UNICEUNA.

[28] Mestrado em Biologia Parasitária UFRN/2019, Especialização em andamento em Análises Clínicas e Toxicológicas. Estácio FATERN/2021, Especialização em Farmacologia e Dispensação Farma. IBRAS/2013, Graduação em Farmácia UFRN/2011, Coordenador de Curso, Superviso de Estágio, Orientador de Iniciação Científica e Docente Universitária no Curso de Farmácia do UNICEUNA. (E-mail: Giancarlo_nicoletti1@hotmail.com).

profissionais da saúde, pois cabe a esse público mostrar exemplo de educação em saúde perante a sociedade.

Palavras-chaves: Automedicação, Fármacos, Indiscriminado, Medicamentos, Drogas.

ABSTRACT

Self-medication is a serious problem for public health, as the misuse of medicines can cause other harm to the users' bodily health. In the long term, the population can develop liver problems, kidney failure or worsen existing health problems. It is necessary to adopt education strategies so that the population can reflect on the indiscriminate use of medicines. The objective of this work is to investigate self-medication by residents of Natal-RN who live at the ends of Drogaria Popular Farma, using the cohort method. The results of this research point to self-medication by 300 people who bought medicines without a prescription in June 2021. Of this total, 26.6% (n=80) corresponds to the antipyretic class, 26.6% (n=80) to the antipyretic class. antiallergic, 25% (n=75) referred to analgesics, and 21.6% (n=65) to anti-inflammatories. Health programs led by health professionals, especially pharmacists, must be started immediately, based on instructions and health education that will make the population think carefully before carrying out self-medication. It is important that self-medication is not carried out by students or health professionals, as it is up to this public to show an example of health education to society.

Keywords: Self-medication, Drugs, Indiscriminate, Medicines, Drugs.

RESUMEN

La automedicación es un grave problema de salud pública, ya que el mal uso de los medicamentos puede causar otros daños a la salud corporal de los usuarios. A largo plazo, la población puede desarrollar problemas hepáticos, insuficiencia renal o empeorar los problemas de salud existentes. Es necesario adoptar estrategias de educación para que la población reflexione sobre el uso indiscriminado de medicamentos. El objetivo de este trabajo es investigar la automedicación de los residentes de Natal-RN que viven en los extremos de Drogaria Popular Farma, utilizando el método de cohortes. Los resultados de esta investigación apuntan a la automedicación de 300 personas que compraron medicamentos sin receta en junio de 2021. De este total, el 26,6% (n=80) corresponde a la clase antipiréticos, el 26,6% (n=80) a los antipiréticos clase antialérgicos, el 25% (n=75) referidos a analgésicos, y el 21,6% (n=65) a antiinflamatorios. Los programas de salud dirigidos por profesionales de la salud, especialmente farmacéuticos, deben iniciarse de inmediato, basados en instrucciones y educación en salud que hagan reflexionar a la población antes de realizar la automedicación. Es importante que la automedicación no sea realizada por

estudiantes o profesionales de la salud, ya que corresponde a este público mostrar un ejemplo de educación en salud a la sociedad.

Palabras clave: Automedicación, Drogas, Indiscriminada, Medicamentos, Drogas.

INTRODUÇÃO

Há muito tempo podemos falar na prática da automedicação, comumente realizado por indivíduos de todas as faixas etárias e de diferentes etnias e regiões do planeta. (GAMA; SECOLE, 2017) Muito se sabe que os Medicamentos Isentos de Prescrição (MIPS) por não precisarem de receita médica podem aumentar o risco da automedicação.

Esse método não recomendado, muitas vezes é feito de maneira irregular pelo usuário para o alívio imediato de sintomas, e é comum o compartilhamento desses medicamentos para os demais integrantes da família e/ou pessoas do seu convívio social. Isso impacta diretamente na qualidade de vida dos indivíduos, uma vez que estes, na maioria das vezes, não concluem tratamentos terapêuticos mais complexos, além de não buscarem atendimento em unidades de saúde para terem um diagnóstico confirmatório de doenças. (PEREIRA *et al.*, 2007).

Segundo Pereira *et al*, o consumo irracional de medicamentos está relacionado a uma série de fatores, desde questões políticas e econômicas (como a má distribuição de verbas no Brasil que impacta diretamente na qualidade dos serviços públicos de saúde), fatores sociais (em que muitas famílias residirem em locais impróprios e podem carecer de suporte médico, levando-as a caírem na face da "simbolização da saúde que o medicamento pode representar". Além disso, outros fatores que contribuem para a automedicação podem ser lidas nas palavras do autor: "pressão para a conversão de medicamentos de venda condicionada à apresentação da receita em medicamentos vendidos livremente nos balcões de farmácia; Qualidade da assistência à saúde; e dificuldade de acesso aos serviços de saúde em países mais pobres" (PEREIRA *et al.*, 2007, p.01).

Em 2018, no Brasil, cerca de 30 mil casos foram registrados no Sistema Nacional de Informações Tóxico-Farmacológicas (Sinitox/Fiocruz), apresentando pessoas com intoxicação por uso irregular de medicamentos e 53 óbitos. Dos 30 mil casos registrados, 28,6% eram por intoxicação medicamentosa. Cerca de 12 mil casos, de intoxicação medicamentosa, foram registrados em 2013, e 46 pessoas vieram a óbito. (MATOS *et al.*, 2018).

Segundo Matos et al. (2018) inúmeros malefícios podem acometer a população que pratica a automedicação. Podemos destacar, por exemplo, a demora no diagnóstico, tendo em vista que o uso irregular de medicamentos podem camuflar sintomas, agravando assim o seu estado de saúde; uso de medicamentos não compatíveis com a patologia, desencadeando problemas no fígado; administração errôneo do medicamento, em que o paciente pode não saber como tomar o medicamento nem a dose correta do mesmo, exagerando-a. Também a automedicação pode causar dependência química, efeitos colaterais leves a graves, interações medicamentos, resultando em mais problemas de saúde, alergias a certos fármacos e intoxicação medicamentosa. Além disso, muitos dos usuários guardam medicamentos durante um certo período de tempo e não se atentam a sua validade, o que passa a ser uma problemática tendo em vista que a eficácia do medicamento passa a não ser assegurada fora do seu prazo.

O objetivo deste trabalho consiste em investigar o automedicamento por moradores de Natal-RN, Região nordeste do Brasil. Tais moradores que foram investigados residem nas extremidades da Drogaria Popular Farma, localizada na zona norte da Capital citada. Durante a construção do texto deste artigo buscamos relatar os medicamentos mais utilizados por esses usuários.

MATERIAIS E MÉTODOS

Está é uma pesquisa de abordagem quali-quantitativa, a partir da coleta de amostragem da população e qualificando essa amostra, sob o estudo de coorte e de

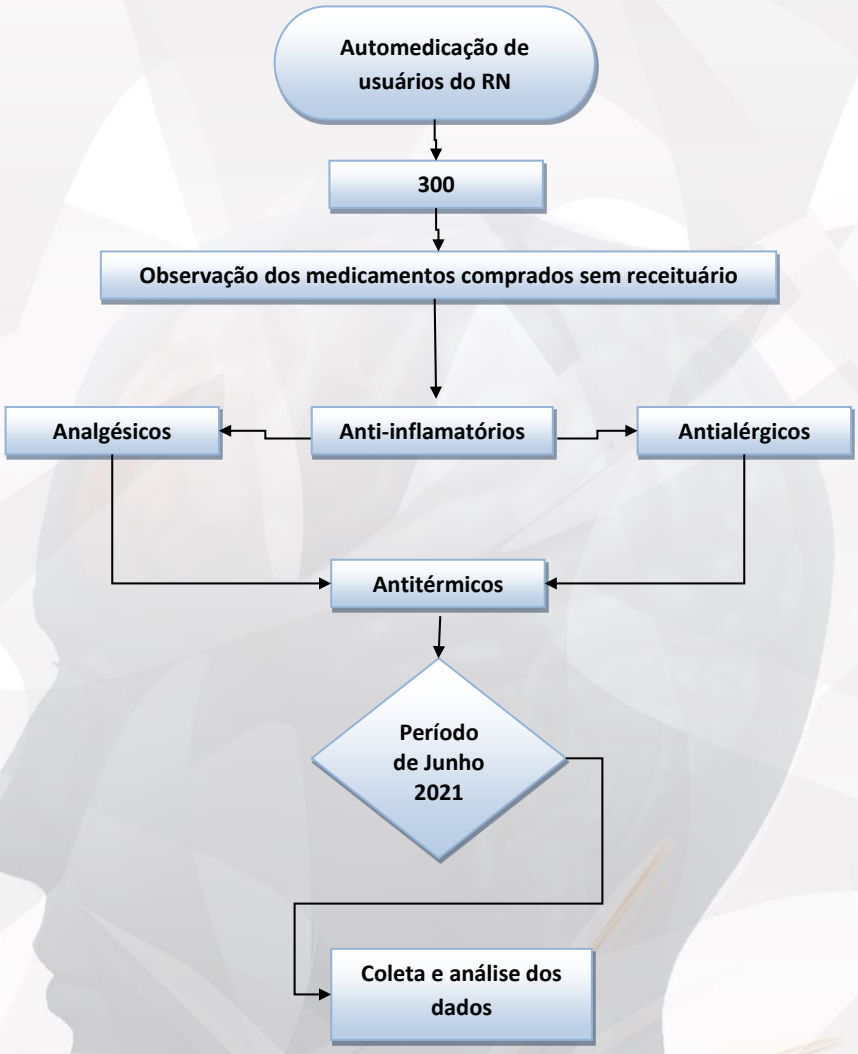
natureza aplicada, com procedimentos de campo e com objetivo descritivo, ao descrever determinado fenômeno, neste caso a automedicação. (PEREIRA *et al.*, 2018).

Sob a luz de Gil o estudo de coorte buscar analisar um grupo de pessoas. No caso deste trabalho a amostra foi de 300 pessoas, com algumas características em específico: a automedicação. Foi observada por um determinado período de tempo, especificamente no mês de junho de 2021. A seguir o autor Gil detalha melhor o estudo de coorte:

> [...] Os estudos de coorte podem ser prospectivos (contemporâneos) ou retrospectivos (históricos). O estudo de coorte prospectivo é elaborado no presente, com previsão de acompanhamento determinado, segundo o objeto de estudo. Sua principal vantagem é a de propiciar um planejamento rigoroso, o que lhe confere um rigor científico que o aproxima do delineamento experimental. O estudo de coorte retrospectivo é elaborado com base em registros do passado com seguimento até o presente. Só se torna viável quando se dispõe de arquivos com protocolos completos e organizados. (GIL, 2002, p.50).

A pesquisa foi conduzida na Drogaria Popular Farma, em Natal, Estado Rio Grande do Norte – RN, Brasil, o período da pesquisa foi de junho de 2021. Foram investigados um total de 300 usuários de medicamentos, diretamente no balcão da farmácia, observando se as mesmas compravam os medicamentos sem receita prescrita pelo médico, quais medicamentos e classes de fármacos compravam. Ainda na pesquisa foram triados os medicamentos comerciais mais utilizados pelos utentes, e tais medicamentos estão descritos nos resultados. Na primeira semana de junho de 2021, foram observados a compra indiscriminada de medicamentos anti-inflamatórios, na segunda semana, analgésicos, na terceira antialérgicos e na quarta semana medicamentos antitérmicos. No ato do atendimento dos pacientes na farmácia o mesmo sempre era questionado sobre sua sintomatologia, e se o mesmo havia passado por alguma consulta médica ao que sempre era respondido com não. Dados disponível no fluxograma 1.

Fluxograma 1. Perfil da automedicação realizada por uma amostra populacional do Rio Grande do Norte.

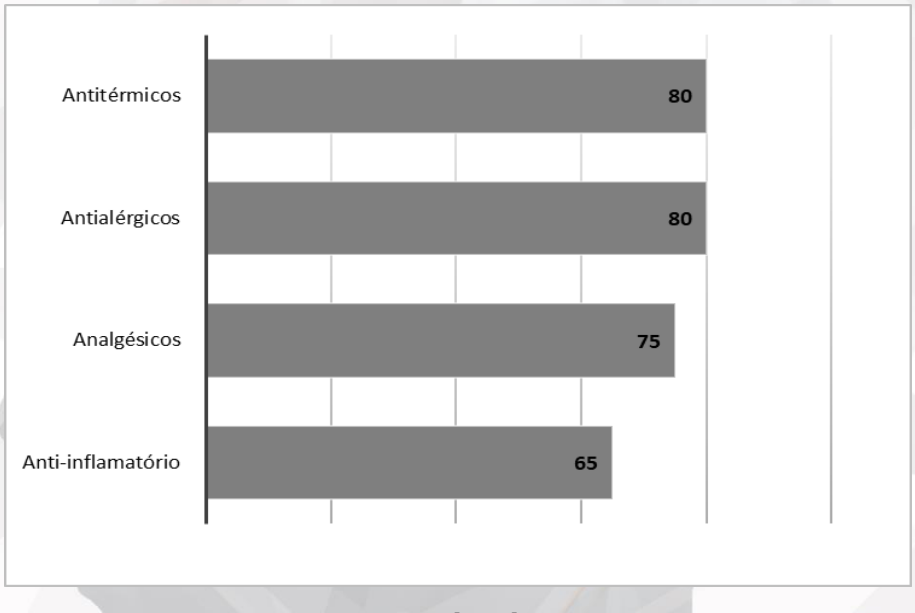


Todos os dados dos participantes ficaram em anonimato, por isso o argumento da ausência da apreciação de um Comitê de Ética, em conformidade com a Resolução nº 510/2016, em que não é necessário registrar no Comitê de Ética e Pesquisa com seres humanos aqueles estudos que utilizam dados de acesso público, domínio público e/ou que estejam em banco de dados sem possibilidade de identificação individual.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados desta pesquisa apontam a automedicação por 300 pessoas que compraram medicamentos sem receia médica no mês de julho de 2021. Desse total 26,6 % (n= 80) corresponde à classe antitérmica, 26,6% (n= 80) a classe antialérgica, 25% (n= 75) refere-se aos analgésicos, e 21,6% (n= 65) aos anti-inflamatórios, Dados Disponíveis no gráfico 1.

Gráfico 2. Casses de medicamentos comprados de forma indiscriminada no período de junho de 2021.

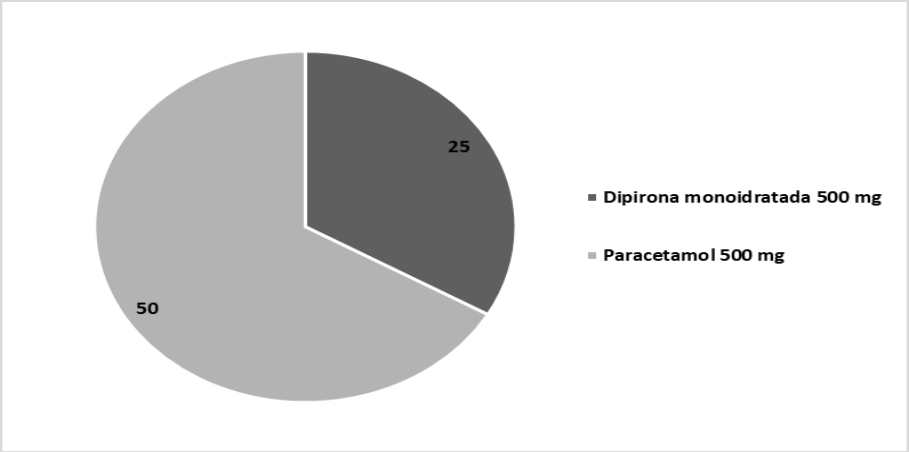


Fonte: Criado pelo autor.

Estudos apontam que o fácil acesso a medicamentos como analgésicos, antigripais, anti-inflamatórios, contribuem para o uso indiscriminado de medicamentos, pois sua venda é livre e obtida facilmente no balcão de drogarias. O conhecimento prévio de alguns usuários corrobora mais ainda para essa prática, é sabido que analgésicos atuam na dor, o que faz muitas pessoas utilizarem sem prescrição. Mudanças climáticas de muitas regiões, do Brasil, podem contribuir para o surgimento de alergias respiratórias, gripes e resfriados, por isso a automedicação também é tão alta com. Os antigripais e antialérgicos muitos indivíduos querem a melhora rápida do quadro sintomático. (SECOLE *et al*., 2019).

Dos 300 usuários investigados, 16,6 % (n= 50) deles fizeram automedicação com paracetamol 500 mg, e 8,3% (n= 25) usaram dipirona monoidratada 500 mg sem prescrição médica. Dados Disponíveis no gráfico 2.

Gráfico 3. Analgésicos mais comprados para automedicação em junho de 2021.



Fonte: Criado pelo autor.

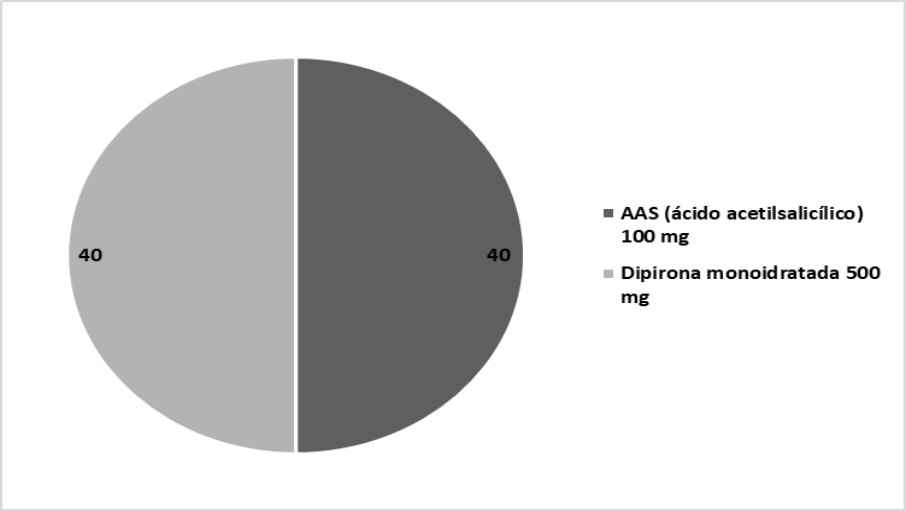
De acordo com a Pesquisa de Gama & Secole (2017), esta conduzida em o Instituto de Saúde e Biotecnologia (ISB) da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), município de Coari, Amazonas, buscou investigar a prevalência da automedicação em 116 estudantes do ISB. Os estudantes alegaram que por motivos de problemas de saúde, tais como, dores musculares em geral, infecções na garganta e urinaria, gripe, o aumento de temperatura corporal e problemas estomacais, e por serem sintomatologias que não carecem de consulta médica, os estudantes optaram pela automedicação. Vale ressaltar que a falta de tempo para cuidar da saúde e a dificuldade de acesso a unidades de saúde foram obstáculos para os estudantes. Gama & Secole (p. 4, 2017), apontam que os medicamentos mais utilizados pelos estudantes foram "paracetamol e dipirona (48,8%), seguidos da cefalexina (6,0%) e complexo B (8,3%). Entre os antimicrobianos, os mais utilizados foram cefalexina (55,6%), amoxicilina (22,2%), ampicilina (11,1%) e azitromicina (11,1%)". Um dos grandes fatores que pode levar a população a optar pela automedicação está diretamente relacionado à dificuldade de acesso a serviços de saúde, serviços esses em muitos casos básicos.

Cardoso destaca em sua obra que o uso desacerbado de analgésicos pode trazer complicações irreversíveis nos praticantes da automedicação, em muitos casos o paciente pode vir a adquirir "cronificação da cefaleia" (CARDOSO, 2020, p.16).

O autor ainda diz que dos 103 participantes da sua pesquisa alegaram automedicação "analgésicos/antitérmicos (36,7%), seguidos pelos anti-inflamatórios (16,7%), antigripais e xaropes (16,7%)" (CARDOSO, 2020, p.22).

A seguir no gráfico 3 podemos ver o quantitativo de pessoas que usaram antitérmicos indiscriminadamente. Sendo 13,3% (n= 40) para AAS 100 mg e 13,3% (n= 40) foi dipirona monoidratada 500 mg.

Gráfico 3. Antitérmicos comprados sem receita médica diretamente no balcão da farmácia.



Fonte: Criado pelo autor.

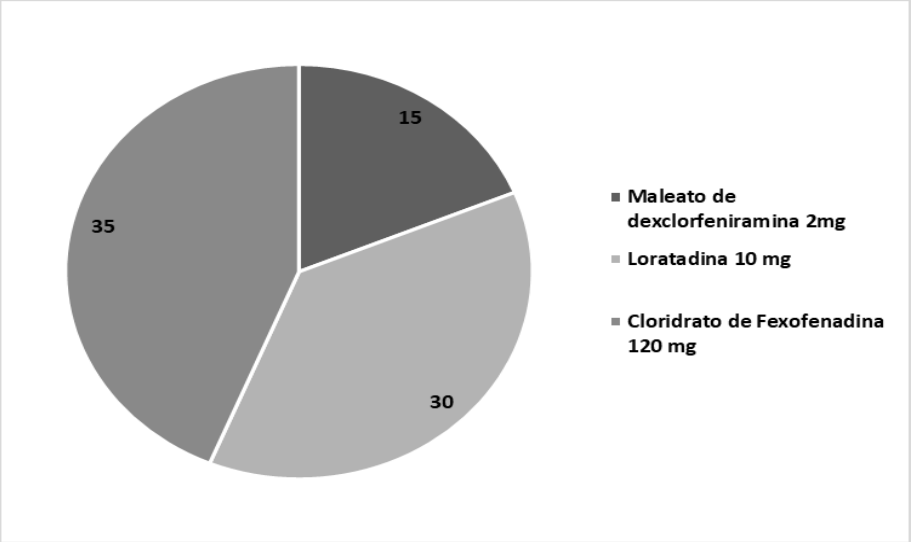
Consoante Matos *et al*, em sua pesquisa realizada em 2015 e 2016, conduzida no Instituto Federal Minas Gerais (IFMG), Campus Ouro Preto, aponta para o uso indiscriminado de medicamentos. Dos participantes que faziam uso de medicamentos não prescritos por médicos, podemos destacar, "analgésicos/antitérmicos (n=123; 65,8%), seguidos pelos antigripais (21,4%) e os anti-inflamatórios (18,7%)". Os participantes alegaram fazer uso desses medicamentos por motivos de dor de cabeça, febre, resfriados e gripes (MATOS *et al*, 2018, p.78).

Segundo o estudo de Xavier & Silva (2021) foram registrados um grande número de analgésico/antitérmico utilizado pelos entrevistados. Maioria deles alegaram ter se automedicado por conta própria, outra metade alegou ter sido orientados por familiares, pratica muito comum na automedicação, e outra parte da amostra alegou ter utilizado uma receita antiga, realçando um descuido de quem fez a dispensação do medicamento, de não ter conferido a data de validade da receita.

Colares *et al*, alerta para o perigo, do usuário, de se expor por muitos dias a medicamentos, realçando o ácido acetilsalicílico (AAS), que podem ter um efeito devastador no organismo humano, tal como o sangramento no estômago, ainda que em doses terapêuticas baixas, e quando as doses são elevadas o paciente pode adquirir salicismo que causa sintomas como "náusea, tontura, surdez e alcalose respiratória compensada" (COLARES *et al*, 2019, p.06).

Os antialérgicos mais utilizados pela amostra selecionada foram os seguintes: cloridrato de Fexofenadina 120 mg 11,6 % (n= 35), Loratadina 10 mg 10% (n= 30) e Maleato de Dexclorfeniramina 2 mg 5% (n= 15). Dados Disponíveis no gráfico 4.

Gráfico 4. Antialérgicos mais utilizados na automedicação dos usuários.



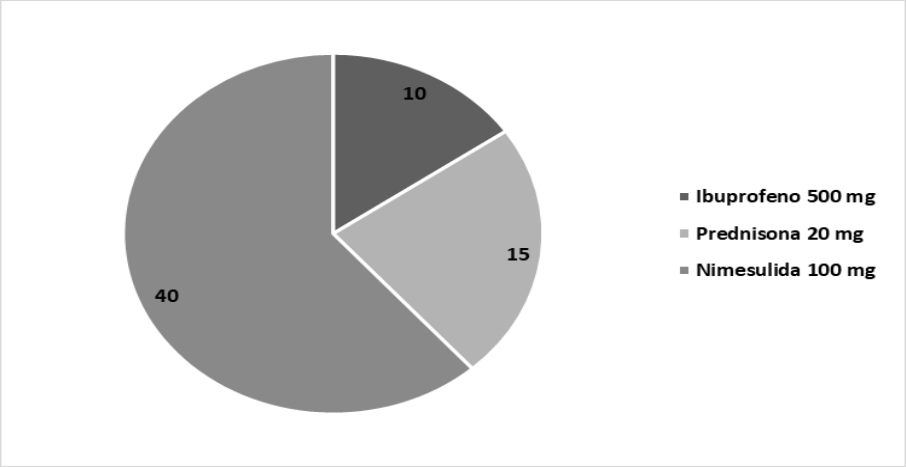
Fonte: Criado pelo autor.

De acordo com Dias *et al*. (2019) estudantes são alvo principal do uso indiscriminado de medicamentos, os antialérgicos ocupam a terceira posição de

medicamentos mais utilizados por jovens acadêmicos. Outra pesquisa semelhante é a de Colares et al. (2019) na qual dos 143 acadêmicos, do curso de enfermagem da Faculdade Vale do Gorutuba, entrevistados, 140 disseram fazer uso de medicamentos sem ter visitado um médico. Os antitérmicos, anti-inflamatórios e antialérgicos estão entre as classes mais utilizadas pelos estudantes.

Os fármacos anti-inflamatórios utilizados para a automedicação foram Nimesulida 100mg 13,3% (n= 40), Prednisona 20 mg 5% (n= 15) e Ibuprofeno 500 mg 3,3% (n= 10). Dados Disponíveis no gráfico 5.

Gráfico 5. Fármacos anti-inflamatórios mais utilizados na automedicação.

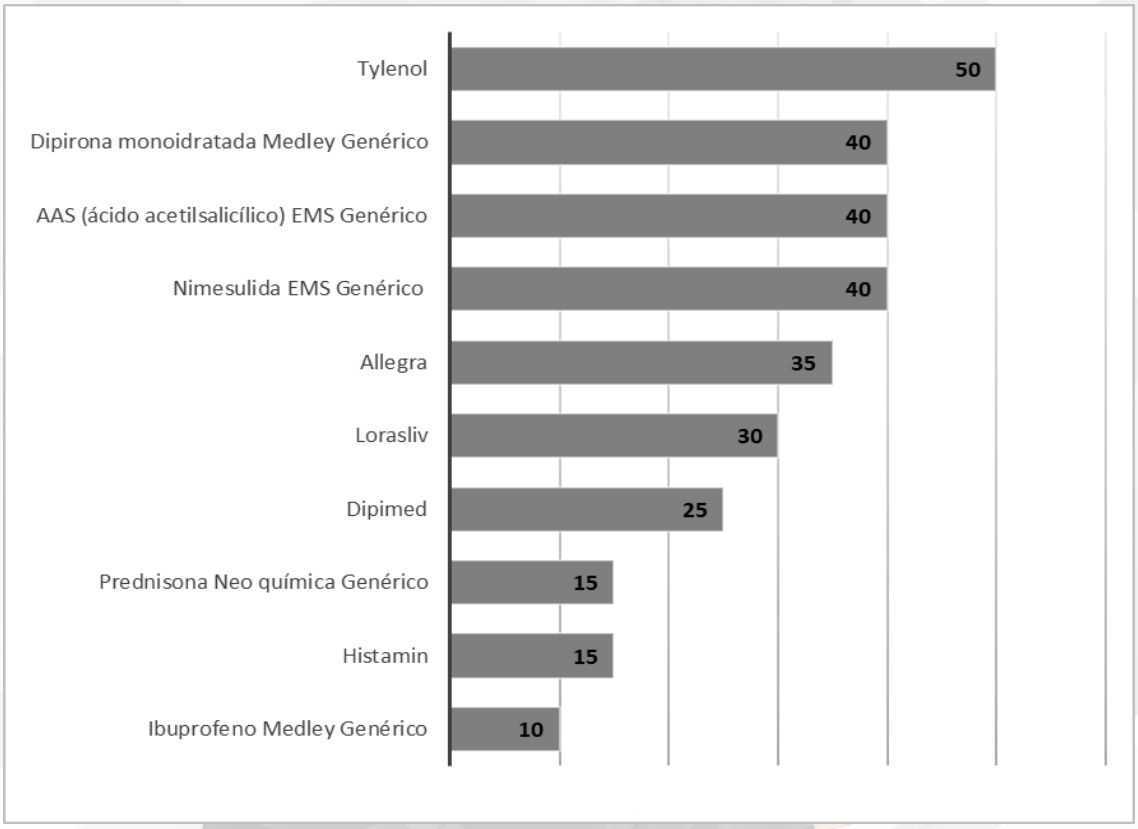


Fonte: Criado pelo autor.

Santos *et al.* (2018) aponta em sua pesquisa desenvolvida na Policlínica Francisco Carlos Cavalcante Roque, Quixadá- CE, que mulheres em período gestacional estão propensas a automedicação também. Na pesquisa os medicamentos mais utilizados por mulheres gravidas estão paracetamol, Ibuprofeno e dipirona. Segundo os autores a o Ibuprofeno podem causar efeitos eméticos nas gestantes, o uso de anti-inflamatórios pode causar no recém-nascido “síndrome de hipertensão pulmonar persistente”, bem como “anormalidades na hemostasia.”. Ainda segundo Santos *et al*, há relatos de que o paracetamol é o preferido entre mulheres grávidas, devido algumas restrições o uso do dipirona é descartado (SANTOS *et al*, 2018, p.52).

Os três medicamentos mais utilizados na automedicação pelos usuários de medicamentos sem prescrição foram o Tylenol 500 mg 16,6 % (n= 50), Dipirona monoidratada medley genérico 500 mg foi 13,3% (n= 40) e o AAS 100 mg da EMS genérico com 13,3% (n= 40).

Gráfico 6. Medicamentos comerciais mais utilizados na automedicação.



Fonte: Criado pelo autor.

Consoante Silva (2019) em sua pesquisa bibliográfica, deve-se tomar precauções ao fazer uso indiscriminados dos Medicamentos Isentos de Prescrição. O autor realça que a automedicação é frequente nas classes de fármacos analgésicos, antitérmicos e anti-inflamatórios. Como os MIPs não necessitam de prescrição médica, são facilmente comprados e liberados no balcão de qualquer drogaria.

O ácido acetilsalicílico, a dipirona e o paracetamol que foram mais citados no presente artigo compõem a lista dos MIPs, ainda que considerados medicamentos seguros, a administração de suas doses feitas incorretamente, podem efeitos adversos

graves. Os anti-inflamatórios não esteroides (AINEs) são um perigoso para idosos que fazem automedicação e de forma errônea, pois eles estão associados diretamente a toxicidade gastrointestinal e falência renal bem como “eventos cardiovasculares e a inúmeras interações medicamentosas”. (SILVA, 2019, p.38).

Como dito anteriormente, os idosos são os mais prejudicados pelo uso indiscriminados de medicamentos sem acompanhamento médico. Os anti-inflamatórios não são fármacos bem aceitos pelo organismo de idosos que portadores de “úlcera péptica, doença crônica no fígado”, pacientes que tem disfunções cardíacas e até mesmo hipertensão que fazem uso de outros medicamentos tais quais tem “ação antiagregante plaquetária, como o ácido acetilsalicílico, corticosteroides ou inibidores da recaptação da serotonina” devem evitar fazer uso concomitante de anti-inflamatórios. (SILVA, 2019, p.38).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A automedicação é um problema grave para a saúde pública, pois o uso errôneo de medicamentos, pode acarretar outros agravos à saúde corporal dos usuários. Em longo prazo a população pode desenvolver problemas hepáticos, insuficiência renal e inúmeras interações medicamentosas, agravando ainda mais seu estado. É necessário que se adotem estratégias de educação para que se possa fazer com que as pessoas reflitam acerca do uso indiscriminado de medicamentos.

Programas de saúde liderados por profissionais da saúde, sobretudo os farmacêuticos, devem ser iniciadas imediatamente, a partir de instruções e educação em saúde é que se vai fazer a população pensar bem antes de realizar a automedicação. É importante que a automedicação não seja feita por estudantes ou profissionais da saúde, pois cabe a esse público mostrar exemplo de educação em saúde perante a sociedade.

REFERÊNCIAS

CARDOZO, Andresa Monik; CORREIA, Alicely Araújo. Prevalência da Automedicação na População da Região Metropolitana de Recife-PE. Orientadora: Prof.ª Dr.ª Alicely Araújo Correia. Trabalho de conclusão de curso, **Centro Universitário Tiradentes (UNIT-PE)**, 2020. Disponível em: <https://openrit.grupotiradentes.com/xmlui/bitstream/handle/set/3576/Prevalencia%20da%20pratica%20da%20automedica%c3%a7%c3%a3o%20da%20popula%c3%a7%c3%a3o%20da%20Regi%c3%a3o%20Metropolitana%20do%20Recife%20tcc.pdf?sequence=1>. Acessado em 10 de ago. 2021.

Colares, K. T. P., Barbosa, F. C. R., Marinho, B. M., & Silva, R. A. R. Prevalência e fatores associados à automedicação em acadêmicos de enfermagem. **Revista enfermagem. UFPE *online***, p. [1-9], 2019.

Dias, M. C., Oliveira, D. B., de Alcântara, L. I. E., Paiva, J. R. D. O. C., Pereira, N. B. C., Camargo, R. L., Sotte, D. M. K. S. Conhecimento quanto aos medicamentos de uso contínuo e automedicação dos usuários atendidos pelos serviços da atenção primária em um bairro da cidade de Manhuaçu-MG. **Anais do Seminário Científico do UNIFACIG**, n. 4, 2019.

GAMA, Abel Santiago Muri; SECOLI, Silvia Regina. Automedicação em estudantes de enfermagem do Estado do Amazonas–Brasil. **Revista Gaúcha de Enfermagem**, v. 38, 2017. Disponível em: <scielo.br/j/rgenf/a/HQm9Gznw68wWrB7wtWR4FMQ/?format=pdf&lang=pt>. Acessado em: 10 de ago. 2021.

Gil, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**/Antônio Carlos Gil. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2002.

Matos, J. F., Pena, D. A. C., Parreira, M. P., Santos, T. D. C. D., & Coura-Vital, W. Prevalência, perfil e fatores associados à automedicação em adolescentes e servidores de uma escola pública profissionalizante. **Cadernos Saúde Coletiva**, v. 26, p. 76-83, 2018.

PEREIRA, A. S., SHITSUKA, D. M., PARREIRA, F. J., SHITSUKA, R. **Metodologia** da pesquisa científica [recurso eletrônico]. 1ª ed. – Santa Maria, RS: UFSM, NTE, 2018. ISBN 978-85-8341-204-5.

Pereira, F. S., Bucaretchi, F., Stephan, C., & Cordeiro, R. Automedicação em crianças e adolescentes. **Jornal de Pediatria**, v. 83, p. 453-458, 2007.

Santos, S. L. F., Pessoa, C. V., de Macedo Arraes, M. L. B., & Barros, K. B. N. T. Automedicação em gestantes de alto risco: foco em atenção farmacêutica. **Journal of Health Science**, v. 20, n. 1, p. 50-54, 2018.

Secoli, S. R., Marquesini, E. A., Fabretti, S. D. C., Corona, L. P., & Romano-Lieber, N. S. Tendência da prática de automedicação entre idosos brasileiros entre 2006 e 2010: Estudo SABE. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, v. 21, p. e180007, 2019.

SILVA, M. E. D. F. **Influência da publicidade no uso de medicamentos isentos de prescrição por idosos**: Uma revisão. Orientadora: Dr.ª Maria Emília da Silva Menezes. Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Curso de Bacharelado em Farmácia da Universidade Federal de Campina Grande2019. Disponível em: <http://dspace.sti.ufcg.edu.br:8080/jspui/bitstream/riufcg/12209/1/MARIA%20EDUARDA%20DE%20FREITAS%20SILVA%20-%20TCC%20%20FARM%c3%81CIA%202019.pdf>. Acessado em: 15 de ago. 2021.

XAVIER, Cryskelle Martins; SILVA, Raquel Siqueira. PREVALÊNCIA DA AUTOMEDICAÇÃO ENTRE ESTUDANTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL DA BAHIA–UFSB-CAMPUS SOSÍGENES COSTA. **Visão Acadêmica**, v. 22, n. 1, 2021.

PREVALÊNCIA DAS TOXINAS PRODUZIDAS PELO CLOSTRIDIUM BOTULINUM NO BRASIL, NO PERÍODO DE 2007 A 2021

PREVALENCE OF THE TOXINS PRODUCED BY CLOSTRIDIUM BOTULINUM IN BRAZIL FROM 2007 TO 2021

PREVALENCIA DE LAS TOXINAS PRODUCIDAS POR CLOSTRIDIUM BOTULINUM EN BRASIL DE 2007 A 2021

Doriongley Lima da COSTA[29]
Juliana Patricia da SILVA[30]
Elio Pessoa CAZUZA[31]
Elizabeth Cristina Gomes dos SANTOS[32]

RESUMO

A neurotoxina botulínica é uma das toxinas mais potentes produzidas pelas cepas dos diferentes grupos de *Clostridium botulinum*, responsável pelo botulismo, doença grave que quando não tratada é fatal, na qual é considerada um problema de saúde pública mundial. O presente estudo propôs verificar a prevalência das toxinas responsáveis pelos casos de botulismo no Brasil, no período de 2007 a 2021, além de evidenciar a forma clínica mais frequente, os tipos de diagnóstico da doença, o método para detecção da toxina e sua distribuição nas Regiões brasileiras. O botulismo alimentar foi a forma clínica mais prevalente (95,4%), comprovada por critérios laboratorial (52,87%) e clínico epidemiológico (45,98%), em que a presença da toxina foi confirmada pela análise de amostras clínicas (42,53%) e bromatológica (18,39%), sendo as toxinas predominantes as do tipo A, encontrada em maior proporção nos alimentos (8,04%) e

[29] Discente do Curso de Farmácia do UNICEUNA. (E-mail: doriongley.costa@aluno.uniceuna.com.br).
[30] Discente do Curso de Farmácia do UNICEUNA. (E-mail: julianapatricia618@gmail.com).
[31] Doutorado em Ciências Climáticas UFRN/2018, Mestrado em Ciências Climáticas UFRN/2014, Graduação em Física Licenciatura UFRN/2012, Docente Universitário e Orientador de Iniciação Científica nos Cursos de Administração, Ciências Contábeis, Engenharia Civil, Farmácia, Gestão de Recursos Humanos e Logística do UNICEUNA. (E-mail: cazuzaelio@gmail.com).
[32] Doutorado em Ciências da Saúde – UFRN/2013. Mestrado em Ciências Biológicas (Microbiologia) – UFMG /2004. Graduação em Farmácia e Análises Clínicas – UFRN/2000. Docente Universitário e orientadora de Iniciação Científica do Curso de Farmácia do UNICEUNA. Pesquisadora colaboradora, Laboratório Multidisciplinar – LABMULT, UFRN. (E-mail: elizabethcgsantos@gmail.com).

AB, com maior proporção nas amostras clínicas (14,94%). A toxina G foi detectada no alimento, porém em menor fração (1,15%). A toxina A foi mais frequente na Região Sudeste, enquanto a AB foi distribuída em todas as Regiões brasileiras. A compreensão sobre a tipificação das toxinas em determinado local, região ou país é importante para o delineamento do perfil epidemiológico da doença *in loco*, contribuindo para o desenvolvimento de medidas educativas e preventivas, que estimulem a prática da vigilância e recomendações sobre os consumidores, bem como, as indústrias, quanto as condições de higiene e preservação de alimentos, limitando a exposição a toxina e o surgimento de surtos.

Palavras-chave: *Clostridium botulinum*; Botulismo; Toxinas Botulínicas; Perfil epidemiológico.

ABSTRACT

Botulinum neurotoxin is one of the most potent toxins produced by the strains of the different groups of *Clostridium botulinum*, which is responsible for botulism, a serious disease that, when left untreated, is fatal, and is considered a worldwide public health problem. The present study proposed to verify the prevalence of the toxins responsible for the cases of botulism in Brazil, in the period from 2007 to 2021, besides showing the most frequent clinical form, the types of diagnosis of the disease, the method for toxin detection, and its distribution in the Brazilian regions. Foodborne botulism was the most prevalent clinical form (95.4%), proven by laboratory (52.87%) and clinical epidemiological (45.98%) criteria, in which the presence of the toxin was confirmed by the analysis of clinical (42.53%) and bromatological (18.39%) samples, with the predominant toxins being the type A, found in greater proportion in food (8.04%) and AB, with greater proportion in clinical samples (14.94%). Toxin G was detected in the food, but in a smaller fraction (1.15%). Toxin A was more frequent in the Southeast Region, while AB was distributed in all Brazilian regions. The understanding of the typification of toxins in a certain place, region or country is important for the delineation of the epidemiological profile of the disease *in loco*, contributing to the development of educational and preventive measures that stimulate the practice of surveillance and recommendations for consumers, as well as industries, regarding the conditions of hygiene and preservation of food, limiting the exposure to toxins and the emergence of outbreaks.

Keywords: *Clostridium botulinum*; Botulism; Botulinum Toxins; Health Profile.

RESUMEN

La neurotoxina botulínica es una de las más potentes toxinas producidas por las cepas de los diferentes grupos de *Clostridium botulinum*, responsable por el botulismo, una grave enfermedad que, cuando no es tratada, es fatal, y es considerada un problema de

salud pública mundial. El presente estudio se propuso verificar la prevalencia de las toxinas responsables de los casos de botulismo en Brasil, en el período de 2007 a 2021, además de mostrar la forma clínica más frecuente, los tipos de diagnóstico de la enfermedad, el método de detección de la toxina y su distribución en las regiones brasileñas. El botulismo alimentario fue la forma clínica más prevalente (95,4%), comprobada por criterios de laboratorio (52,87%) y clínico-epidemiológicos (45,98%), donde la presencia de la toxina fue confirmada por el análisis de muestras clínicas (42,53%) y bromatológicas (18,39%), siendo las toxinas predominantes el tipo A, encontrada en mayor proporción en los alimentos (8,04%) y la AB, con mayor proporción en las muestras clínicas (14,94%). La toxina G se detectó en los alimentos, pero en una fracción menor (1,15%). La toxina A fue más frecuente en la Región Sudeste, mientras que la AB se distribuyó en todas las regiones brasileñas. La comprensión de la tipificación de las toxinas en un determinado lugar, región o país es importante para la delineación del perfil epidemiológico de la enfermedad *in loco*, contribuyendo al desarrollo de medidas educativas y preventivas que estimulen la práctica de la vigilancia y las recomendaciones para los consumidores, así como para las industrias, en cuanto a las condiciones de higiene y conservación de los alimentos, limitando la exposición a las toxinas y el surgimiento de brotes.

Palabras clave: *Clostridium botulinum*; Botulismo; Toxinas Botulínicas; Perfil Epidemiológico.

INTRODUÇÃO

O botulismo é uma doença neuroparalítica ocasionada pelo grupo heterogêneo de *Clostridium botulinum*, que são bacilos Gram-positivos, formadores de esporos e anaeróbios, diferenciados por características fenotípicas e homologia do DNA, sendo eles, grupo I (*C. botulinum* proteolítico, *C. sporogenes*), grupo II (*C. botulinum* não proteolítico), grupo III (*C. botulinum*, *C. novyi)* , grupo IV (*C. argentinense*), e mais recentemente, o grupo V (*C. baratii*) e grupo VI (*C. butyricum*), dentre os quais, o grupo I é o principal responsável pelo botulismo em humanos (GAWARE *et al*., 2011; HOBBS *et al*., 2019; CAI *et al*., 2021).

A doença é causada por cepas produtoras de toxinas botulínicas, geradas pelo *C. botulinum* toxigênico, em que o gene pode ser encontrado no bacteriófago ou plasmídeos ou cromossomos, nas quais são divididos em diferentes toxinotipos,

classificados de A a G, que são semelhantes estruturalmente, porém imunologicamente diferenciados (GAWARE *et al*., 2011; RASETTI-ESCARGUEIL *et al*., 2020; CAI *et al*., 2021).

As cepas do grupo I são produtoras das toxinas A, B e F, envolvidas no botulismo em humanos e outros animais; as do grupo II, produtoras das toxinas B, E e F, envolvidas no botulismo em humanos; as do grupo III, produtoras das toxinas C, D e formas híbridas (CD, DC), envolvidas no botulismo em animais; do grupo IV, produtora da toxina G, que não tem sido associada ao botulismo em humanos e outros animais; do Grupo V, produtora da toxina F7; e do Grupo VI, produtoras das toxinas E4 ou E5, ambas associadas ao botulismo em humanos (PECK *et al*., 2017; BRUNT *et al*., 2020).

O botulismo, clinicamente, apresenta-se em diferentes formas, sendo elas, alimentar, intestinal, infantil, ferida, inalatória e iatrogênica. No botulismo alimentar, a contaminação ocorre pela ingestão da toxina pré-formada no alimento; no botulismo inalatório, há inalação da toxina no ambiente em que o manipula; no botulismo iatrogênico, pode ocorrer devido alguma falha nos procedimentos terapêuticos e estéticos; e no botulismo de ferida e intestinal, ocorre pela presença do micro-organismo ou esporo *in situ* com produção da toxina (RASETTI-ESCARGUEIL *et al*., 2020; CAI *et al*., 2021).

A toxina botulínica atua na junção neuromuscular, bloqueando a liberação do neurotransmissor acetilcolina, ocasionando a paralisia respiratória e musculoesquelética. É constituída por duas cadeias, uma leve (50 kDa) e uma pesada (100 kDa). A cadeia pesada é responsável pela ligação da toxina aos receptores (gangliosídeos e de proteínas) e a translocação central; e cadeia leve, uma endopeptidase zinco-dependente, que age de forma específica sobre as proteínas do complexo SNARE (Receptores para ligação do fator solúvel sensível a N-etilmaleimida), sinaptobrevina, sintaxina e SNAP-25, que são essenciais na fusão das vesículas sinápticas com a membrana pré-sináptica. Com a clivagem do SNARE, ocorre a interrupção na liberação do neurotransmissor responsável pelo bloqueio da neuroexocitose, impedindo a contração muscular (RESTANI *et al*., 2012; HOBBS *et al*., 2019).

O botulismo, além de ser caracterizado pela paralisia flácida, apresenta outros sintomas clássicos, tais como, diplopia, visão embaçada, pálpebras caídas, fala desarticulada, disfagia, boca seca, fraqueza muscular, sintomas gastrintestinais, e com a gravidade da doença pode culminar com a morte por falência respiratória (GAWARE *et al*., 2011; RAO *et al.*, 2021).

No Brasil, a notificação do botulismo iniciou a partir do ano 2000, período em que o registro de doenças ocasionadas por alimentos se tornou obrigatório pelo Ministério da Saúde. Os estudos relacionados ao perfil epidemiológico do botulismo no país, indicam que a forma mais prevalente é a alimentar, acometendo principalmente a região sudeste, com destaque ao estado de São Paulo (ROWLANDS *et al.*, 2010; SILVA et al., 2020). É considerado um problema de saúde pública, por ser uma doença fatal quando não tratada, de evolução rápida e elevada mortalidade entre 30 e 65%; e pela necessidade da rápida identificação da toxina, com o intuito de limitar a exposição (DEMBEK *et al.*, 2007; CERESER *et al.*, 2008; ZATTI, 2013).

Dessa forma, é relevante a análise da prevalência das toxinas produzidas pelo *Clostridium botulinum* no Brasil, no período de 2007 a 2021, para que se possa obter uma melhor panorâmica do perfil do botulismo, contribuindo para a melhoria nos trabalhos dos profissionais de saúde quanto a tomada de medidas para prevenção desta doença, que apesar de rara é grave, bem como, estimular os órgãos fiscalizadores a terem uma atuação maior no controle da produção e armazenamento de prováveis alimentos responsáveis por doenças alimentares.

METODOLOGIA

A pesquisa consistiu em um estudo epidemiológico, descritivo, realizado no Brasil, com dados obtidos a partir do Sistema Nacional de Agravos de Notificação (SINAN) referente ao botulismo, disponibilizados pelo Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS), no período de 2017 a 2021. As variáveis avaliadas foram: forma de botulismo, presença de toxina clínica, presença de toxina

bromatológica, tipo de toxina clínica e tipo de toxina bromatológica. Todos os dados epidemiológicos coletados no estudo foram selecionados e obtidos pelo aplicativo TABNET. É válido ressaltar que os dados referentes aos anos de 2020-2021, não contêm as informações do estado do Espírito Santo.

As amostras foram tratadas pela análise de variância Two-way Anova com o pós-teste de Bonferroni, sendo considerado significativo os valores ρ entre 0,01 e 0,05 (*), entre 0,01 e 0,001 (**), entre 0,01 e 0,0001 (***) e < 0,0001 (****). Análise estatística e os gráficos foram obtidos pelo *software* GraphPad Prism® versão 8.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

No Brasil, de 87 casos confirmados de botulismo, a forma alimentar foi a mais prevalente correspondendo a 95,40% (n. 83), enquanto a intestinal apresentou 3,45% (n. 3), (Figura 1). Os dados obtidos no período do estudo mantiveram o perfil dos estudos anteriores realizados por outros grupos de pesquisa, em diferentes períodos, no Brasil (ZATTI, 2013; OLIVEIRA *et al*., 2019; SILVA *et al*., 2020a; SILVA *et al*., 2020b), com predomínio dos casos de botulismo alimentar. Oliveira e colaboradores (2019), observaram possível surto de botulismo alimentar no período entre 2005 e 2009, principalmente nas regiões Sudeste e Nordeste. A probabilidade de ocorrer surtos pelo tipo alimentar é maior do que outros tipos de botulismo como intestinal e infantil (RAO *et al*., 2021).

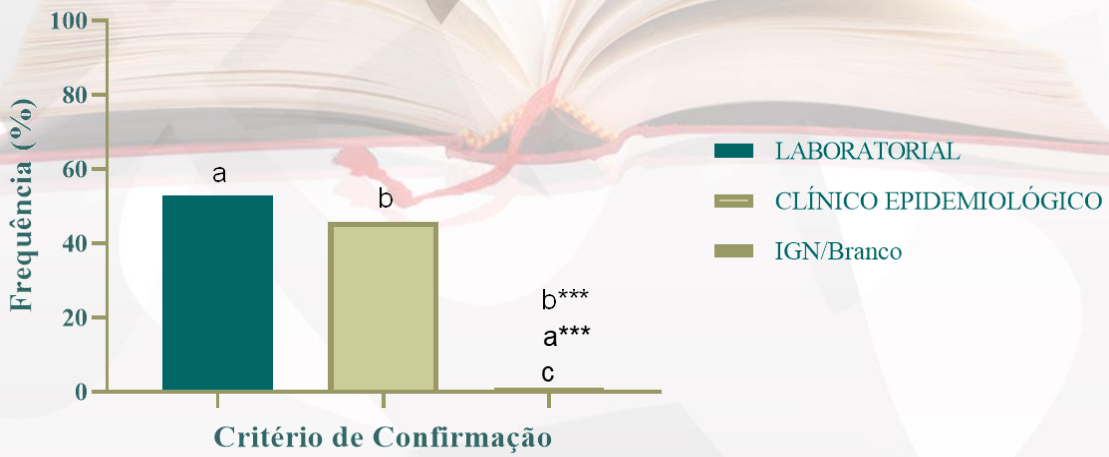
Figura 1 - Forma de Botulismo dos casos confirmados, no período de 2007 a 2021.

Fonte: Ministério da saúde/SVS – Sistema de Informação de agravos de notificação - Sinan Net.

O perfil do botulismo em outros países mostra-se diferente do Brasil. Nos EUA, anualmente, o botulismo alimentar corresponde a 15% dos casos, o infantil 70% e o de ferida, 30-40% (CARRILLO-MARQUEZ, 2016). Na Itália, no período de 1986 a 2015, mostrou dados semelhantes à do Brasil referente ao botulismo alimentar, correspondendo a 90,4%, entretanto, foram notificados outras formas como, infantil (7,7%), ferida (1,3%) e intestinal (0,6%), (ANNIBALLI *et al*., 2017).

Os casos de botulismo foram confirmados por critérios laboratorial (52,87%, n. 46) e clínico epidemiológico (45,98%, n. 40), nos quais não se observa diferença significativa entre os dois critérios analisados (Figura 2).

Figura 2 - Critério de confirmação dos casos de botulismo, no período de 2007 a 2021.



Fonte: Ministério da saúde/SVS – Sistema de Informação de agravos de notificação - Sinan Net.
Legenda: IGN- ignorado.
[a] comparado com o critério de confirmação laboratorial; [b] comparado com o critério de confirmação clínico epidemiológico; [c] comparado com os dados ignorados e em brancos dos critérios de confirmação. *** ρ (0,01 - 0,0001), ANOVA-Bonferroni.

No estudo de Oliveira e colaboradores (2019), a confirmação por critério clínico epidemiológico foi o mais utilizado no período de 2001 a 2015, pelos dados do DATASUS. O que evidencia um discreto aumento, após esse período, de exames laboratoriais para identificação da presença da toxina botulínica nos laboratórios de referência no país, no período de 2007 a 2021. Rowlands e colaboradores (2010), analisando os casos de botulismo no Brasil, em outra instituição de referência, mostrou que a confirmação laboratorial (71%) foi predominante em relação a clínico epidemiológica (29%). Temos que considerar que pode ocorrer erros quanto ao diagnóstico diferencial da doença e interferentes na análise laboratorial, como quantidade da amostra insuficiente, dificuldade de detecção da toxina na amostra devido a insensibilidade do teste (DEMBEK *et al*., 2007; ROWLANDS *et al*. 2010; CARRILLO-MARQUEZ, 2016).

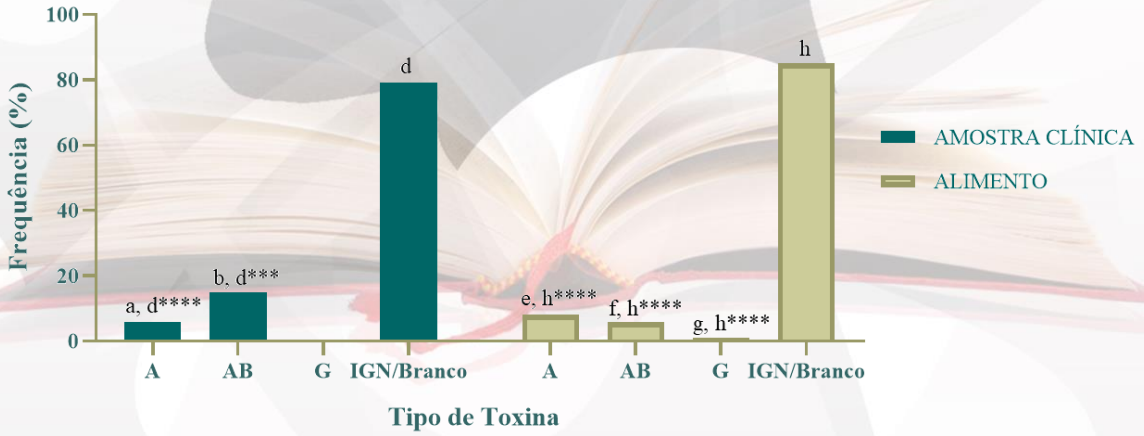
O diagnóstico clínico epidemiológico é quem direciona o paciente para o diagnóstico laboratorial, no qual consiste na observação dos sintomas, exames físicos, investigação sobre dados epidemiológicos relacionados a surtos e testes eletrofisiológicos, como eletroneuromiografia, estimulação repetitiva do nervo e estudos de condução nervosa. E o diagnóstico laboratorial consiste geralmente na identificação da presença da toxina em amostras clínicas e alimentos, bem como a sua tipificação, além do cultivo e identificação do micro-organismo (DEMBEK *et al*., 2007; ROWLANDS *et al*., 2010; RAO *et al*., 2021).

Quanto a detecção de toxinas, foram identificadas na amostra clínica as toxinas A (5,75%, n. 5) e AB (14,94%, n. 13), e nos alimentos, as toxinas A (8,04%, n. 7), B (5,57%, n. 5) e G (1,15%, n. 1). Verifica-se que a maioria dos dados não foram registrados, constando como ignorado/branco, correspondendo a 79,31% (n. 69), para amostra clínica, e 85,06% (n. 74), para alimentos (Figura 3). No estudo de Rowlands e

colaboradores (2010), detectaram a presença de toxinas do tipo A e AB em amostras clínicas e alimentos, provenientes de diferentes estados do Brasil, sendo identificadas em amostras clínicas nove (9) toxinas do tipo A e cinco (5) do tipo AB; e para amostras positivas de alimentos, cinco (5) tipo A e uma (1) tipo B. Entretanto, verificaram que não foi possível identificar a toxina em oito (8) amostras clínicas e em duas (2) amostras de alimentos. Os dados referentes ao tipo de toxina concordam com o estudo desenvolvido, no entanto, no ano de 2016, no estado do Mato Grosso foi identificada, no alimento, a toxina tipo G.

Existem sete (7) sorotipos de toxina botulínica, nas quais A, B, E e F estão envolvidas em casos de botulismo em humanos, enquanto C e D em outros animais e pássaros, e o sorotipo G não tem sido associado a botulismo em humanos ou outros animais (CAI *et al*., 2021; LÚQUEZ *et al*., 2021; RAO *et al.*, 2021). Nesta pesquisa, a toxina G foi isolada de um indivíduo do sexo masculino, pardo, com idade entre 20-39 anos, residente na zona rural da Cidade de General Carneiro-MT, no qual a doença evoluiu para cura. Cepas isoladas na Argentina e Suíça, produtoras de toxina G, não foram relacionadas a doença paralítica ou morte em humanos e outros animais (TERILLI *et al*., 2011).

Figura 3 - Tipo de toxina detectada em amostras clínicas e alimentos referentes aos casos confirmados de botulismo, no período de 2007 a 2021.



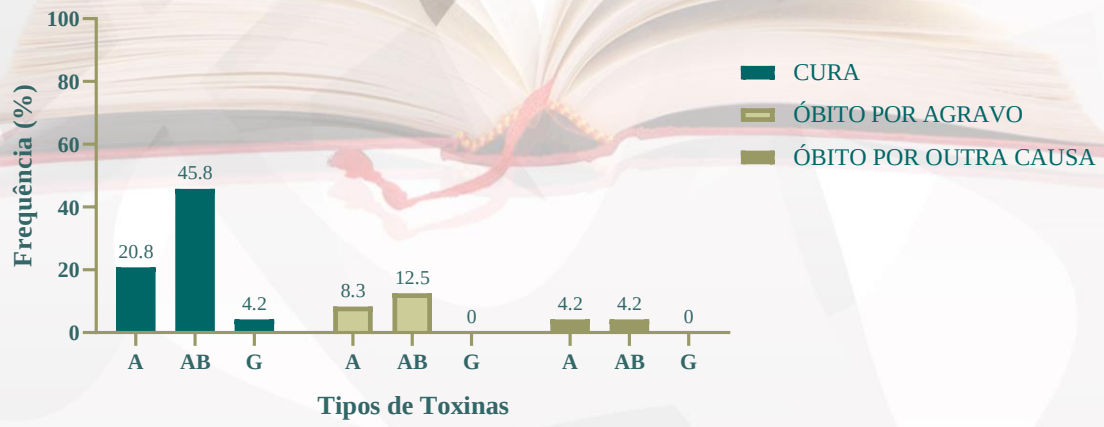
Fonte: Ministério da saúde/SVS – Sistema de Informação de agravos de notificação - Sinan Net.
Legenda: IGN- ignorado.

[a] comparado com a toxina A detectada na amostra clínica; [b] comparado com a toxina AB detectada na amostra clínica; [d] comparado com os dados ignorados e em brancos de toxinas detectadas na amostra clínica; [e] comparado com a toxina A detectada no alimento; [f] comparado com a toxina AB detectada no alimento; [g] comparado com a toxina G detectada no alimento; [h] comparado com os dados ignorados e em brancos de toxinas detectadas no alimento. *** ρ (0,01 - 0,0001), ****ρ (<0,0001), ANOVA-Bonferroni.

Cereser e colaboradores (2008), constataram que no Brasil, no período de 1999 a 2004, a toxina botulínica tipo A foi responsável por 77,8% dos surtos de botulismo alimentar. No estudo realizado, observou-se no total, para toxina isolada de amostra clínica e do alimento, maior frequência do tipo A (n.12) e AB (n. 13). Das 24 (87 casos) notificações registradas, no período do estudo, relacionados a evolução da doença e o tipo de toxina, verificou-se que a cura correspondeu a 45,8% (n. 11) dos casos de botulismo contendo a toxina AB, 20,8% (n. 5) contendo a toxina A e 4,2% (n. 1), da toxina G. Enquanto, os dados sobre óbito por agravo notificado foram associados as toxinas AB (12,5%, n. 3) e A (8,3%, n. 2), (Figura 4).

Estudos quanto a gravidade das toxinas botulínicas mostram que a toxina do tipo A ocasiona uma síndrome mais grave que a toxina B, em que se observa uma maior prevalência de pacientes submetidos à ventilação mecânica (RASETTI-ESCARGUEIL *et al*., 2020; RAO *et al*., 2021).

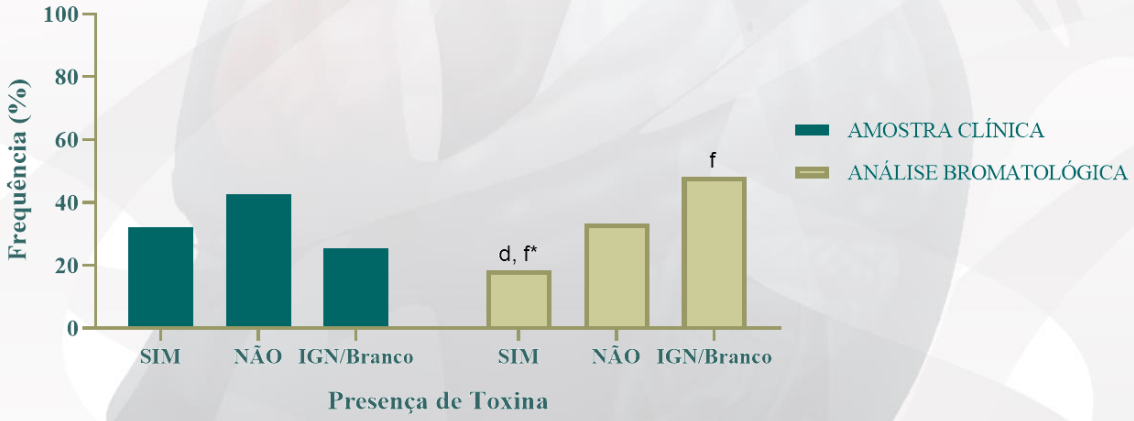
Figura 4 – Análise da evolução da doença de acordo com ao tipo de toxina detectada nos casos confirmados de botulismo, no período de 2007 a 2021.



Fonte: Ministério da saúde/SVS – Sistema de Informação de agravos de notificação - Sinan Net.

Conforme os dados apresentados na Figura 5, pode-se observar que a toxina botulínica responsável pela doença foi detectada, laboratorialmente, tanto pela análise das amostras clínicas (42,53%, n. 37) quanto pela análise bromatológica (18,39%, n. 16), não apresentando diferença significativa entre as análises utilizadas.

Figura 5 - Presença de toxina botulínica pesquisadas em amostras clínicas e na análise bromatológica dos casos confirmados de botulismo, no período de 2007 a 2021.



Fonte: Ministério da saúde/SVS – Sistema de Informação de agravos de notificação - Sinan Net.
Legenda: IGN- ignorado.
[d] comparado com a detecção da toxina pela análise bromatológica; [f] comparado com os dados ignorados e brancos, quanto a detecção da toxina pela análise bromatológica. *ρ (0,01 – 0,05), ANOVA-Bonferroni.

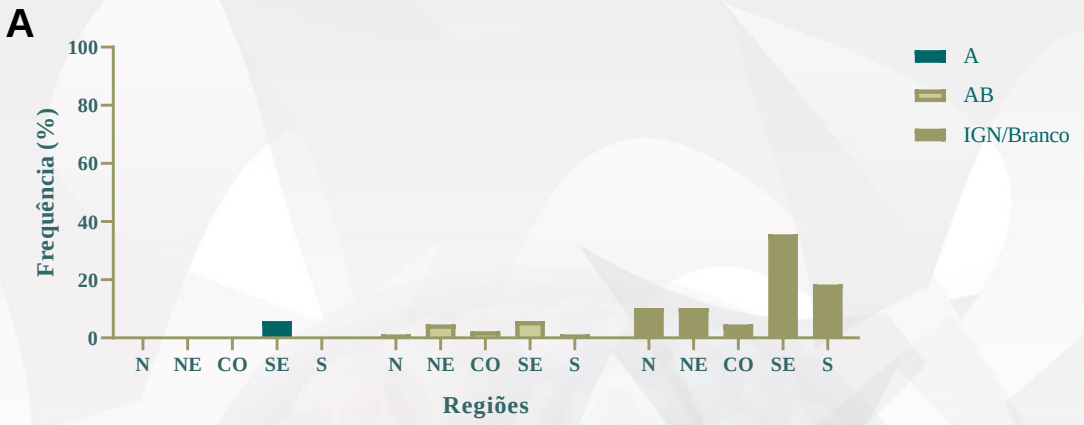
É importante evidenciar, que tanto na Figura 3 e 5, há uma quantidade considerável de dados subnotificados, o que dificulta o delineamento do perfil epidemiológico da patologia em estudo, assim como, o desenvolvimento de medidas para prevenir a doença.

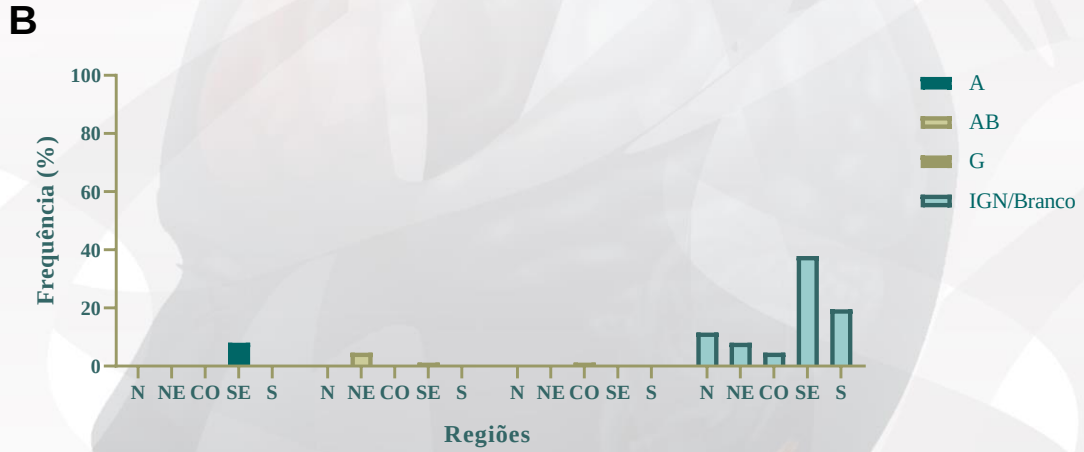
A toxina botulínica responsável pelo botulismo alimentar, pode ser confirmada pela presença da toxina na amostra do paciente, como soro, fezes, aspirado gástrico ou vômito e bioensaio com camundongos, bem como, ser extraída direto do alimento investigado (DEMBEK *et al.*, 2007).

A pesquisa realizada por Rowlands e colaboradores (2010), em uma instituição de referência no Brasil, confirmou a presença da toxina tanto por análise da amostra clínica quanto bromatológica, concordando com o presente estudo. Detectou a toxina do tipo A e AB no soro, tipo AB no conteúdo gástrico, não identificando as toxinas nas fezes. No alimento, detectou as toxinas A e AB na maioria das amostras analisadas. Os pesquisadores também mencionaram a importância da quantidade de amostra, que deve ser suficiente para a detecção da toxina no laboratório. Fato que impossibilitou a identificação da toxina em algumas amostras examinadas. No presente estudo, não foi obtido dados referentes aos tipos de amostras e de alimentos, por não estar disponível no arquivo do DATASUS.

Na Figura 6A, observa-se que a toxina A identificada em amostras clínicas teve ocorrência na região sudeste (5,8%; n.5), enquanto a toxina AB foi evidenciada em todas as regiões, destacando-se nas regiões sudeste (5,8; n.5) e nordeste (4,6%; n.4). Na Figura 6B, referente a toxinas identificadas nos alimentos, a toxina A apresentou maior prevalência na região sudeste (8,0%; n.7), a toxina AB na região nordeste (4,6%; n.4) e a toxina G, na região Centro-Oeste (1,2%; n.1).

Figura 6 - Tipos de toxinas botulínicas identificadas em amostras clínicas e na análise bromatológica de acordo com a região, no período de 2007 a 2021. A) Toxinas identificadas em amostras clínicas; B) Toxinas identificadas por análise bromatológica.





Fonte: Ministério da saúde/SVS –
Sistema de Informação de agravos de notificação - Sinan Net.

Legenda: N- Norte; N- Nordeste; CO- Centro-Oeste; SE- Sudeste; S- Sul; IGN- ignorado.

Estudos mostram que os casos confirmados de botulismo foram mais prevalentes na região Sudeste, seguido da região Sul, região Nordeste, região Centro-Oeste e região Norte (OLIVEIRA *et al.*, 2019; SILVA *et al.*, 2020a). Silva e colaboradores (2020a), no período de 2008 a 2018, observaram que o estado brasileiro com maior ocorrência de casos de botulismo foi São Paulo (30,5%), na qual acredita-se que está relacionado ao acentuado consumo de produtos industrializados e produtos preparados e distribuídos no comércio de alimentos.

Na análise de Rowlands e colaboradores (2010), as toxinas isoladas, tanto de amostras clínicas como alimentos, na região Sudeste e Nordeste foram tipo A e AB, e região Centro-Oeste, tipo A. No estudo realizado, os dados corroboram com os da região Sudeste, enquanto diferem da região Nordeste, em que foi detectada somente a toxina AB e na região Centro-Oeste, toxina AB e G (Figura 6).

CONCLUSÕES

O botulismo alimentar foi a forma clínica mais frequente no estudo realizado, no período de 2007 a 2021, no qual foi confirmado tanto pelo diagnóstico laboratorial quanto clínico epidemiológico, em que as toxinas mais prevalentes foram a A e AB, toxinas de relevância clínica devido apresentar considerável gravidade quanto ao botulismo em humano, detectadas em amostras clínicas e alimentos.

A subnotificação de dados observados no estudo em relação a detecção e tipificação da toxina, mostra a necessidade de capacitar os profissionais de saúde de estabelecimentos responsáveis pela análise de amostras, como a coleta de material suficiente para o diagnóstico laboratorial; e pelos órgãos de vigilância de doenças sob notificação compulsória, exigindo o registro de todos os dados relevantes. A ausência de informações referentes ao tipo de alimento contaminado, o tipo de amostra clínica utilizada para detecção da toxina ou micro-organismo, dificulta o gerenciamento de ações que contribuem para um melhor controle da doença.

O conhecimento do perfil das toxinas envolvidas na síndrome botulínica é importante para que se possa realizar medidas preventivas, identificando os alimentos mais suscetíveis as cepas de *Clostridium botulinum*, em consideração aos estudos que mostram a relação da toxina com o tipo de alimento, e com isso, realizar ações que orientem a comunidade quanto ao manuseio, preparo e armazenamento adequado do alimento, bem como, exigir a atuação de órgãos fiscalizadores sob produtos preparados no comércio e industrializados, evitando o surgimento de prováveis surtos.

REFERÊNCIAS

ANNIBALLI, F.; AURICCHIO, B.; FIORE, A.; LONATI, D.; LOCATELLI, C. A.; LISTA, F.; FILLO, S.; MANDARINO, G.; DE MEDICI, D. Botulism in Italy, 1986 to 2015. **Euro surveillance**, Sweden, v. 22, n. 24, jun. 2017.

BRUNT, J.; VLIET, A. H. M.; STRINGER, S. C.; CARTER, A. T.; LINDSTRÖM, M.; PECK, M. W. Pan-Genomic Analysis of *Clostridium botulinum* Group II (Non-Proteolytic *C. botulinum*) Associated with Foodborne Botulism and Isolated from the Environment. **Toxins**, Switzerland, v. 12, n. 5, p. 1-19, maio 2020.

CAI, S.; KUMAR, R.; SINGH, B. R. Clostridial Neurotoxins: Structure, Function and Implications to Other Bacterial Toxins. **Microorganisms**, Switzerland, v. 9, p. 1-30, out. 2021.

CARRILLO-MARQUEZ, M. A. Botulism. **Pediatrics in Review**, Estados Unidos, v. 37, n.5, p. 183-192, maio 2016.

CERESER, N. D.; COSTA, F. M. R.; ROSSI JUNIOR, O. D.; SILVA, D. A. R.; SPEROTTO, V. R. Botulismo de origem alimentar. **Ciência Rural**, Santa Maria, v. 38, n. 1, p.280-287, jan-fev. 2008.

DEMBEK, Z. F.; SMITH, L. A.; RUSNAK, J. M. Botulism: Cause, Effects, Diagnosis, Clinical and Laboratory Identification, and Treatment Modalities. **Disaster Medicine and Public Health Preparedness**, Philadelphia, v. 1, n. 2, p. 122-134, Nov. 2007.

GAWARE, V. M.; KOTADE, K. B.; DOLAS, R. T.; DHAMAK, K. B.; SOMAWANSHI, S. B.; NIKAM, V. K. Botulism foodborne disease: a review. **Journal of Chemical and Pharmaceutical Research**, India, v. 3, n. 1, p. 84-92, 2011.

HOBBS, R. J.; THOMAS, C. A.; HALLIWELL, J.; GWENIN, C. D. Rapid Detection of Botulinum Neurotoxins: a review. **Toxins**, Switzerland, v. 11, n. 7, p. 1-28, Jul. 2019.

LÚQUEZ, C.; EDWARDS, L.; GRIFFIN, C.; SOBEL, J. Foodborne Botulism Outbreaks in the United States, 2001–2017. **Frontiers in Microbiology**, Switzerland, v. 12, p. 1-5, Jul. 2021.

OLIVEIRA, J. F.; BRUM, A. N.; LOURENÇO, L. G. Botulismo alimentar no Brasil, 2001-2015, **Research, Society and Development**, Itajubá, v. 8, n. 12, p. 1-11, Nov. 2019.

PECK, M. W. *et al*. Historical Perspectives and Guidelines for Botulinum Neurotoxin Subtype Nomenclature. **Toxins**, Switzerland, v. 9, n. 1, p. 1-21, Jan. 2017.

RAO, A. K.; SOBEL, J.; CHATHAM-STEPHENS, K.; LUQUEZ, C. Clinical guidelines for diagnosis and treatment of botulism. **Morbidity and Mortality Weekly Report**, Atlanta, v. 70, n. 2, maio 2021.

RASETTI-ESCARGUEIL, C.; LEMICHEZ, E.; POPOFF, M. R. Human botulism in France. **Toxins**, Suiça, v. 12, n. 338, p. 1-16, maio 2020.

RESTANI, L. *et al*. Botulism neurotoxins A and E undergo retrograde axonal transport in primary motor neurons. **PLOS Pathogens**, São Francisco, v. 8, n. 12, p. 1-19, dez. 2012.

ROWLANDS, R. E. G. et al. Botulismo no Brasil, 2000-2008: epidemiologia, achados clínicos e diagnóstico laboratorial. **Revista do Instituto de Medicina Tropical de São Paulo**, São Paulo, v. 52, n. 4, p. 183-186, jul./ago. 2010.

SILVA, A. P.; LIMA, B. T. M.; CÂNDIDO, M. B.; ARAÚJO, J. M. D.; DUARTE, A. B. S.; ANDRADE JUNIOR, F. P. Perfil epidemiológico de acometidos por botulismo no Brasil entre os anos de 2008 a 2018. **Research, Society and Development**, Vargem Grande Paulista, v. 9, n. 4, p. 1-14, mar. 2020a.

SILVA, L. F. *et al*. **Casos confirmados de botulismo no brasil no decênio 2010 A 2019:** uma análise das notificações. In Saúde pública no século XXI: uma abordagem sobre a epidemiologia, Triunfo: Omnis Scientia, p. 72-84, 2020b. Disponível: <https://www.researchgate.net/publication/347382851_CASOS_CONFIRMADOS_DE_BOTULISMO_NO_BRASIL_NO_DECENIO_2010_A_2019_UMA_ANALISE_DAS_NOTIFICACOES>. Acesso em: 15 mai. 2022.

TERILLI, R. R.; MOURA, H.; WOOLFITT, A. R.; REES, J.; SCHIELTZ, D. M.; BARR, J. R. A historical and proteomic analysis of botulinum neurotoxin type/G. **BMC Microbiology**, England v. 11, n. 232, out. 2011.

ZATTI, C. A. Botulismo: conhecendo os casos brasileiros notificados entre 2007 a junho de 2013. **Revista Contexto & Saúde**, Ijuí, v. 13, n. 24, p. 24-25, jan-jun/ jul. Dez. 2013.

EFEITO DA ESTIMULAÇÃO VIBRATÓRIA EM HEMIPARÉTICOS ESPÁSTICOS PÓS ACIDENTE VASCULAR CEREBRAL – UMA REVISÃO INTEGRATIVA DA LITERATURA

EFFECT OF VIBRATORY STIMULATION IN HEMIPARESIS SPASTIC POST STROKE – AN INTEGRATING LITERATURE REVIEW

EFECTO DE LA ESTIMULACIÓN VIBRATORIA EN HEMIPARÉTICAS ESPÁSTICAS DESPUÉS DE ACV – UNA REVISIÓN INTEGRADORA DE LA LITERATURA

Taíse Dionísio da SILVA[33]
Gabriel Martins DE ARAÚJO[34]
Rodrigo Augusto Xavier de Sousa BARROS[35]
Rêncio Bento FLORÊNCIO[36]

RESUMO

Introdução: O acidente vascular cerebral (AVC) se caracteriza por uma perturbação e perda da função cerebral, de origem isquêmica ou hemorrágica, que tem como principal manifestação clínica a espasticidade. O estímulo vibracional constitui um novo recurso terapêutico para a reabilitação, visando à modulação dessa disfunção tônica. **Objetivo:** o objetivo desse trabalho foi Investigar através de uma revisão integrativa da literatura as evidências cientificas do estímulo vibratório na espasticidade e na função motora de pacientes pós AVC. **Metodologia:** Foi realizada uma revisão integrativa da literatura que analisou e recolheu os efeitos da terapia vibratória sobre a espasticidade, tendo a respectiva localização dos artigos na base de dados: LILACS, SCIELO, MEDLINE.

[33] Graduação em Fisioterapia – UNICEUNA/2017. (E-mail: taisedsouza.td@gmail.com).
[34] Graduação em Fisioterapia – UNICEUNA/2021. (E-mail: gabrielaraujo9966@outlook.com).
[35] Especialização em Fisioterapia Neurofuncional – UEPB/2010, Graduação em Educação Física – UFRN/2014, -Graduação em Fisioterapia – UNP/2006. Supervisor de Estágio, Docente e Orientador/TCC do Curso de Fisioterapia do Centro Universitário Natalense, (E-mail: rodrigoaugustox@yahoo.com.br).
[36] Doutor em Biotecnologia em Saúde - UFRN/2018, Graduação em Fisioterapia - UFRN/2011, Coord. do Grupo de Pesquisa "Liga Acadêmica de Fisioterapia Intensiva e Cardiopulmonar (LAFICAP)", Coordenador, Supervisor de Estágio, Docente Universitário e Orientador de Iniciação Científica do Curso de Fisioterapia do Centro Universitário Natalense, (E-mail: rencio.bf@hotmail.com).

Resultados: Após os cruzamentos das palavras chaves foram encontrados 76 artigos nas 3 bases de dados, de acordo com os critérios de inclusão e exclusão restaram 8 artigos para análise dos resultados. **Conclusão:** conclui-se que a maior parte dos artigos estudados o estímulo vibratório mostra-se potencialmente promissor para a restauração do paciente, aumentando a eficiência do tratamento contra espasticidade, contudo ainda há estudos que se contradizem a respeito dos estímulos, por não terem significância estatística que aponte melhora clinica nos resultados propostos.

Palavras-chaves: AVC, hemiparesia, estimulação, vibração, tônus.

ABSTRACT

Introduction: Stroke is characterized by a disturbance and loss of brain function, of ischemic or hemorrhagic origin, whose main clinical manifestation is spasticity. The vibrational stimulus constitutes a new therapeutic resource for rehabilitation, aiming at modulating this tonic dysfunction. **Aim:** The objective of this work was to investigate, through an integrative literature review, the scientific evidence of vibratory stimulation in spasticity and motor function in post-stroke patients. **Methodology:** An integrative literature review was carried out that analyzed and collected the effects of vibration therapy on spasticity, with the respective location of the articles in the database: LILACS, SCIELO, MEDLINE. **Results:** After crossing the keywords, 76 articles were found in the 3 databases, according to the inclusion and exclusion criteria, 8 articles remained for analysis of the results. **Conclusion:** it is concluded that most of the articles studied the vibratory stimulus shows to be potentially promising for the restoration of the patient, increasing the efficiency of the treatment against spasticity, however there are still studies that contradict each other regarding the stimuli, for not having statistical significance that points to clinical improvement in the proposed results.

Keywords: stroke, hemiparesis, stimulation, vibration, tonus.

RESUMEN

Introducción: El ictus se caracteriza por una alteración y pérdida de la función cerebral, de origen isquémico o hemorrágico, cuya principal manifestación clínica es la espasticidad. El estímulo vibracional constituye un nuevo recurso terapéutico para la rehabilitación, con el objetivo de modular esta disfunción tónica. **Objetivo:** El objetivo de este trabajo fue investigar, a través de una revisión integrativa de la literatura, la evidencia científica de la estimulación vibratoria en la espasticidad y la función motora en pacientes postictus. **Metodología:** Se realizó una revisión integrativa de la literatura que analizó y recopiló los efectos de la terapia vibratoria en la espasticidad, con la respectiva ubicación de los artículos en la base de datos: LILACS, SCIELO, MEDLINE. **Resultados:** Después de cruzar las palabras clave, se encontraron 76 artículos en las 3 bases de datos, de acuerdo con los criterios de inclusión y exclusión,

quedaron 8 artículos para el análisis de los resultados. **Conclusión:** se concluye que en la mayoría de los artículos estudiados el estímulo vibratorio se muestra potencialmente prometedor para la restauración del paciente, aumentando la eficacia del tratamiento contra la espasticidad, sin embargo, aún existen estudios que se contradicen entre sí en cuanto a los estímulos, por no teniendo significación estadística que apunta a una mejoría clínica en los resultados propuestos.

Palabras clave: accidente cerebrovascular, hemiparesia, estimulación, vibración, tono.

INTRODUÇÃO

De acordo com a Organização Mundial da Saúde, o Acidente Vascular cerebral (AVC) é definido como sendo uma síndrome clínica, de origem vascular, instalação repentina e não convulsiva que perdura por mais que 24 horas, resultando na perda da função neurológica específica[1]. Classifica-se como a segunda causa de morte mais comum no mundo, sendo considerada uma das doenças mais incapacitantes limitando assim a qualidade de vida do paciente. No Brasil o AVC também tem sido uma doença responsável por alta taxa de mortalidade, invalidez e de elevado custo social e econômico[2] sendo considerado um problema de saúde pública relevante em virtude de sua alta frequência e de grande impacto físico e social na população[3].

Apresenta-se de duas formas, sendo elas, isquêmica e hemorrágica. O AVC isquêmico é o tipo mais comum, presente em cerca de 80% dos casos. Ocorre pela diminuiçao do fluxo sanguíneo cerebral, que pode ser decorrente de uma obstrução arterial, um trombo ou um êmbolo, e são classificadas em tres tipos: transitório, trombótico e embólico[4].

O tipo hemorrágico e o menos comum presente em cerca de 20% dos casos, mas não menos grave. Ocorre pela ruptura de um vaso sanguíneo intracraniano, onde o sangue pode extravasar para o interior do cerébro, provocando uma hemorragia cerebral, ou para o espaço entre o cerébro e a membrana aracnóide provocando uma hemorragia subaracnóide. O AVC hemorrágico pode vir acompanhado de dor de cabeça intensa e vômitos, de início repentino geralmente durante o dia[5].

As manifestações clínicas do AVC estão relacionadas a localização, e extensão da lesão vascular, podendo gerar déficit de controle motor, envolvendo padrões anormais de movimento; diminuição da velocidade da marcha; alteração do estado cognitivo ou afetivo; disartria, disfagia; distúrbios visuais; e alterações no nível de consciência. Podendo ainda observar a hemiplegia e/ou hemiparesia que é caracterizada pela perda total ou parcial da função motora, resultando em vários níveis de comprometimento e incapacidade[6, 7].

O AVC compreende duas fases, a fase flácida e a espástica. Na fase flácida ocorre uma diminuição do tônus muscular, havendo perda motora geral, perda sensorial severa, fraqueza muscular, diminuição do tônus muscular, que dura de 3 a 6 meses. Na fase espástica, há uma pequena recuperação da função motora e a evolução para a espasticidade, ocorre até 6 meses após a lesão[8].

A espasticidade pode ser definida como o aumento do tônus muscular, com exacerbação dos reflexos profundos, decorrente de hiperexcitabilidade do reflexo de estiramento. Associa-se, dentro da síndrome do neurônio motor superior, com a presença de fraqueza muscular, hiperreflexia profunda e presença de reflexos cutâneo-musculares patológicos, como o sinal de Babinski. Diversas modalidades terapêuticas são utilizadas na tentativa de minimizar a espasticidade, no entanto, estudos sugerem efeitos benéficos da estimulação somatossensorial, através da terapia vibratória[7]. A vibração aplicada no músculo esquelético em humanos induz uma resposta reflexa nomeada por reflexo vibração tônica (RVT) que se assemelha com o reflexo de estiramento clássico. Este reflexo tende a produzir contração sustentada do músculo vibrado e através da inervação recíproca provoca relaxamento simultâneo do seu antagonista[9].

Em pacientes espásticos pós AVC, sabe-se que os estímulos vibracionais ativam o tecido conjuntivo, e as fibras nervosas do tipo Ia, Ib, II,(fibras de contração rápidas) ativando assim fuso muscular e o órgão tendinoso de golgi, que são responsáveis por detectar o comprimento e a tensão muscular, assim a vibração extrema vai estimular as fibras nervosas e o OTG causando um relaxamento instantâneo no músculo, que irá

atuar diretamente no músculo espástico, modulando o tônus, além de contribuir para a propriocepção através da retroalimentação dos receptores de estiramento, consequentemente, aumentando a funcionalidade[10,11]. Recentemente foram desenvolvidos inúmeros aparelhos produtores de vibração, tais como halteres vibratórios, plataformas vibratórias, almofadas, esteiras, dentre outros, e paralelamente à disseminação desses aparelhos, muitos estudos têm sido realizados para verificar sua eficiência. O tema escolhido é de suma importância para indivíduos com sequelas de AVC, pois faz-se necessário o estudo e o uso de novas tecnologias como o estímulo vibratório para a melhora e a restauração do padrão normal desse sujeito, aumentando assim sua funcionalidade e recuperação das atividades de vida diária (AVD'S). Dessa forma o objetivo desse trabalho foi investigar por meio de uma revisão integrativa da literatura as evidências cientificas do estímulo vibratório na espasticidade e função motora de pacientes pós AVC.

METODOLOGIA

Para a seleção dos artigos foi utilizado a base de dados da *BVS* (*Biblioteca virtual em saúde*) que incluíram artigos das bases de dados *LILACS (Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde), SCIELO (Scientific Electronic Library Online)* e *MEDLINE (Medical Literature Analysis and Retrieval Sistem on-line).*

Os critérios de inclusão dos artigos definidos para a presente revisão integrativa foram: artigos publicados em português e em inglês com os resumos disponíveis nas bases de dados selecionadas, no período compreendido entre 2005 à 2016; artigos publicados cuja metodologia fosse baseada em evidências, ou seja, ensaios clínicos randomizados controlados individuais, séries de casos, estudos de caso ou estudos com delineamento de pesquisa quase-experimental; estudos de caráter descritivo com abordagem quantitativa dos dados, estudos prospectivos, estudos de corte, estudos longitudinal, quantitativo e comparativo; artigos que retratem os efeitos da terapia vibratória sobre a espasticidade.

Foram excluídos artigos com pacientes na fase aguda do AVC, artigos com sujeitos com outras patológicas associadas outras patologias associadas, artigos duplicados. Foram utilizados os descritores: AVC; hemiparesia; estimulação; vibração; tônus, e seus respectivos em inglês: stroke; hemiparesis; stimulation; vibration; tone. Foram cruzadas as seguintes palavras chaves: AVC e vibração, hemiparesia e vibração, tônus e vibração, stroke and vibration. As palavras chaves tiveram os seguintes cruzamentos: AVC and vibração; hemiparesia and vibração; tônus and vibração; stroke and vibration. Para a análise e posterior síntese dos artigos que atenderam aos critérios de inclusão e exclusão foi utilizado um quadro, que contemplou os seguintes aspectos: Nome dos autores; ano de publicação; tipo de estudo; objetivo do estudo; métodos; resultados; e conclusões.

RESULTADOS

Após os cruzamentos das palavras chaves foram encontrados 76 artigos nas 3 bases de dados, de acordo com os critérios de inclusão e exclusão restaram 8 artigos para análise dos resultados.

Os artigos descritos trata-se de casos relatando a estimulação vibratória em hemiparéticos espásticos pós acidente vascular cerebral, falam sobre o uso e os efeitos nessa população específica, relatam método e técnicas para avaliação do músculo antes e pós o estímulo (Quadro 1).

Quadro 1. Detalhamento dos artigos envolvendo a análise do estímulo vibratório na espasticidade e função motora de pacientes pós **AVC.**

Autor/ ano de publicação	Tipo de estudo	Objetivo	Metodologia	Resultados	Conclusão
Bacha *et al.* 2015	Estudo de caso, experimental e longitudinal.	Investigar o efeito de um protocolo de treino com a plataforma vibratória sobre a mobilidade funcional de um adulto mais velho com sequela de AVC.	• Amostra: um adulto com hemiparesia à esquerda. • Parâmetros para avaliação: plataforma vibratória, EEB, TUG. • Intervenção: exercícios uni podal de flexão de quadril e joelho, dorsiflexão, e exercícios de equilíbrio. • Tempo e seções: 10 seções de 45 mim cada.	A proposta do protocolo, de exercícios funcionais na plataforma vibratória interferiu positivamente na mulher com sequela de AVC isquêmico, pois obteve um aumento da sua mobilidade funcional e redução no tempo de execução do teste TUG.	Conclui-se que o treinamento com a plataforma vibratória foi eficaz uma vez que se notou uma melhoria de equilíbrio e mobilidade, o que pode interferir positivamente na capacidade funcional.

Silva *et al.* 2010	Ensaio clínico randomizado	Objetivou-se investigar os efeitos imediatos e de curta duração da estimulação vibracional na espasticidade e atividade muscular, do membro inferior de sujeitos hemiparéticos.	• Amostra: 27 sujeitos apresentando sequelas clínicas de AVC • Parâmetros para avaliação: goniometria e almofada vibratória com frequência de 80 Hz e EMG. • Intervenção: sujeito sentados, descalços, joelhos flexionados e tornozelos em um ângulo de 90° sobre a almofada vibratória. • Tempo e seções: 1 seção com duração de 15 mim.	Houve um aumento significativo, da amplitude de movimento, a atividade eletromiográfica apresentou um aumento significativo entre o valor de pré-vibração e pós cinco minutos do término da vibração no músculo gastrocnêmio e tibial anterior e pós dez minutos do término da vibração em ambos os músculos.	Pode-se concluir que a estimulação vibratória interferiu na modulação do tônus, na atividade muscular, promovendo o ganho de amplitude de movimento da articulação do tornozelo dos sujeitos avaliados.
Silva, 2013	Ensaio clínico randomizado paralelo, prospectivo, controlado, com cegamento somente dos avaliadores.	Investigar o efeito imediato da vibração de corpo inteiro na função motora de pacientes acometidos por Acidentes Vascular Cerebral (AVC).	• Amostra: 43 indivíduos, com sequela de hemiparesia • Parâmetros para avaliação: plataforma vibratória, eletromiografia (TC6M), (TSE), (TUG). • Intervenção: na vibração em pé, vibração com joelho em semiflexão, vibração com os joelhos fletidos a 90 graus, vibração com apoio bipodal, e vibração com apoio unipodal sobre o membro acometido. Tempo e seções: por 4 períodos de 60 segundos, havendo descanso de 60 segundos em cada período.	Não foram identificadas nenhum aumento estatístico significativo em relação aos testes aplicados: EMG, TSE, TC6M, TUG; porém os familiares relataram melhora em suas atividades de vida diária.	O efeito imediato da vibração de corpo inteiro não contribuiu para melhora das funções motoras em pacientes acometidos por acidente vascular cerebral.
Ortolan *et al.* 2005	Ensaio clínico	Avaliar os efeitos da terapia vibratória de baixa frequência nos membros superiores de pacientes com espasticidade.	• Amostra: 8 indivíduos hemiplégicos. • Parâmetros para avaliação: goniometria eletromiografia, e vibração de baixa frequência • Intervenção: realizada vibração nos músculos bíceps e tríceps do lado acometido. Tempo e seções: foram realizadas 35 dias, com 15 sessões sendo três vezes por semana, com um intervalo de 48 horas entre cada sessão.	Foram observados ganhos significativos na ADM da articulação do cotovelo após a aplicação da terapia vibratória de baixa frequência. E a evolução do valor RMS do sinal mioelétrico do músculo bíceps braquial nos 3 (antes durante e após 15 dias) nota-se que foram obtidos maiores valores na captação realizada logo após o tratamento, e houve uma diminuição do valor do mesmo, na avaliação feita 15 dias após o final do tratamento,	Considerou-se que o tratamento foi benéfico para os pacientes, pois a ADM aumentou significantemente, o que caracteriza a diminuição do grau de espasticidade e melhora no controle motor.
Howeler *et al.* 2010	Estudo de caso	Analisar a influência da vibração sobre os membros superiores espásticos, através do teste de Wolf.	• Amostra: uma paciente com 44 anos com espasticidade. • Parâmetros para avaliação: escala de Ashworth Teste Motor de Wolf (avaliação funcional), vibração de baixa frequência 60 Hz. • Intervenção: A terapia vibratória foi aplicada em contato direto com a pele perpendicularmente ao tendão distal do músculo tríceps braquial. • Tempo e seções: em quatro dias consecutivos, com sessões equivalentes a 15 minutos de duração.	Paciente mostrou que houve redução na média de tempo para realização das tarefas do Teste Motor de Wolf. Na primeira avaliação do teste, antes da terapia vibratória, a Paciente realizou apenas duas das 15 tarefas. Na segunda avaliação do teste, após o término de todas as sessões da terapia vibratória, a paciente conseguiu realizar quatro das 15 tarefas do teste, a espasticidade reduziu a partir da segunda seção.	Terapia vibratória pode ser eficaz, reduzindo o grau de espasticidade a curto prazo e aumentando a capacidade funcional do membro plégico permitindo a realização de suas atividades de vida diária e com maior independência, apontando para o método como opção terapêutica útil no atendimento de paciente vítima de AVE.

Myoung Park 2015	Ensaio Clínico	Examinar o efeito do estímulo vibratório durante o ciclo da marcha em pacientes com AVC cronico com capacidade de marcha deteriorada devido à queda do pé.	• Amostra: 30 pacientes com AVC. • Parâmetros para avaliação: pedais e máquinas de vibração, e um sistema de análise de marcha. • Intervenção: o estímulo vibratório foi aplicado no músculo tibial anterior do lado afetado a partir da fase de contacto inicial da marcha. • Tempo e seções: foram realizados 6 estímulos, 3 com terapia vibratória e analisado apos 5 mim e 3 sem a terapia vibratória.	Os parâmetros da marcha após a aplicação de estimulação vibratória foram comparados sem a terapia vibratória a velocidade, a cadência e o tempo dos passos sob estimulação vibratória do músculo tibial anterior foi significativamente mais elevada do que sem o estimulo.	O estudo mostrou que a aplicação de estimulação vibratória para o músculo tibial anterior dos pacientes com AVC aumentou significativamente parâmetros da marcha gerais, tais como velocidade e cadência e tempo de passo, a aplicação da estimulação vibratória no músculo tibial anterior durante o ciclo da marcha pode ser utilizado como um método eficaz para a reabilitação da marcha em pacientes com AVC
Caliandro *et al.* 2012	Estudo controlado randomizado piloto.	Examinar o efeito clínico e focal repetitivo da vibração muscular sobre a função motora do membro superior 1 mês após o tratamento, em pacientes com espasticidade pós acidente vascular encefálico.	• Amostra: 49 pacientes (GE: 28, GC: 21) • Parâmetros para avaliação: transdutor eletromecânico, frequência de vibração de 100Hz, teste de wolf e Ashworth. • Intervenção: aplicada ao peitoral menor e o bíceps braquial do membro afetado. Tempo e seções: Para cada músculo, as aplicações consistiram em 3 sessões de vibração, cada uma com uma duração de 10 minutos. Um intervalo de 1 minuto	Os resultados mostraram que a probabilidade de melhora clínica é 2 vezes maior no grupo estudo do que no grupo controle apesar da ausência de significância estatística por causa do pequeno tamanho da amostra. E 1 mês após o tratamento. Nenhum evento adverso foi observado nos 2 grupos, porém houveram aumento significativo no teste motor e nas atividades de vida diárias.	A terapia aplicada para os membros superiores de pacientes espásticos pós acidente vascular encefálico. Pode ser pouco eficaz considerando que os nossos resultados há falta de provas sobre os efeitos da terapia vibratória.
Forget *et al*. 2010	Ensaio clínico	Avaliar a influência da vibração do vasto lateral sobre a excitabilidade corticomotora e a coordenação da perna em pacientes crônicos	• Amostra: Foram 25 indivíduos. • Parâmetros avaliados: testes t e teste de Wilcoxon, escala de Ashworth. Transdutor de vibração. • Intervenção: vibração nos músculos vasto lateral, sóleo e tibial anterior. durante uma flexão plantar voluntária, • Tempo e seções: única seção durante 12 mim, foram avaliados no repouso, antes, durante e após a vibração.	Os pacientes apresentaram aumento no limiar motor, a vibração aumentou a amplitude dos potenciais evocados motores e diminuiu a inibição intracortical no músculo vibrado, tendo seu efeito potencializado quando aplicada durante a contração voluntária. Observou-se, também, uma melhora da coordenação e da espasticidade.	O aumento da excitabilidade e a melhora clínica obtidos após uma única sessão de vibração justificam futuros estudos para investigar os efeitos de um programa de intervenção usando a vibração muscular para otimizar a recuperação sensório-motora pós AVC.

EEB: escala de equilíbrio de Berg; TUG: time up and go; EMG: eletromiografia; TC6M: teste da caminhada dos seis minutos; TSE: teste de subir escada.

DISCUSSÃO

O músculo esquelético é um tecido especializado que modifica sua capacidade funcional em resposta a diferentes estímulos. O corpo humano responde à vibração de forma complexa, pois esta impõe uma atividade de hipergravidade em função de altas acelerações. A ação mecânica da vibração é realizada para produzir rápidas e curtas mudanças no comprimento do complexo músculo-tendíneo.[12,13] Essa perturbação é detectada por receptores sensoriais, que modulam a rigidez muscular através de uma atividade reflexa que pode ser atribuída às alterações temporárias no funcionamento de estruturas corticais e medulares. Durante a vibração aguda, em curto prazo ocorre um aumento da atividade dos motoneurônios alfa em resposta à ativação do reflexo tônico de vibração. A resposta excitatória, ocasionada por uma ilusão de movimento provocada pela vibração, chamada de reflexo tônico de vibração inverso, que ativa os músculos antagonistas.[14 ,15.]

O aumento da eficiência neuromuscular induz alterações temporárias na excitabilidade de estruturas neurais centrais e periféricas que supostamente, facilitaria a ativação de unidades motoras nos minutos subsequentes, visto que essa ativação das unidades motoras são de duração aguda, estudos relatam que a duração e efetividade do estimulo pode durar ao longo de 15 dias e com isso explicaria as melhoras no desempenho motor de forma aguda com treinamento de vibração essa melhora pode ser devido à intensa estimulação periférica e maior eficiência do uso do feedback proprioceptivo causado pela vibração. [16,17]

Acredita-se ainda que a provável fundamentação para o efeito do relaxamento após a terapia vibratória seja um efeito primário à aplicação do reflexo miotático reflexo que ocorre em resposta ao estiramento de um músculo onde as fibras aferentes levam as informações para o sistema da coluna dorsal e a resposta é a ativação dos motoneurônios alfa resultando na Contração reflexa. Dessa forma, entende-se que a terapia vibratória incita o reflexo miotático, aumentando a aferência do fuso e as conexões medulares, assim o sinal miotático é enviado para centros superiores que

informam o córtex do nível de contração e força produzida, possibilitando a aprendizagem.[18.]

No entanto alguns autores relatam que a vibração realizada em grupos musculares agonistas, que recebem estímulos vibracionais na mesma frequência, não apresentam ilusão de movimento muito menos qualquer resposta motora e nenhum efeito significativo da atividade eletromiográfica contrariando assim alguns dos achados clínicos, que mostraram mudanças temporárias na função das unidades motoras dos músculos agonistas, e modulação da espasticidade do músculo antagonista.

Já utilizando a vibração em grupos musculares antagonistas, verificou-se que o traçado eletroneuromiográfico da resposta do reflexo tônico de vibração seria inferior ao comparado com a musculatura relaxada. Supõe-se que isso se deva à inibição das vias Ib na musculatura antagonista estimulada em conjunto, já que o mecanismo da vibração ainda não é totalmente esclarecido, mostraram que durante a contração voluntaria máxima a aplicação de vibração no músculo agonista produzia aumento no traçado eletromiográfico, já a estimulação do músculo antagonista produzia decaimento na EMG. [19,20.]

Contudo os estudos ainda não trazem parâmetros específicos nem quais aparelhos de vibração são mais eficazes para a ação do relaxamento e diminuição da espasticidade, e ainda traz poucas abordagens sobre seus efeitos crônicos ou tardios, de um mês ou meses após o estimulo, por isso e necessário realizar avaliações em um período tardio ao estimulo para comprovar o seu efeito crônico.

CONCLUSÃO

Diante dos resultados encontrados com base nos artigos pode-se concluir que a maior parte dos artigos estudados o efeito do estímulo vibratório mostra-se potencialmente promissor para a restauração do paciente, aumentando a eficiência do tratamento contra espasticidade, pois o estímulo vibratório ativa regiões do sistema nervoso central ocorrendo remodelagem das vias neurais e plasticidade do sistema

nervoso, visto que o estimulo pode ser eficaz para aumento da atividade eletromiográfica, aumento da amplitude de movimento, melhoria de equilíbrio e mobilidade funcional, cadencia e velocidade da marcha e modulação do tonus muscular dos pacientes. Contudo, ainda há estudos que contradizem a respeito dos estímulos, por não terem significância estatística que aponte melhora clínica nos resultados propostos. Assim se faz necessário mais estudos relacionados à terapia vibratória, com um maior número de sessões, para verificar melhor seus benefícios.

REFERÊNCIAS

1. Malta, Deborah Carvalho, et al. "A construção da vigilância e prevenção das doenças crônicas não transmissíveis no contexto do Sistema Único de Saúde." Epidemiologia e Serviços de Saúde 15.3 (2006): 47-65.

2. COSTA, IANDRA MARIA PINHEIRO DE FRANÇA. A qualidade de vida de pacientes sobreviventes de acidente vascular encefálico. Diss. Dissertação. (Mestrado em Saúde e Ambiente), 2008.

3. Rolim, C. L. R. C., and Monica Martins. "Qualidade do cuidado ao acidente vascular cerebral isquêmico no SUS Quality of care for ischemic stroke in the Brazilian Unified National Health System." Cad. saúde pública 27.11 (2011): 2106-2116.

4. Cancela, Diana Manoela Gomes. "O acidente vascular cerebral–classificação, principais consequências e reabilitação." O portal do Psicólogo, Portugal (2008).

5. Jorge, D.D.C; AVC hemorrágico Relação entre a mortalidade precoce e o volume inicial de hemorragia e edema Covilhã, maio 2009

6. Correia, Diogo Jorge Durais. AVC hemorrágico: relação entre a mortalidade precoce e o volume inicial de hemorragia e edema. Diss. Universidade da Beira Interior, 2009.

7. Abramczuk, Beatriz, and Edlaine Villela. "A luta contra o AVC no Brasil." ComCiência 109 (2009): 0-0.

8. Lessmann, Juliana Cristina, et al. "Nursing activities in self-care and rehabilitation of patients who suffered Stroke.64.1 (2011): 198-202.

9. Beck EK, Neto GNN, Nohama P. Estímulo vibracional na espasticidade - Uma perspectiva de tratamento. Revista de Neurociências. 2010; 18(4):523-30.

10. Batista MAB, Wallerstein LF, Dias RM, Silva RG, Ugrinowitsch C, Tricoli V. Efeito do Treinamento com plataformas vibratórias. Revista Brasileira Ciência e Movimento. 2007; 15(3):103-13.

11. Gillies JD, Lance JW, Neilson PD, Tassinari CA. Presynaptic inhibition of the monosynaptic reflex by vibration. Journal of Physiology. 1969; 205:329-39. PMid:5357239. PMCid:1348605.

12. Bacha, Jéssica Maria Ribeiro, et al. "Impact of sensorimotor training with whole body vibration platform on balance and functional mobility of an elderly individual after a stroke: case report." Fisioterapia e Pesquisa 23.1 (2016): 111-116.

13. Moraes Silva, Janaína, Mario Oliveira Lima, and Alderico Rodrigues de Paula Júnior. "Efeito agudo da estimulação vibratória em hemiparéticos espásticos pós-acidente vascular encefálico." Rev. Bras. Eng. Biom 27.4 (2011): 224-230.

14. Silva, Adriana Teresa. Efeito imediato da vibração de corpo inteiro na função motora em pacientes acometidos por acidente vascular cerebral: ensaio clínico randomizado. Diss. Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Ciências Médicas, 2013.

15. Ortolan, Rodrigo Lício, et al. "Tratamento de terapia vibratória em pacientes com espasticidade." Fisioterapia em Movimento 18.1 (2005): 67-74.

16. Da espasticidade e, no teste motor “Influência da terapia vibratória na redução da espasticidade e no teste motor de Wolf em paciente com acidente vascular encefálico.” Howeler et al. 2010.

17. Park, Jae Myoung, Hee Sung Lim, and Chang Ho Song. "The effect of external cues with vibratory stimulation on spatiotemporal gait parameters in chronic stroke patients." Journal of physical therapy science 27.2 (2015): 377.

18. Caliandro, Pietro, et al. "Focal muscle vibration in the treatment of upper limb spasticity: a pilot randomized controlled trial in patients with chronic stroke." Archives of physical medicine and rehabilitation 93.9 (2012): 1656-1661.

19. Melo, Sibele de Andrade, et al. "ESTUDO EXPLORATÓRIO DOS EFEITOS DA VIBRAÇÃO MUSCULAR SOBRE A EXCITABILIDADE CORTICOMOTORA E A COORDENAÇÃO DO MEMBRO INFERIOR EM INDIVÍDUOS COM HEMIPLEGIA CRÔNICA." Brazilian Journal of Physical Therapy 14.Suppl. 2 (2010): 10-10.

20. Kodama, Takayuki, et al. "Effects of vibratory stimulation-induced kinesthetic illusions on the neural activities of patients with stroke." Journal of physical therapy science 28.2

SATISFAÇÃO E PERCEPÇÃO DA IMAGEM CORPORAL DE PRATICANTES E NÃO PRATICANTES DE GINÁSTICA RÍTMICA

SATISFACTION AND PERCEPTION OF THE BODY IMAGE OF RHYTHMIC GYMNASTICS PRACTITIONERS AND NON-PRACTICS

SATISFACCIÓN Y PERCEPCIÓN DE LA IMAGEN CORPORAL DE PRACTICANTES Y NO PRACTICANTES DE GIMNASIA RÍTMICA

Julia Braga dos Santos FIGUEREDO[37]

Kalina Veruska Bezerra da Silva MASSET[38]

Renata Poliane Nacer de Carvalho DANTAS[39]

RESUMO

A ginástica rítmica se apresenta como um esporte olímpico com raízes nos movimentos ginásticos e desde o princípio mostrou ligação com as artes, a música e com a expressividade. Para o desenvolvimento desta é necessário habilidades como imagem corporal e esquema corporal. Em contrapartida, sabe-se que a cultura corporal do movimento pode trazer uma série de benefícios para o corpo, incluindo o desenvolvimento de habilidades psicomotoras. O estudo tem como objetivo estimar a percepção da imagem corporal de jovens praticantes de Ginástica Rítmica e comparar entre o grupo não praticante. Além disso, procura fazer uma comparação entre grupos a respeito da satisfação corporal. Trata-se de uma pesquisa analítica e descritiva, de corte transversal e abordagem quantitativa, com participação de 33 crianças, do sexo feminino, entre 7e 16 anos. Os dados foram obtidos através de uma entrevista para coleta de dados pessoais seguido da apresentação da escala de silhuetas de Kakeshita (2008) para crianças. Após perguntas a respeito da escala, as participantes tiveram massa e estatura aferidas. Foi encontrado resultado de que o grupo de ginastas apresentou maior quantidade de participantes com boa percepção corporal (43,75%) do que o grupo não praticante (11,76%). Quanto a satisfação corporal o grupo de ginastas também

[37] Graduação em Educação Física – UNICEUNA/2020.

[38] Mestrado em Sport et Performance - U. BESANCON/2004, França. Especialização em Ciência da Atividade Física em Academia – UFRN/2000. Graduação em Educação Física – UFRN/1990. (E-mail: kalinamasset@gmail.com).

[39] Mestrado em Educação Física – UFRN/2017. -Graduação em Educação Física Licenciatura – UNP/2013. Docente Universitária do Curso de Educação Física. Coordenadora e Docente Universitária dos Cursos de Educação Física Bacharelado e Licenciatura do Centro Universitário Natalense – UNICEUNA. (E-mail: nacerrenata@gmail.com).

apresentou resultados de satisfação corporal melhores (62,5%) do que o grupo não praticante (17,65%). Portanto, conclui-se que ginastas parecem possuir melhores habilidades de percepção corporal, sendo necessários mais estudos para estabelecer uma ligação entre a modalidade e a habilidade psicomotora.

Palavras-chave: Ginástica Rítmica, imagem corporal, satisfação corporal.

ABSTRACT

Rhythmic gymnastics presents itself as an Olympic sport with roots in gymnastic movements and from the beginning showed a connection with the arts, music and expressiveness. The development of this requires skills such as body image and body schema. On the other hand, it is known that the body culture of movement can bring a series of benefits to the body, including the development of psychomotor skills. This study aims to estimate the perception of body image of young practitioners of Rhythmic Gymnastics and compare it between the non-practitioner group. In addition, it seeks to make a comparison between groups regarding body satisfaction. This is ananalytical and descriptive research, cross-sectional and quantitative approach, with the participation of 33 female children, aged between 7 and 16 years. Data were obtained through an interview to collect personal data, followed by the presentation of the silhouette scale by Kakeshita (2008) for children. After questions about the scale, the participants had their mass and height measured. A result was found that the gymnasts group had a greater number of participants with good body perception (43.75%) than the non-practitioner group (11.76%). As for body satisfaction, the gymnast group also presented better body satisfaction results (62.5%) than the non-practitioner group (17.65%). Therefore, it is concluded that gymnasts seem to have better body perception skills, and further studies are needed to establish a link between the modality andpsychomotor skill.

Keywords: Rhythmic gymnastics, body image, body satisfaction.

RESUMEN

La gimnasia rítmica se presenta como un deporte olímpico con raíces en los movimientos gimnásticos y desde un principio ha mostrado una conexión con las artes, la música y la expresividad. Para el desarrollo de esta es necesario habilidades como la imagen y el esquema corporales. Por otro lado, se sabe que la cultura corporal del movimiento puede traer una serie de beneficios al organismo, entre ellos el desarrollo de la psicomotricidad. El estudio tiene como objetivo estimar la percepción de la imagen corporal de jóvenes practicantes de Gimnasia Rítmica y compararla con el grupo no practicante. Además, busca hacer una comparación entre grupos en cuanto a la satisfacción corporal. Se trata de una investigación analítica y descriptiva, de enfoque transversal y cuantitativo, con la participación de 33 niños, del sexo femenino, entre 7 y 16 años. Los datos fueron obtenidos a través de una entrevista para recolectar datos

personales seguida de la presentación de la escala de silueta de Kakeshita (2008) para niños. Después de preguntas sobre la escala, se midió la masa y la altura de los participantes. Se encontró como resultado que el grupo de gimnastas tuvo un mayor número de participantes con buena percepción corporal (43,75%) que el grupo de no practicantes (11,76%). En cuanto a la satisfacción corporal, el grupo de gimnastas también mostró mejores resultados de satisfacción corporal (62,5%) que el grupo de no practicantes (17,65%). Por lo tanto, se concluye que las gimnastas parecen tener mejores habilidades de percepción corporal, siendo necesarios más estudios para establecer un vínculo entre la modalidad y la psicomotricidad.

Palabras clave: Gimnasia Rítmica, imagen corporal, satisfacción corporal.

INTRODUÇÃO

A Ginástica Rítmica (GR) é uma modalidade olímpica que combina técnica, arte, expressividade, ritmo e seus cinco aparelhos: corda, bola, arco, maças e fita (PORPINO 2004). Sua origem foi fortemente influenciada pelo Movimento Ginástico Europeu, que buscava educar mulheres para o desenvolvimento da graça, harmonia, sensibilidade e delicadeza (PORPINO, 2004). Até 2023, a GR continua sendo praticada exclusivamente por mulheres, segundo normas da Federação Internacional de Ginástica (FIG), e é um esporte que necessita de níveis elevados de flexibilidade, potência, velocidade, agilidade e interpretação musical, e proporciona o desenvolvimento de capacidades psicomotoras, físicas, de ritmo, lateralidade, equilíbrio, estruturação espacial, organização temporal, esquema corporal, além de domínios cognitivos, afetivo e social (FILHO, BOHME, 2001;DE OLIVEIRA, 2017).

O código de pontuação (CoP) da GR é o documento oficial regulamentado pela FIG que diz respeito as regras e normas da modalidade e, apesar de ser atualizado a cada ciclo olímpico (4 anos), mantém a essência do esporte coesa no decorrer dos anos. Segundo o CoP, as ginastas são avaliadas por alguns critérios, um deles observa o caráter artístico da composição, no que tange a expressividade, utilização do espaço, acompanhamento musical, dentre outros fatores (PORPINO, 2004; DE OLIVEIRA, 2017 e FIG). Sendo assim, a GR se mostra como um esporte cujo próprio código de pontuação valoriza a expressividade do corpo.

Para o desenvolvimento pleno da expressividade faz-se necessário o aperfeiçoamento de capacidades como a imagem e o esquema corporal. Embora estes dois conceitos tenham funções complementares, juntos são aspectos indissociáveis de um fenômeno único: concede ao corpo que se situe no mundo (SCHAFFHAUSER, BREUER, 2007). Estudiosos da área pregam que a imagem corporal se relaciona com aspectos psicológicos e subjetivos, já o esquema corporal com características biológicas e proprioceptivas (MARAVITA, IRIKI, 2004). Portanto, entender-se no mundo e ser capaz de gerar uma imagem de si mesmo lhe confere habilidades para expressar-se por meio do seu corpo.

A imagem corporal é um atributo humano muito complexo. Sua complexidade se dá pelo envolvimento de diversos aspectos, sendo eles cognitivos, sociais, afetivos e motores. De maneira mais específica, Schilder (1999) aponta a imagem corporal como uma representação mental que se faz do próprio corpo, envolvendo autopercepção e experimentação do corpo. Ela se dá de forma autoconstruída, em constante mudança, fazendo parte de processos conscientes e inconscientes e dialoga entre sensações internas de movimentação de músculos, e as memórias, aspirações e experiências afetivas. Ademais, ela engloba ainda a interação com o meio ambiente e com o corpo do outro e, principalmente, dissocia-se das patologias, considerando que eventos diários contribuem para sua formação.

A construção do conceito de imagem corporal perpassa também estruturas sociais como o modelo de corpo ideal atribuído ao corpo feminino pela sociedade. Tais fatores externos e culturais também fazem relação na construção da imagem corporal e auto estima de jovens. Embora o padrão de corpo perfeito tenha se estruturado através dos anos, discussões recentes cada vez mais fortes caminham no sentido da desconstrução.

Para os estudiosos da educação física, Schilder (1999) trouxe também informações relevantes sobre a estreita relação da imagem corporal com o movimento. Através da movimentação do corpo e as experiências produzidas, tentativas e esforço contínuo levam o ser humano a adquirir informações sobre si próprio e sobre o mundo.

Em contrapartida, uma boa construção da imagem corporal reflete em uma qualidade notável na execução dos movimentos (TURTELLI, L. S., *et al*. 2003).

Estudiosos já mostram achados sobre os efeitos positivos da prática esportiva na percepção de imagem corporal em jovens (LEPAGE ML, CROWTHER JH, 2010; RINALDO, *et al*. 2016). Observa-se que esportes como a Ginástica Rítmica presam por um apelo estético e ressalta a expressividade do corpo, em sintonia com uma música. Ser capaz de se expressar apenas através de movimentos e conseguir transmitir mensagens a partir desta relação é indispensável. Cria-se um elo entre estes dois aspectos desde os primórdios da modalidade e é cada vez mais valorizado, através do código de pontuação. Ademais, é uma característica do esporte de conhecimento popular, desde os mais leigos até os especialistas.

Apesar desta relação clara na prática, poucos estudos abordam a ligação entre a necessidade do desenvolvimento desta habilidade com a capacidade própria de imagem corporal. Outrossim, motivações pessoais da autora, por sua relação íntima com o esporte em questão motivaram o desenvolvimento deste estudo. Muito se ouve pelos corredores de uma escola sobre como as ginastas parecem ter pleno domínio de seu corpo, mesmo sendo ágeis e se movimentando rapidamente num intervalo curto de tempo, sendo capaz de expressar suas emoções ou até transmiti-las. Esta pesquisa tem por foco, portanto, estudar a relação entre a modalidade e a percepção da imagem corporal, visando abrir o leque de pesquisas sobre a temática, uma vez que o foco da comunidade acadêmica gira em torno da relação da imagem corporal de ginastas e predisposição para o desenvolvimento de transtornos alimentares e de imagem, igualmente importantes.

Portanto, procura-se encontrar relação entre a prática de modalidades que primam pela expressividade corporal e o desenvolvimento da imagem corporal de jovens praticantes da modalidade.

DESENVOLVIMENTO

Metodologia

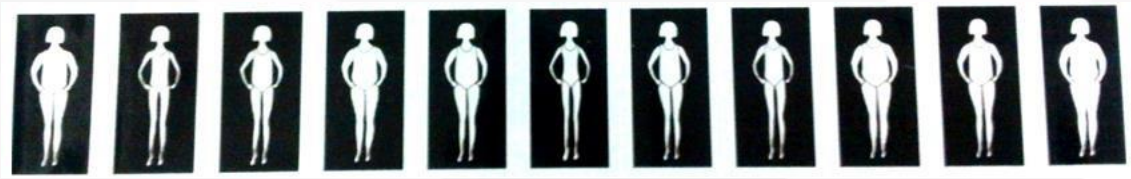
Trata-se de uma pesquisa analítica e descritiva, de corte transversal e abordagem quantitativa. Para o desenvolvimento desta pesquisa foi feita a amostragem por conveniência de 33 crianças, do sexo feminino, sendo 16 meninas praticantes de ginástica rítmica e 17 meninas não praticantes de atividade física.

Como critério de inclusão, o indivíduo precisava praticar há pelo menos três meses a modalidade referida na pesquisa e não possuir deficiência física. Foram excluídos da pesquisa indivíduos que não tinham 3 meses de treino na modalidade referida, ou praticavam outras modalidades.

De início, foi feita uma coleta de dados pessoais, como nome e idade, descritas no apêndice 1. O segundo passo foi apresentar a Escala de Silhuetas de Kakeshita (2008) e foi feita a pergunta “Com qual destas imagens você acha que ser corpo mais se parece?”. E em seguida a segunda pergunta: “Se você quisesse ser diferente, com qual imagem gostaria que ser corpo parecesse?”. A escala referida é composta por 11 imagens em ordem aleatória de silhuetas do sexo feminino. Foi anotado o número referente a imagem apontada e tabulado para posterior análise.

Para evitar a subestimação ou superestimação das escolhas foi definida uma ordem aleatória para as imagens. A ordem das figuras foi definida por Kakeshita em 2008, como 8-2-4-9-6-1-5-3-10-7-11, como mostra a imagem 1 abaixo. A Escala de Kakeshita foi escolhida pelo fato de ter sido uma adaptação feita de acordo com o biotipo brasileiro, levando em consideração as diferenças de etnia, gênero, faixa etária, aspectos culturais, entre outros (KAKHESHITA, 2008).

Imagem 1. Escala de silhuetas de Kakeshita, 2008.



Após a coleta de informações acerca da escala de silhuetas, foram aferidas a massa e estatura das pesquisadas, e calculado o Índice de Massa Corporal (IMC). As imagens utilizadas por Kakeshita possuem margem de IMC base (imagem 2), que também foi utilizado para análise.

Imagem 2. IMC médio e intervalos e IMC atribuídos a cada figura para adaptaçãoda escala de silhuetas para crianças.

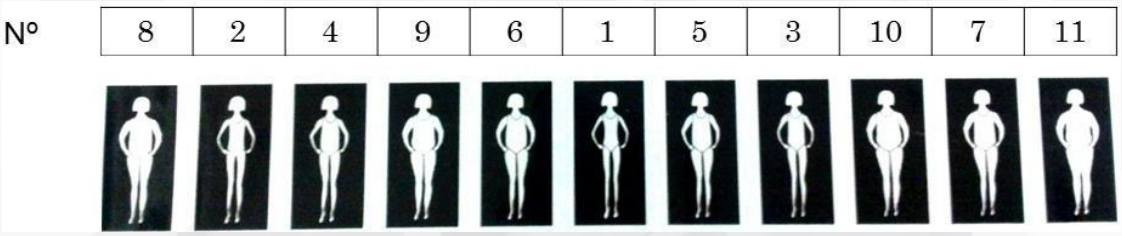


Figura	IMC Médio (kg/m^2)	Intervalo de IMC (kg/m^2)	
		Mínino	Máximo
1	12	11,15	12,84
2	13,7	12,85	14,54
3	15,4	14,55	16,24
4	17,1	16,25	17,94
5	18,8	17,95	19,64
6	20,5	19,65	21,34
7	22,2	21,35	23,04
8	23,9	23,05	24,74
9	25,6	24,75	26,44
10	27,3	26,45	28,14
11	29	28,15	29,85

Para estimativa de satisfação corporal, foi feita a comparação entre a imagem escolhida como percebida (resposta à primeira pergunta) com a imagem escolhida como desejada (resposta à segunda pergunta). Para o caso de escolha das mesmas imagens, classificou-se como satisfeita com sua imagem corporal. Para caso fosse escolhida uma imagem desejada com silhueta menor que a silhueta escolhida como percebida, manifesta-se então a insatisfação com imagem corporal e desejo de emagrecer. Caso fosse escolhida uma imagem desejada com silhueta maior que a percebida, se manifesta então insatisfação com a imagem corporal e desejo de engordar.

Para a percepção corporal, foi feito um comparativo entre o IMC calculado a partir da massa e estatura aferida (IMC real) com o IMC da silhueta escolhida como percebida. Para tanto, em caso de o IMC real se classificar na mesma imagem da silhueta percebida, tem-se uma boa percepção da imagem corporal. Caso o IMC real fosse superior ao da silhueta escolhida como percebida, tem-se uma percepção subestimada da imagem corporal; já no caso contrário, IMC real inferior ao da silhueta escolhida como percebida, tem-se uma percepção superestimada da imagem corporal.

Foram estabelecidos média e desvio padrão dos dados. Os resultados obtidos foram tratados por grupamentos percentuais.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A partir da leitura da tabela 1 é possível observar a caracterização da amostra estudada. Composta por 33 crianças do sexo feminino, com uma média de idade de 10 anos para a amostra em geral. No grupo de praticantes a média de idade é de 10,75, já no grupo não praticante a média é de 9,29 anos. A média de peso da amostra geral é de 40,69 quilos, na divisão de grupos a média do grupo praticante é de 34,99 quilos e o grupo não participante tem média de 43,95 quilos. A altura média da amostra em geral é de 1,40 metros, sendo o grupo não praticante com uma média de 1,44 metros e o grupo praticante tem 1,36 metros de média.

Tabela 1: Caracterização da amostra (N=33). Dados em média e desvio padrão.

	Amostra geral	Praticantes de Ginástica Rítmica	Não praticantes
Idade (anos)	10	10,75±2,35	9,29±0,92
Peso (Kg)	42,04	37,79±09,91	43,95±8,69
Altura (m)	1,45	1,46±0,13	1,44±0,07
IMC (kg/m2)	19,46	17,55±2,52	21,25±3,73

A leitura da variável de percepção corporal está disponível na tabela 2. Desta forma, o grupo de praticantes de GR obteve melhor índice de percepção corporal, sendo este de 43,75%. Ainda neste grupo, 37,5% das participantes possuem uma imagem de si mesma subestimada e 18,75% superestimam sua imagem corporal. No grupo das não praticantes de GR, apenas 11,76% das participantes possuem boa percepção de sua imagem corporal. Ainda neste grupo, 76,47% das meninas possuem uma imagem subestimada de seu corpo e 11,76% possuem uma imagem superestimada.

A leitura da variável de percepção corporal está disponível na tabela 2. Desta forma, o grupo de praticantes de GR obteve melhor índice de percepção corporal, sendo este de 43,75%. Ainda neste grupo, 37,5% das participantes possuem uma imagem de si mesma subestimada e 18,75% superestimam sua imagem corporal. No grupo das não praticantes de GR, apenas 11,76% das participantes possuem boa percepção de sua imagem corporal. Ainda neste grupo, 76,47% das meninas possuem uma imagem subestimada de seu corpo e 11,76% possuem uma imagem superestimada.

Tabela 2: Análise descritiva da percepção de imagem corporal.

Percepção da imagem corporal (%)	Praticantes de Ginástica Rítmica	Não praticantes
Boa percepção	43,75	11,76
Imagem subestimada	37,5	76,47
Imagem superestimada	18,75	11,76

Gonçalves, Campana e Tavares (2012) apontaram que estudos científicos sobre imagem corporal possuem grande foco na satisfação corporal, deixando subexplorada as dimensões perceptivas e atitudinais e da relação entre atividade física e desenvolvimento da imagem corporal. Alfermann e Stoll (2000) mostra que seu grupo experimental, que realizou atividades fitness duas vezes por semana, obteve melhores resultados para autoconceito físico, do que seu grupo controle.

Ao que se refere a satisfação corporal, a leitura dos resultados está descrita na tabela 3 abaixo. O grupo praticante também obteve melhores índices em comparativo com o outro grupo. Cerca de 62,5% das ginastas se mostraram satisfeitas com sua imagem

corporal, enquanto 37,5% se mostraram insatisfeitas. Já no grupo não praticantes de GR, apenas 17,65% mostraram-se satisfeitas com sua imagem corporal e 82,35% apresentaram insatisfação.

Tabela 3: Análise descritiva da satisfação de imagem corporal.

Satisfação/ Insatisfação (%)	Praticantes de Ginástica Rítmica	Não praticantes
Satisfeitas	62,5	17,65
Insatisfeitas com desejo de emagrecer	18,75	11,76
Insatisfeitas com desejo de engordar	18,75	70,59

Tem-se ampla literatura avaliando satisfação corporal de ginastas e até sua relação com fatores de risco para desenvolvimento de transtornos alimentares e de imagem. Os dados obtidos entram em desacordo com vários autores pesquisados. Aguiar (2016) pesquisou a satisfação de imagem corporal em ginastas de seis clubes de Fortaleza, Ceará, com média de idade de 13,87 anos e mostrou que 62,5% das pesquisadas estavam insatisfeitas com a imagem corporal e 41,6% manifestaram desejo de emagrecer. Além disto, o autor destaca que 25% da amostra desejou parecer com a silhueta número 1 da escala, sendo o nível mais magro dos perfis expostos.

Para Manarin *et al*. (2011), 77,3% de sua amostra apresentou insatisfação com sua imagem corporal, e a maioria apresentou uma silhueta menor. A autora pesquisou 88 ginastas de São Paulo, com média de idade de 12,3 anos. Destaca-se ainda que, 88,6% da amostra possuía IMC corporal dentro do padrão normal, embora 55,1% deste grupo gostaria de diminuir a silhueta.

O estudo de Zanlorenci *et al*. (2020) corrobora com os dados apresentados nesta pesquisa. A autora pesquisou 38 meninas praticantes de ginástica rítmica entre 10 e 18 anos, no oeste paranaense onde 60,5% mostrou-se satisfeitas com a imagem corporal. A autora observou que o grupo que se mostrou satisfeito com a imagem corporal tinha média de idade menor (12,67 anos) do que as insatisfeitas (15,15 anos). Além disto, o primeiro grupo também apresentou menores valores de massa e IMC do que o segundo grupo.

Em paralelo, Dantas *et al*. (2017) percebeu que jovens com estágio maturacional avançado apresentam maior insatisfação corporal, além de que, possivelmente, crianças mais novas (ou em estágio maturacional mais atrasado) possam ter dificuldade no julgamento da autoimagem. A discussão gira em torno de que com o passar da idade ginastas são mais cobradas pela equipe técnica quanto aos atributos que envolvem a modalidade e sofrem mais influência da mídia e redes socais, entrando em contato com a discussão sobre corpo ideal. Um estudo de 2001 demostrou que a influência dos treinadores, patrocinadores e familiares por meio de comentários relativos ao corpo podem representar um elemento de risco para a relação de satisfação corporal de jovens (MCLAREN, L. *et al*. 2001).

Talvez o presente estudo se mostre como um dos pioneiros na maioria para satisfação corporal de ginastas. Apesar de exigências relacionadas ao biotipo corporal e toda a pressão exercida pela sociedade em relação a um corpo padrão, atuais discussões sobre o tema parecem levar a amostragem estudada por um novo rumo de pesquisa.

CONCLUSÕES

Diante de todo o exposto no decorrer da pesquisa, foi possível notar que o grupo de ginastas apresentou melhor percepção corporal que o grupo de não praticantes. Já quanto a satisfação corporal, ginastas se mostraram mais satisfeitas com suas imagens, que as não praticantes, sendo esta diferença muito mais ampla e imponente.

Foi possível destacar que o grupo praticante da modalidade apresentou melhor nível de percepção da imagem corporal, provavelmente pelo trabalho corporal ligado a expressividade, além de outros benefícios que a prática esportiva e experiências corporais podem fornecer às capacidades motoras das crianças. Embora as ginastas apresentem melhor satisfação corporal, não se pode deixar de perceber que é o grupo com menor peso e IMC, talvez pela própria seleção natural da modalidade, ou carga de treinamentos, podendo influenciar no resultado de satisfação.

Apesar deste trabalho apresentar limitações no tamanho e randomização da amostragem, os achados podem contribuir para os estudos na área, fomentando outras pesquisas. Sugere-se novos estudos acerca da contribuição da ginástica rítmica e outros esportes expressivos nas capacidades motoras, além da imagem corporal, bem como propriocepção, imagética motora, dentre outros benefícios, para além dos estudos técnicos e de transtornos alimentares relacionados.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Felipe Costa. **Percepção da imagem corporal e a relação com a prevalência de transtornos alimentares em atletas de ginástica rítmica de fortaleza**. 2016. Trabalho de conclusão de curso (Bacharel em Educação física) - Universidade Federal do Ceará, [*S. l.*], 2016.

ALFERMANN, D., & STOLL, O. (2000). Effects of physical exercise on self-concept and well-being. *Journal of Sport Psychology, 31*(1), 47-65.

BARROS, Daniela Dias. Body image: discovering one's self. Hist. Ciência saúde-Barueri,SP: **Manole**, 2003.

CASH, T. F. Body image: past, present, and future. **Body Image,** v. 1, p. 1-5, 2004.

COLLERY, Caroline. **La gymnastique rythmique et sportive en psycomotricité**. 2007. Dissertação (Doutora em psicomotricidade) - Institute superius de reeducation psycomotrice, [*S. l.*], 2007.

DE CARVALHO DANTAS, Renata Poliane Nacer et al. Satisfaction of body image in adolescents with different maturity stages. **Journal of Human Growth and Development**, v. 27, n. 3, p. 300-306, 2017.

DE OLIVEIRA, Bruna Fracalanza. **O elemento artístico e a expressão corporal nos códigos de pontuação da ginástica rítmica**. Orientador: Flávio Soares Alves. 2017. 34f. TCC (Licenciatura em Educação física) - Universidade Estadual Paulista, Rio Claro,2017.

FELDENKRAIS, M., **Consciência pelo movimento**. São Paulo: Summus, 1977

FILHO, P. L.; BOHME, M. T. S. Detecção, Seleção e Promoção de Talentos esportivos em Ginástica Rítmica Desportiva: um estudo de revisão**. Revista Paulista de Educação Física**, São Paulo, p. 154-167, jul./dez. 2001.

HEAD, Sir H. & HOLMES, G. *Sensory disturbances from cerebral lesions.* Brain, 34, 1911-1912, p.102

JILL BROSIUS. Quand les corps se parlent: le groupe d'expression corporelle comme médiation psychomotrice auprès de personnes atteintes d'un syndrome démentiel. Médecine humaine et pathologie. 2015. dumas-01187619

KAKESHITA, I.S.; **Adaptação e Validação de Escalas e Silhuetas para crianças e adultos brasileiros.** Ribeirão Preto, SP – 2008.

LEPAGE, Marie L.; CROWTHER, Janis H. The effects of exercise on body satisfaction and affect. **Body image**, v. 7, n. 2, p. 124-130, 2010.

MANARIN, Gabrielly Cristina; DE OLIVEIRA, D. C. X; CHRISTOFARO, D. G. D.; FERNANDES, R. A. ASSOCIAÇÃO ENTRE A INSATISFAÇÃO CORPORAL E O

ESTADO NUTRICIONAL EM JOVENS GINASTAS. **Insatisfação e estado nutricional**, [*S. l.*], p. 09-14, 7 dez. 2011.

MARAVITA, A. & IRKI, A. Tools for The Body (Schema**), Trends in Cognitive Sciences**, v.8, n.2, 2004.

MASSET, K. V. S. B.; SAFONS, M. P. **Excesso de peso e insatisfação com a imagem corporal em mulheres.** ArqSannyPesq Saúde 1(1):38-48, 2008

MASSET, K. V. S. B., GOMES, J. A. Estudo da Percepção da Imagem Corporal em Escolares; 2012; Trabalho de Conclusão de Curso; (Graduação em Educação Física) - Universidade Potiguar;

MCLAREN, L., GAUVIN, L., & WHITE, D. (2001). The role of perfectionism and excessive commitment to exercise in explaining dietary restraint: Replication and extension. *International Journal of Eating Disorders*, *29*(3), 307–313.

OLIVIER, G.G.F., **Um olhar sobre o esquema corporal, a imagem corporal, a consciência corporal e a corporeidade**. Campinas: [s.n.], 1995.

PEREIRA, Hosana Cláudia Matias da Costa. **A expressividade dos corpos ginásticos e a singularidade da Ginástica Rítmica**. 2019. 202 f. Tese (Doutorado em Educação física) - UPE/UFPB, [*S. l.*], 2020.

PORPINO, K. O. Treinamento da Ginástica Rítmica: Reflexões Estéticas. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Campinas, v. 26, n. 1, p. 121-133, set. 2004

RINALDO, N., ZACCAGNI, L., & GUALDI-RUSSO, E. (2016). Soccer training

programmed improved the body composition of pre-adolescent boys and increased their satisfaction with their body image. Acta Paediatrica, International Journal of Paediatrics, 105(10), 492–495.

RODRIGUES, G., **Bailarino-pesquisador-intérprete: processo de formação**. Rio de Janeiro: Funarte,1997.

SCHAFFHAUSER, D. & BREUER, M. **Body Image / Body Schema,** 2007.

SCHILDER, P. **A Imagem do Corpo: as energias construtivas da psique**. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

SCHILDER, P., **A Imagem do corpo: as energias construtivas da psique**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

TAVARES, M.C.G.C. **Imagem Corporal: conceito e desenvolvimento.** Barueri: São Paulo, Manole, 2003.

TURTELLI, Larissa Sato. **RELAÇÕES ENTRE IMAGEM CORPORAL E QUALIDADES DE MOVIMENTO: UMA REFLEXÃO A PARTIR DE UMA**

PESQUISA BIBLIOGRÁFICA. Universidade Estadual de Campinas, 2003.VIANNA, K., **A dança**. São Paulo: Siciliano,1990.

ZANLORENCI, SUELLEM; MARTINS, PRISCILA CUSTÓDIO; SILVA, DIEGO AUGUSTO SANTOS; BLEIL, ROZANE APARECIDA TOSO. Comparação de

indicadores antropométricos em atletas de ginástica rítmica satisfeitas e insatisfeitas com a imagem corporal. **La gymnastique rythmique et sportive en psycomotricité**, [*S. l.*], p. 340-345, 8 maio 2020.

APÊNDICE

FICHA DE AVALIAÇÃO DE TCC – JÚLIA BRAGA

NOME:

GRUPO: **IDADE:**

NÃO EXISTE UMA RESPOSTA CERTA, COM QUAL IMAGEM VOCÊ ACHA QUE MAIS SE PARECE?

NÃO EXISTE UMA RESPOSTA CERTA. SE VOCE QUISESSE SER DIFERENTE, COM QUAL IMAGEM VOCÊ GOSTARIA DE PARECER?

QUANTO VOCÊ ACHA QUE PESA?

QUANTO VOCÊ ACHA QUE MEDE?

MASSA AFERIDA?

ESTATURA AFERIDA?

NOME:

GRUPO: **IDADE:**

NÃO EXISTE UMA RESPOSTA CERTA, COM QUAL IMAGEM VOCÊ ACHA QUE MAIS SE PARECE?

NÃO EXISTE UMA RESPOSTA CERTA. SE VOCE QUISESSE SER DIFERENTE, COM QUAL IMAGEM VOCÊ GOSTARIA DE PARECER?

QUANTO VOCÊ ACHA QUE PESA?

QUANTO VOCÊ ACHA QUE MEDE?

MASSA AFERIDA?

ESTATURA AFERIDA?

SOBRE A REVISTA E NORMAS PARA PUBLICAÇÃO

1. DECLARAÇÃO E POLÍTICA DE PRIVACIDADE

Autores que publicam nesta revista concordam com os seguintes termos:

a) Autores mantém os direitos autorais e concedem à revista o direito de primeira publicação, com o trabalho simultaneamente licenciado sob a Licença Creative Commons Attribution que permite o compartilhamento do trabalho com reconhecimento da autoria e publicação inicial nesta revista.

b) Autores têm autorização para assumir contratos adicionais separadamente, para distribuição não-exclusiva da versão do trabalho publicada nesta revista (ex.: publicar em repositório institucional ou como capítulo de livro), com reconhecimento de autoria e publicação inicial nesta revista.

c) Autores têm permissão e são estimulados a publicar e distribuir seu trabalho online (ex.: em repositórios institucionais ou na sua página pessoal) a qualquer ponto antes ou durante o processo editorial, já que isso pode gerar alterações produtivas, bem como aumentar o impacto e a citação do trabalho publicado.

2. CONDIÇÕES PARA SUBMISSÃO

Como parte do processo de submissão, os autores são obrigados a verificar a conformidade da submissão em relação a todos os itens listados a seguir. As submissões que não estiverem de acordo com as normas serão devolvidas aos autores.

A contribuição é original e inédita e não está sendo avaliada para publicação por outra revista; o arquivo da submissão está em formato Microsoft Word; o texto segue os padrões de estilo e requisitos bibliográficos descritos em Diretrizes para Autores, na página Sobre a Revista; as instruções disponíveis em Assegurando a avaliação pelos pares às cegas foram seguidas.

3. DIRETRIZES PARA AUTORES

a) Estrutura do texto:

- **Título do Artigo –** Centralizado e tamanho da fonte Times New Roman 1**4** em negrito, em português, inglês e em espanhol;
- **Resumo e palavras-chaves –** Justificado em português, inglês e em espanhol, e tamanho da fonte Times New Roman 12, espaçamento 1,15, com exceção das palavras **RESUMO**, **ABSTRACT** e **RESUMEN**, que devem ser espaçamento 1,5, fonte 12 e negrito (o resumo deve conter objetivo, metodologia, resultados e conclusão do estudo); as **palavras-chave**, **Keywords, Palabras-Clave**, devem ser separadas por ponto e vírgula e ser no mínimo três e no máximo cinco.
- Utilizar como Referência as normas da ABNT.

b) Layout: Formato Word (.doc.); Escrito em espaço 1,5 para o texto e 1,0 para citações longas, utilizando Times New Roman fonte 14 para o título que deve ser centralizado, 12 para o texto e 11 para as citações e 10 para notas de rodapés, em formato A4 e as margens do texto deverão ser inferior, superior, direita e esquerda de 3,0 cm.; texto justificado com paragrafo de 1,25. Os artigos científicos devem ter mais de 5 páginas.

c) Figuras: O uso de imagens, tabelas e as ilustrações deve seguir o bom senso e, preferencialmente, a ética e axiologia da comunidade científica que discute os temas do manuscrito.

d) Autoria: Todos os autores precisam ser incluídos nos metadados e na versão final do artigo (após análise dos pareceristas da revista).

- **Autor(es):** Nome Alinhado à direita, colocar em nota de rodapé a apresentação Identificação do autor, com e-mail, incluindo titulação, instituição, outra informação de interesse (máximo cinco linhas);
- **Orientador(es):** Nome Alinhado à direita, colocar em nota de rodapé a apresentação do orientador com e-mail, incluindo filiação acadêmica, titulação, instituição e outras informações de interesse acadêmico, (máximo cinco linhas).

e) Exemplo de referências em ABNT:

- ***Artigo em periódico:*** RIGO, Marciane; BLEIL, Claudecir. Auditoria das Demonstrações Contábeis: um estudo da Evidenciação e Transparência das Informações em uma Cooperativa de Crédito Rural. **Revista de Administração e Ciências Contábeis do Ideal**, V. 3, n.7, 2008.
- ***Livro:*** JUND, S. **Auditoria**: Conceitos, normas técnicas e procedimentos: teoria e 550 Questões. Rio de Janeiro: Ímpetos, 2001.
- ***Página da internet:*** AMOROSO, Danilo. O que é Web 2.0? Disponível em:<http://www.tecmundo.com.br/web/183-o-que-e-web-2-0->. Acesso em: 12 mar. 2016.

4. PROCESSO DE AVALIAÇÃO

A avaliação dos manuscritos é feita por pares, pelo método Double Blind Review, onde cada manuscrito é avaliado por dois pareceristas ad hoc externos, selecionados por especialidade ou afinidade em relação ao conteúdo temático do manuscrito sob apreciação.

Após a submissão o manuscrito é avaliado pelos pareceristas ad hoc, que analisam, sugerem correções e melhorias. Em seguida é feita a análise pelo editor, que analisa os pareceres e decide pela recusa ou aceitação do manuscrito.

Após a análise do editor, o manuscrito é devolvido para os autores para realização das melhorias sugeridas pelos pareceristas.

Por fim, o autor envia a versão final do manuscrito, com o respectivo relatório do software de detecção de similaridades (possivelmente o Copy Spider).

5. FOCO E ESCOPO

A Revista de Ensino e Cultura é um periódico vinculado ao Centro Universitário Natalense – UNICEUNA e ao Instituto de Ensino Superior do Rio Grande do Norte –

IESRN, de acesso aberto, com fluxo contínuo de publicação. A revista aceita manuscritos em todas as áreas do conhecimento, em especial sobre Ensino e Cultura.

6. POLÍTICA DE ACESSO LIVRE

Esta Revista oferece acesso livre imediato ao seu conteúdo, seguindo o princípio de que disponibilizar gratuitamente o conhecimento científico ao público proporciona maior democratização mundial do conhecimento.

A Revista não cobra taxas. Assim, não são cobradas taxas para avaliação dos artigos, ou taxas para submissão de artigos.

7. ÉTICA DA PUBLICAÇÃO E DECLARAÇÃO DE NEGLIGÊNCIA DE PUBLICAÇÃO

E revista dedica-se a cumprir as boas práticas no que diz respeito à conduta moral condizente com a editoração cientifica de periódicos. A prevenção da negligência também é responsabilidade crucial do autor, editor e da equipe editorial: qualquer forma de comportamento antiético, bem como o plágio em qualquer instância, não é aceito. Os autores que enviam artigos para a revista garantem que o trabalho não foi publicado nem está em processo de revisão/avaliação em nenhum outro periódico.

A revista recomenda o uso da lista de verificação e fluxograma do CONSORT 2010 como condição de submissão ao relatar os resultados de um estudo randomizado. Modelos para estes podem ser encontrados no site da CONSORT [www.consort-statement.org] que também descreve várias extensões de lista de verificação CONSORT para diferentes projetos e tipos de dados além de dois testes paralelos de grupo. Os artigos devem relatar o conteúdo abordado por cada item da lista de verificação. O atendimento desses requisitos básicos aumentará as chances de eventual publicação.